

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOÃO PAULO FERNANDES DA SILVA**

**A EXPERIÊNCIA ORGANIZACIONAL DOS TRABALHADORES  
RURAIS NO MUNICÍPIO DO CRATO - CE (1960 - 1970)**

**FORTALEZA, CE  
2010**

JOÃO PAULO FERNANDES DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA ORGANIZACIONAL DOS TRABALHADORES  
RURAIS NO MUNICÍPIO DO CRATO - CE (1960 – 1970)**

Dissertação apresentada à  
Coordenação do Programa de  
Mestrado em História Social da  
Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de mestre, sob a orientação do  
Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

FORTALEZA, CE  
2010

Ficha Catalográfica elaborado por  
Ericson Bezerra Viana – Bibliotecário – CRB -3/818  
[ericson@ufc.br](mailto:ericson@ufc.br)  
Biblioteca de Ciências Humanas / UFC

S58e

Silva, João Paulo Fernandes da.

A Experiência organizacional dos Trabalhadores rurais no município do Crato - CE (1960 – 1970) / João Paulo Fernandes da Silva. – 2010.

146f. : il.; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 29/11/2010.

Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

Inclui bibliografia.

1- SINDICATOS - TRABALHADORES RURAIS - CRATO .

2- IGREJA CATÓLICA - CRATO. I- Neves, Frederico de Castro, orientador. II - Universidade Federal do Ceará. III- Título.

CDD (22ª ed.) 331.88098131

JOÃO PAULO FERNANDES DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA ORGANIZACIONAL DOS TRABALHADORES  
RURAIS NO MUNICÍPIO DO CRATO - CE (1960 - 1970)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivone Cordeiro Barbosa (Membro)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Edilberto Cavalcante Reis (Membro)  
Universidade Estadual do Ceará – UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Eurípedes Antônio Funes (suplente)

Ao Edmilson Pereira da Silva, meu pai, *in memoriam*, que através da sua presença e convívio diários, ensinou-me sobre o amor e o respeito pelo ser humano; orientou meu caminho cultivando valores como a justiça e a ética. Sua lembrança se materializou em estímulo para continuar a luta, mesmo carregando em mim essa dor calada e o coração repleto de sua ausência.

A você minha mãe, que ajudou-me a perceber algo fundamental à vida: o prazer e a responsabilidade pelo o que se faz. E que de forma tão maternal, acompanhou meus primeiros passos, revestindo minha existência com carinho e compreensão.

A minha esposa Susyane Ribeiro, por me apoiar nas difíceis decisões, por confiar na minha capacidade, por ter sempre paciência e compreensão e por ser extremamente carinhosa e amável.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem devo agradecer pelas contribuições para a realização deste trabalho, porém, agradeço primeiramente a Deus, por me iluminar, dando força e sabedoria para enfrentar os obstáculos no seu decorrer.

À minha esposa, Susyane Ribeiro, pelo incentivo, compreensão e apoio nas minhas decisões, bem como pelas palavras de consolo quando as incertezas me fizeram titubear, e pelo cuidado sincero e amoroso com o meu bem-estar. Pela sua incansável presença em todos os momentos da minha vida, a ela dedico a minha eterna gratidão.

Agradeço às minhas duas mães maravilhosas, Lúcia e Audenir, com carinho especial, pelo amor e apoio incondicionais. Amo vocês!

Ao meu orientador, Frederico de Castro Neves, o qual admiro pela sua competência, humanidade e pela paciência que teve comigo durante o período em que trabalhamos. Aos professores Eurípedes Antônio Funes e Ivone Cordeiro Barbosa, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Desde já, quero agradecer à banca composta para a defesa da dissertação.

Aos professores do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, pela postura de compromisso assumida para com o programa e com seus alunos.

A um grande amigo que me orientou na elaboração do projeto, a fim de que eu pudesse ingressar no mestrado, Henrique Barbosa, por quem tenho uma grande admiração.

Ao meu querido amigo Jucieldo Ferreira, pelo expressivo apoio, me estimulando nas horas de desânimo e dando contribuições para a pesquisa, dispondo-se a ler o trabalho comigo e sugerindo modificações, os meus mais profundos agradecimentos.

Não poderia redigir esses agradecimentos sem mencionar os nomes de Pe. Francisco Roserlândio e Tânia Peixoto, do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo. Sempre simpáticos e prestativos, eles me ajudaram nas inúmeras vezes que precisei resolver as questões mais “burocráticas” da pesquisa. Aos dois gostaria de dizer: muito obrigado!

Aos amigos, que foram a base de uma intensa amizade na minha estada em Fortaleza, em especial, Henrique Lino, que se tornou um grande irmão, e a Daniele Alves, pelos bons momentos que compartilhamos juntos, mesmo estando distante da nossa “terrinha”.

Aos companheiros de mestrado, com quem convivi e aos quais gostaria de agradecer francamente por tudo. Aline, Cristiana, Elza, Gabriel, Jorge, Rafael, Tibério e Walter são alguns nomes que recordo com carinho, pois esses colegas foram bons companheiros de caminhada acadêmica, com os quais dividi e troquei experiências. A eles deixo o meu agradecimento por termos partilhado um momento importante das nossas vidas.

Aos colegas que conheci na turma do mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco também dedico os meus sinceros agradecimentos. Carol, Eudes e Sayonara merecem um agradecimento especial, pois foram sempre simpáticos, gentis e atenciosos comigo, fazendo com que me sentisse “em casa” durante o tempo que estudei fora do meu programa de origem. Agradeço imensamente ao professor Antônio Torres Montenegro, pelas discussões calorosas durante suas aulas, como também pelos inúmeros textos gentilmente cedidos, que em muito contribuíram para ampliar os meus conhecimentos históricos.

Ao considerar instituições que foram importantes para a produção desta dissertação, não posso deixar de mencionar o meu agradecimento à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou ter as condições materiais necessárias para a dedicação exclusiva à pesquisa. Sem esse auxílio, possivelmente, este trabalho não teria sido concluído.

Enfim, quero agradecer a todos os depoentes, que contribuíram para o resgate da história dos sindicatos de trabalhadores rurais na região do Cariri, em especial ao senhor Teúnas José Santana e José Laurindo do Santos, que sempre me atenderam, dando-me o maior número possível de informações. Em suma, a todos que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

A pesquisa analisa o processo de organização dos trabalhadores rurais no município de Crato, no estado do Ceará, entre os anos de 1960 – 1970, período no qual se deu o surgimento dos primeiros núcleos sindicalistas rurais do Cariri cearense. São esses sindicatos que, de alguma forma, abrem espaço para as reivindicações daqueles homens e mulheres, nutrindo e criando vínculos onde permitia-se a troca de experiências por parte dos mesmos e a visualização das peculiaridades vividas por cada um. As interpretações aqui elaboradas procuraram distanciar-se e seguir caminhos diversos daqueles seguidos pelos que tentaram analisar a história agrária da região do Cariri, baseados na visão de que esses sujeitos sociais seriam incapazes de se organizar, definindo suas formas próprias de ação, ou de que eles seriam meros sustentáculos de determinadas instituições, como a Igreja, os sindicatos e partidos. O nosso interesse é compreender como se modelaram os elementos básicos da organização sócio-econômica desses trabalhadores, e entender as relações sociais de trabalho inseridas naquele espaço, cujas nuances refletiam-se diretamente em suas vidas.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais, sindicato, Igreja.



## **ABSTRACT**

This research analyzes the process of organization of rural workers in Crato, in the State of Ceará, between 1960 and 1970: period in which the first nuclei of rural trade unions appeared in the micro region of Cariri. It is these trade unions that somehow make room for the claims of those men and women, nurturing and linking their experiences, and giving us a view of the peculiarities of their lives. The interpretations developed here follow a different approach from that of those who analyzed Cariri's agrarian history. We based this work on a view that these social subjects would hardly organize themselves and define their own activities, and on the idea that they cannot be seen as a mere support for certain institutions like the Church, trade unions and political parties. Our interest is to understand how they formed and fashioned the basic elements of their socio-economic organization, and to comprehend the social relations of their work, whose nuances reflected directly in their lives.

**Keywords:** Rural workers, trade union, church.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>FIGURA 1</b> Organograma dos principais departamentos que compunham a Fundação Padre Ibiapina, 1958-1972.....                               | 36  |
| <b>FIGURA 2</b> Antiga Casa de Caridade do Crato, 1868.....                                                                                    | 37  |
| <b>FIGURA 3</b> Raio de atuação da Rádio Educadora do Cariri, 1958-1972.....                                                                   | 43  |
| <b>FIGURA 4</b> Visita da equipe de sindicalização a comunidade do Sítio Cachoeira dos Gonçalves, 1963.....                                    | 51  |
| <b>FIGURA 5</b> Certificado de minicurso, 1963.....                                                                                            | 54  |
| <b>FIGURA 6</b> Antigo casarão da senhora Marieta Lima Verde, 1967.....                                                                        | 63  |
| <b>FIGURA 7</b> Árvore que representa o movimento sindical dos trabalhadores rurais, 1974.....                                                 | 70  |
| <b>FIGURA 8</b> Como de deve ser o delegado? 1974.....                                                                                         | 72  |
| <b>FIGURA 9</b> Reunião de trabalhadores na ocasião de um treinamento, 1968.....                                                               | 77  |
| <b>FIGURA 10</b> Recorte do <i>Jornal A Ação</i> . Crato, 21 de novembro de 1965.....                                                          | 78  |
| <b>FIGURA 11</b> Trabalhadores posam para a fotografia e exibem com orgulho os certificados após a conclusão do minicurso, 1969.....           | 79  |
| <b>FIGURA 12</b> Visita do presidente Castelo Branco, ao Crato, 1965.....                                                                      | 87  |
| <b>FIGURA 13</b> Inauguração da primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, na Rua José Carvalho, nº. 271. 1970.....         | 105 |
| <b>FIGURA 14</b> Fachada da sede do sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato situada a Rua Pedro II, 1970.....                              | 106 |
| <b>FIGURA 15</b> Recorte do <i>Jornal O Povo</i> . Fortaleza, 06 de agosto de 1970...                                                          | 109 |
| <b>FIGURA 16</b> Recorte do <i>Jornal O Povo</i> . Fortaleza, 08 de agosto de 1970...                                                          | 110 |
| <b>FIGURA 17</b> Trabalhadores Rurais desfilam pelas ruas do Crato na ocasião dos festejos para comemoração do Dia da Independência, 1970..... | 111 |

**LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>TABELA 1</b> Engenhos existentes em cinco municípios cariarienses e sua produção durante o ano de 1954..... | 15  |
| <b>TABELA 2</b> Distribuição das propriedades no município do Crato, referente ao ano de 1950.....             | 17  |
| <b>TABELA 3</b> Estrutura Sindical – 62/72.....                                                                | 107 |
| <b>TABELA 4</b> População e comunidades atingidas pela ELIRUR.....                                             | 107 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (posteriormente denominada EMATER)

CENDEP – Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

ELIRUR – Escola de Líderes Rurais

FALTAC – Federação das Associações de Lavradores Agrícolas do Ceará

FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

FPI – Fundação

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural

IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDPR – Instituto Diocesano de Promoção Rural

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MODAC – Movimento Diocesano de Ativação Comunitária

ODER – Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas

ODEP – Organização Diocesana de Escolas Profissionais

PCB – fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, passa, em 1962, a se denominar Partido Comunista Brasileiro.

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

REC – Rádio Educadora do Cariri

SAPPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SAR – Serviço de Assistência Rural – RN

SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SSD – Serviço Social Diocesano

STRC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

ULTAC – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – United States Agency for International Development (Agência Norteamericana de Desenvolvimento)

|                                                                                                                         |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                  | <b>1</b> |
| <hr/>                                                                                                                   |          |
| <b>CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS SEGUNDO OS PRÓPRIOS ATORES SOCIAIS</b> |          |
| 1.1 “COMEÇAVA QUANDO O SOL TAVA SAINDO, E LARGAVA QUANDO O SOL TAVA SE PONDO”.....                                      | 14       |
| 1.2 ESFORÇOS DE ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NO CARIRI: AS ASSOCIAÇÕES DE LAVRADORES.....                                      | 23       |
| <hr/>                                                                                                                   |          |
| <b>CAPÍTULO 2: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO CRATENSE</b>                                   |          |
| 2.1 OS “SINDICATOS DO BISPO”.....                                                                                       | 35       |
| 2.2 A ESCOLA DE LÍDERES RURAIS.....                                                                                     | 45       |
| <hr/>                                                                                                                   |          |
| <b>CAPÍTULO 3: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES NO SINDICATO</b>                                                       |          |
| 3.1 “FALAR EM SINDICATO, AVE MARIA! ELES BUTAVA PRA FORA LOGO.....                                                      | 62       |
| 3.2 “MELHOROU DEPOIS DOS SINDICATOS”.....                                                                               | 73       |
| 3.3 “NESSE TEMPO, FOI COMO QUE UM GAVIÃO NO MEIO DOS PINTOS”.....                                                       | 84       |
| 3.4 O FIM DA ESCOLA DE LÍDERES RURAIS.....                                                                              | 99       |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                                               | 116      |
| FONTES.....                                                                                                             | 118      |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                                                                         | 121      |
| ANEXO.....                                                                                                              | 128      |

## INTRODUÇÃO

*[...] Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha do historiador. Este é um autêntico problema de ação. Ele nos acompanhará ao longo de todo o nosso estudo. [...]*

Marc Bloch, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, 2002.

A idéia básica que orienta este trabalho se deu em função de um fato que me despertou a atenção desde as primeiras experiências como aluno do curso de História – a intensa inserção da ação pastoral da Igreja Católica no processo de organização dos trabalhadores rurais na cidade do Crato.

Em linhas gerais, poderia ser dito aqui, simplesmente, que se trata de um estudo que aborda as experiências de organização dos trabalhadores rurais entre os anos de 1960 – 1970 no município do Crato. Esta talvez fosse uma síntese possível, pois em poucas palavras apresentou-se o tema, o período e o espaço abordados na dissertação, ao mesmo tempo quando os elementos oferecem, em conjunto, uma idéia geral do que o leitor encontrará pela frente sem fatigar-se logo no início da sua leitura.

Todavia, embora seja uma definição razoável, ela omite uma série de questões que permitiriam uma melhor compreensão do conteúdo deste trabalho e como o mesmo foi realizado. Ou seja, é fundamental evidenciar agora, conforme já considerou o grande historiador Marc Bloch, o “recorte” do “ponto de aplicação particular das ferramentas” do autor, bem como as suas “escolhas” (2002, p. 52). Nesse sentido, voltemos ao esforço inicial, por ser ele, de fato, “um autêntico problema de ação”.

A proposta do estudo é problematizar a trajetória desses atores sociais – homens e mulheres daquele município –, registrada em documentos e lembranças, realizando uma análise que explique a sua história e a sua organização entre os anos de 1960 – 1970. A pesquisa vem no sentido de buscar responder como se processaram as várias experiências nas quais estiveram presentes os sujeitos, de modo a entender que as ações produzidas pelos trabalhadores não podem ser atribuídas apenas à mediação da Igreja e do sindicato.

Durante o processo muitas descobertas foram feitas e novas investigações e reflexões elaboradas. É válido ressaltar que a procura por respostas é quase infinda, nesse sentido. As hipóteses levantadas não se encerrarão por aqui, até porque “estamos constantemente retornando ao passado e repensando-o, ressignificando-o. A partir desse movimento de análise do passado, muitas vezes, redefinimos nossa maneira de compreender e agir no presente e de refletir sobre os projetos futuros” (MONTENEGRO, 2008, p. 11).

Com isso, as interpretações ora elaboradas procuraram seguir caminhos diversos daqueles percorridos pelos que antes tentaram analisar a história dos trabalhadores rurais na região do Cariri, sobretudo, no município do Crato. Aqueles o fizeram com base nas dicotomias entre o poder de mando dos proprietários e a submissão dos trabalhadores rurais envolvidos no processo; na atuação da Igreja como “artífice” de toda a obra e do trabalhador sujeito aos seus interesses; na ação do Estado na efetivação dos seus projetos e no sujeito sem autonomia, que não faz parte de sua própria história, porque está à mercê de um arcabouço que não lhe é inerente.

Nesse universo determinista imposto aos trabalhadores enfrentei outro desafio, evitar a visão de que os sujeitos sociais seriam incapazes de se organizar por si mesmos, produzindo a sua própria história e definindo suas formas de lutas. Busquei distanciar-me de tais concepções que viam os trabalhadores rurais como vasos nas mãos de um oleiro, esperando o momento certo para serem moldados, quer fossem nas “mãos” da Igreja, do sindicato ou do partido. Em alguns momentos esses homens e mulheres conseguiram, inclusive, influenciar alguns aspectos dos projetos destas instituições.

Na tentativa de aprofundar a compreensão deste contexto, revelado a priori pelas fontes, é que fui construindo meu caminho de pesquisa, procurando estabelecer relação entre o conhecimento teórico e as problematizações suscitadas pelo material disponível.

Confesso, ao debruçar-me sobre as fontes produzidas pela Diocese e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato – STRC, tive a impressão de que foi somente a partir dos trabalhos pastorais da Igreja e do envolvimento sindical na região que estes homens e mulheres despertaram para seus



problemas cotidianos, como se estivessem antes adormecidos. Por outro lado, observando as especificidades das lutas desses trabalhadores, seria ingenuidade afirmar que muitas das conquistas dos sujeitos surgiram do “nada”, ou partiram de iniciativas e de projetos próprios. O que se pode notar é que existiu um amplo imbricamento entre essas instâncias, não possibilitando precisar onde começava nem onde terminava a interlocução.

É válido deixar claro que não estou negando o papel dos trabalhos desenvolvidos pela Diocese do Crato, e nem tampouco deixando de reconhecer a importância do STRC na trajetória destes atores sociais. De fato, busquei me distanciar foi de reproduzir as histórias institucionais, tentar entender que outros espaços destas experiências foram elaborados, além dos projetos propostos pelas lideranças e dirigentes sindicais.

Com o desafio de repensar histórias que se tornaram registros nas documentações e lembranças na memória de sujeitos nelas envolvidos é que experimentei apropriar-me de alguns conceitos os quais balizaram o desafio de produzir esta pesquisa. No caso, mesmo não cabendo aqui proceder à síntese cuidadosa dos autores influentes para as argumentações desenvolvidas, é importante destacar a inspiração das análises e das interpretações geradas a partir da leitura dos trabalhos de Edward Palmer Thompson – mormente no que diz respeito às noções de *classe* e de *luta de classes*, oriundas da tradição crítica do materialismo histórico para a análise da realidade social, em particular para a história do trabalho e dos trabalhadores.

Importa ressaltar que o conceito de *classe* é entendido, segundo ele, como um fenômeno histórico dado no seio das relações humanas, que se delineia segundo relações efetivamente vividas, considerando-se as experiências dos indivíduos determinadas, em grande medida, por relações de produção, antagonismos e conflitos de interesses geradores das condições de luta (THOMPSON, 1987, p. 9-10). Além disso, consideram-se, também, algumas discussões de Thompson acerca da importância de se levar em conta na análise das classes sociais os elementos culturais, como sistemas de valores, crenças, práticas e atitudes, que traduzem tradições e

costumes envolvidos no processo de formação de classe (THOMPSON, 1998, p. 493).

Seguindo caminhos teóricos semelhantes ao autor, Thompson sugere que para o historiador os conceitos não podem ser estáticos, utilizados como modelos para abarcar toda a realidade analisada. Pelo contrário, os conceitos históricos são elásticos, dizem respeito a realidades particulares e, por isso, devem ser utilizados como expectativa, e nunca enquanto regra, frente às evidências de um dado contexto (THOMPSON, 1981, p. 56-57).

Nessa perspectiva historiográfica, a teoria surge como auxiliar do historiador nas indagações sobre o objeto analisado, jamais definindo a priori os efeitos da pesquisa. Os resultados, então, devem surgir da análise rigorosa das evidências levantadas junto às fontes selecionadas pelo pesquisador, nas quais as experiências dos sujeitos estudados serão compreendidas com o auxílio e não pela teoria predeterminada.

É nesse sentido que Thompson considera as experiências como algo materializado por pessoas cultivadoras de sonhos, desejos e frustrações, num processo que é um longo caminho a percorrer. Isso se confirma na narrativa do Sr. José Guedes: “meu passado infantil não foi tão lindo, mas eu tenho prazer em recordar. Porque poucas pessoas sabem dar valor a essas histórias, muitos nem lembram mais” (JOSÉ GUEDES, 2008).

A problemática de pensar o sujeito na história, dialogar com as evidências na pesquisa, e analisar as experiências de grupos sociais excluídos nas relações vivenciadas no processo histórico, não se prende a uma história apenas institucional; como Thompson percebeu, na classe operária inglesa essas experiências, ou seja, a mobilização desses sujeitos sociais “estava presente no seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 56-57).

Em grupo, ou mesmo sozinhas, as pessoas agem de acordo com suas escolhas e decisões. Nada se define sem um mínimo de vontade, cujo lastro intelectual é a consciência possível do grupo no momento da ação. Os agentes mais simples são também sujeitos de sua história, por limitado que seja o espectro de efeitos dos seus atos. Resistência, acomodação, negociação e conflito permeiam o traçado da história. E em todos esses

processos transbordam idéias e ideais, incorporam-se mentalidades e modos de vida.

Assim, o trabalho do historiador torna-se um diálogo entre as perguntas definidas pelo pesquisador e as evidências elencadas nas fontes selecionadas. O conhecimento histórico, no olhar de Thompson, constitui-se como provisório, incompleto, seletivo, limitado e definido pelas questões levantadas pelo historiador, mas nem por isso inverídico (IDEM, p. 49-50).

Para que eu pudesse conseguir alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, realizei um amplo levantamento de dados nos acervos documentais, principalmente os mantidos pela Diocese de Crato e do STRC. Esses arquivos, em especial o que está sob a guarda da Igreja, registram muito das mobilizações dos trabalhadores rurais sob a liderança desta instituição. Foram encontradas inúmeras atas de reuniões, cartas, bilhetes, fotografias, croquis, recortes de jornais, boletins informativos, panfletos, relatórios, entre outros.

Dessa documentação, destaco os relatórios produzidos pela equipe de sindicalização, em que podemos vislumbrar uma série de informações referentes ao movimento sindical, tais como: a quantidade de minicursos ministrados, os principais convênios estabelecidos entre a Diocese e Governo Federal, o processo de fundação dos primeiros sindicatos da região, a programação dos cursos, além de outras estatísticas levantadas durante os Encontros dos Trabalhadores. Tais informações ampliaram minha compreensão sobre o trabalho realizado pela Igreja junto às comunidades rurais.

Em um segundo momento, tendo sido mapeados e catalogados boa parte dos documentos, identificou-se um leque de pessoas a serem entrevistadas, na direção das pistas e caminhos das próprias movimentações das mulheres e homens envolvidos nas lutas e nas práticas organizativas de seus movimentos.

Para viabilizar este estudo uma das opções de fonte foi a utilização de depoimentos orais, privilegiando os relatos de vida. Tal opção metodológica tem surgindo como meio de compreensão das experiências dos trabalhadores, aparecendo como possibilidade de expressão de sujeitos que

são silenciados ou aparecem fragmentados e deformados nas narrativas da imprensa, afora outras fontes comumente disponíveis.

A opção pela coleta de histórias de vida, ao invés das tradicionais entrevistas, fez-se necessária e oportuna em razão de que propiciaram pensar as trajetórias do próprio movimento, não pela ótica daquilo constituído pela Igreja Católica e pelas lideranças sindicais, mas de acordo com olhar dos sujeitos aptos a contar um pouco das experiências produzidas fora destes ambientes. Segundo Lang:

(...) a história oral de vida é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo. Os acontecimentos vivenciados são relatados, experiências e valores transmitidos, a par dos fatos da vida pessoal. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (LANG, 1996, p. 34).

Em geral, procurou-se ouvir pessoas com mais de 60 anos de idade, com experiência de liderança em suas comunidades rurais, e que se engajaram na luta do movimento de organização sindical, proposto pela Igreja Católica, tais como: José Laurindo, Alda Ferreira, Teúnas Santana, Assunção Alencar, Expedito Guedes, dentre outros; ou as que não tinham liderança nestas instituições, como é o caso de Seu José Guedes, do Sítio Araticum, Zé Macêdo, da comunidade do Baixio das Palmeiras, Acilon Santana e Seu Francisco Mendes, do Sítio Fábrica.

As entrevistas ocorreram sempre em ambientes familiares aos trabalhadores, ou seja, no seu domicílio, ou então na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais, local ainda freqüentado por muitos deles. Saliente-se que muitos desses entrevistados vivem ainda no meio rural, no município de Crato ou em outros vizinhos, próximos a esta região.

As interpretações construídas nas entrevistas com trabalhadores constituem-se em memórias negligenciadas por outras fontes históricas; portanto, surge a possibilidade de a pesquisa historiográfica problematizar *lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes* a fim de disputar

memórias silenciadas pelas relações sociais do presente (FENELON, 2004, p. 6).

O intuito de analisar as experiências desses trabalhadores é construir outras narrativas através de memórias *obscurecidas* durante o processo histórico, marcado por disputas que relegam somente a algumas lembranças o direito de versão autorizada sobre a história (KHOURY, 2006, p. 5).

Cabe ressaltar que a utilização das fontes orais não é nem mais nem menos importante que os documentos escritos, aos quais tive acesso no sindicato e na Igreja. Toda a documentação levantada foi fundamental para o meu trabalho, e em geral forma o corpus registral que compõe a escrita desse projeto.

Acrescenta-se que na análise das narrativas, assim como na de qualquer outra fonte, faz-se necessária a recuperação do lugar social de sua fabricação, refletindo sobre as disputas e tensões existentes no meio social cotidiano dos sujeitos pesquisados, reconhecendo que foram produzidas sempre com alguma intencionalidade.

Ao explorar a subjetividade do expositor nas fontes orais, Alessandro Portelli ressalta aspectos importantes referentes aos significados que os sujeitos atribuem às questões narradas: *Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez* (PORTELLI, 1997, p. 31).

Em diversos momentos do trabalho com as narrativas orais ficou evidente que estes sujeitos evocam detalhes e pormenores os quais não encontramos nos documentos produzidos pelo STRI e pela Diocese de Crato. Como me contou José Guedes, ao rememorar as dificuldades e humilhações enfrentadas por muitos trabalhadores antes da chegada dos sindicatos:

E tinha uns patrões que era malvado, como um cidadão que tinha aqui em Olho D'água. Esse homem era malvado, ele butava nós trabalhadores pra trabalhar pra ele e ficava observando. E quando chegava um determinado tempo ele ia fazer as contas e quando via que não dava para gente pagar, aí ele ficava com tudo com o que o cara tinha. O caba ficava na mesma situação. Sempre os patrões, os proprietários, os poderosos daqui da região fizeram isso

com a gente. E agente se via obrigado a tá naquela situação (JOSÉ GUEDES, 2008).

A questão mais importante da pesquisa com fontes orais não é testar a autenticidade ou falsidade do conteúdo narrado na entrevista, mas atentar para o fato de que algo foi narrado mediante o pedido do pesquisador, que estabelece o contato, explica ao entrevistado suas intenções, formula as questões, grava e transcreve a entrevista.

É a partir da análise do processo de construção da entrevista que o historiador buscará compreender os sentidos das narrativas:

A diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (PORTELLI, 1997, p. 32).

Os narradores buscam sentidos no passado que sejam condizentes às experiências vivenciadas no presente, explicitando-os conforme a relação estabelecida entre entrevistador e narrador, como também entre narrador e entrevistador.

O contato do historiador com o entrevistado é intercalado de sentimentos de desconfiança e curiosidade, como também muitas vezes é marcado por um silenciamento voluntário. O primeiro encontro com o Teúnas Santana, ainda em 2009, foi realizado por telefone. Quando expliquei os motivos da entrevista, o mesmo demonstrou receio em falar sobre o assunto que envolvesse sua inserção no sindicato.

Após inúmeras tentativas, foi possível realizar a entrevista, quando na ocasião da mesma sua esposa observou-nos atenta em um dos cômodos da casa. Diante do gravador e da câmera, a entrevista foi interrompida em alguns momentos, porque ele hesitava em discorrer sobre determinados assuntos, possivelmente tomado pelas emoções despertadas por certas lembranças particularmente dolorosas.

A conversa estabelecida por Téunas com a sua esposa após o primeiro contato – como me revelou posteriormente –, na qual provavelmente

se especulou sobre quem seria a pessoa que pretendia entrevistá-lo, revela a preparação do sujeito para a entrevista, voltando-se a falar aquilo que espera ser a expectativa do entrevistador. Os momentos de silêncio revelam a importância atribuída ao ato de narrar para um desconhecido suas experiências.

Contudo, pude evidenciar esses silêncios nas entrelinhas das fontes consultadas, o que foi fundamental para possibilitar respostas a muitas das questões pertinentes à história desses sujeitos sociais. O processo de organização dos mesmos não se resumia aos espaços da Igreja e do sindicato; ao contrário, seria marcado pelos seus modos de viver, pela troca de saberes, sua luta por direitos e justiça, e pelo reconhecimento enquanto classe, pois, “conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista” (THOMPSON, 2001, p. 270).

Mais uma vez, penso ser necessário seguir os caminhos trilhados por Thompson quando afirma:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual obsoletos, o artesão utopista e até os seguidores esganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo por ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (THOMPSON, 1987, p. 13).

A partir dessa ótica, analisar buscando nas narrativas desses trabalhadores as suas trajetórias de vida, compreendo ser possível a interpretação e a reconstituição de momentos e aspectos que esses sujeitos elegeram como significativos e importantes para expressarem o que vivenciaram.

Finalmente, cabe dizer que o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, cada qual com uma proposta específica, mas que, em conjunto, apresentam discussões complementares.

No primeiro capítulo, “Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais segundo os próprios atores sociais”, no tópico 1.1,

intitulado *“Começava quando o sol tava saindo, e largava quando o sol tava se pondo”*, discorro sobre as condições em que viviam os trabalhadores rurais na região do Cariri, sobretudo no município do Crato, no final da década de 50 e início da década de 60, período marcado por inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas naquela região. Trata-se de entender as relações sociais de trabalho e seu respectivo espaço, baseado predominantemente nos relatos dos sujeitos que vivenciaram tal conjuntura.

Além disso, nesse capítulo, destaco ainda algumas iniciativas de organização camponesa na região do Cariri, no período que antecede a construção dos primeiros núcleos sindicais. Em meados da década de 50, naquela região, uma equipe ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB) iniciava um trabalho visando à organização dos camponeses. Sintonizada com as bases do partido, prestava esclarecimentos aos trabalhadores, levantando sua principal bandeira, a da reforma agrária.

Nesse sentido, são constituídas na região as Associações de Lavradores, trabalho esse que era realizado em diversas localidades do Brasil, principalmente onde os conflitos envolvendo os camponeses eram mais intensos. Essas entidades buscavam orientar os camponeses, fazendo com que os mesmos lutassem por seus direitos – como a ter um salário digno e melhores condições favoráveis de trabalho. A sua criação foi propícia naquele contexto histórico devido ao estado social em que se encontravam os trabalhadores.

Posteriormente, com as mudanças nas bases do partido, tais Associações vão sendo substituídas por outros tipos de organizações, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), fundada em 1955 e que congregou inúmeros camponeses no Cariri, e a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTAC), fundada em 1957.

A última, apesar de ter atuado também na região, centralizou parte dos seus trabalhos nos municípios próximos a Fortaleza, congregando trabalhadores até 1963, quando na ocasião é fundada em Fortaleza a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). Partimos nesse tópico com intuito de discutir o papel desempenhado por essas instituições junto aos trabalhadores rurais.



No segundo capítulo, “O papel da Igreja Católica na organização do sindicalismo cratense”, tomei como foco a inserção da ação pastoral da Diocese do Crato junto aos camponeses. Discutiremos como se deu todo esse processo organizacional, apontando as principais problemáticas da instituição na empreitada, pois é através dele que percebemos o aumento substancial do número de sindicatos sob a orientação eclesial.

O capítulo está dividido em dois tópicos: no primeiro, 2.1. “*Os sindicatos do bispo*”, analiso o trabalho desempenhado pela equipe de sindicalização instituída pela Igreja no processo de organização sindical junto aos trabalhadores rurais na região do Cariri, buscando compreender principalmente as experiências desses sujeitos na articulação dessas lutas. Como se organizaram? Como vivenciaram os primeiros encontros? Quais as principais dificuldades apontadas por esses trabalhadores? São esses questionamentos que permearão esse tópico.

No item 2.2. “A Escola de Líderes Rurais” abordo o papel desempenhado pela Escola de Lideres Rurais – ELIRUR, que foi criada para servir como elemento formador de lideranças junto a comunidades rurais. Esta escola teve um papel primordial no acompanhamento aos trabalhadores, nas realizações de inúmeras atividades no campo, atuando em diversos municípios na região do Cariri, estendendo suas orientações inclusive para além das fronteiras do estado do Ceará. Partimos no sentido de entender como era realizado esse trabalho com as bases, quais as principais atividades desempenhadas, os objetivos primordiais da Escola e como se deu esse diálogo junto aos homens do campo.

Por fim, no terceiro capítulo, “As experiências dos trabalhadores no sindicato”, consideram-se as experiências dos trabalhadores rurais fora do mundo institucional, assim como propõe Thompson. Busca-se compreender as principais lutas enfrentadas, enfatizando o desafio de repensar histórias que se tornaram registros na memória dos sujeitos históricos naquele contexto.

No tópico 3.1 “*Falar em sindicato, Ave Maria! Butava pra fora logo!*”, enfatizo a fundação das primeiras delegacias sindicais, bem como sua importância para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Quais as foram as primeiras delegacias fundadas? Como funcionavam? Quais as

funções exercidas pelos trabalhadores na delegacia e qual a sua relevância para comunidade? Apresento ainda os embates entre os trabalhadores e os donos de terra, enfatizando os mecanismos de resistência forjados pelos mesmos numa entidade que, naquele momento, representava uma ação coletiva enraizada na vivência daquelas pessoas.

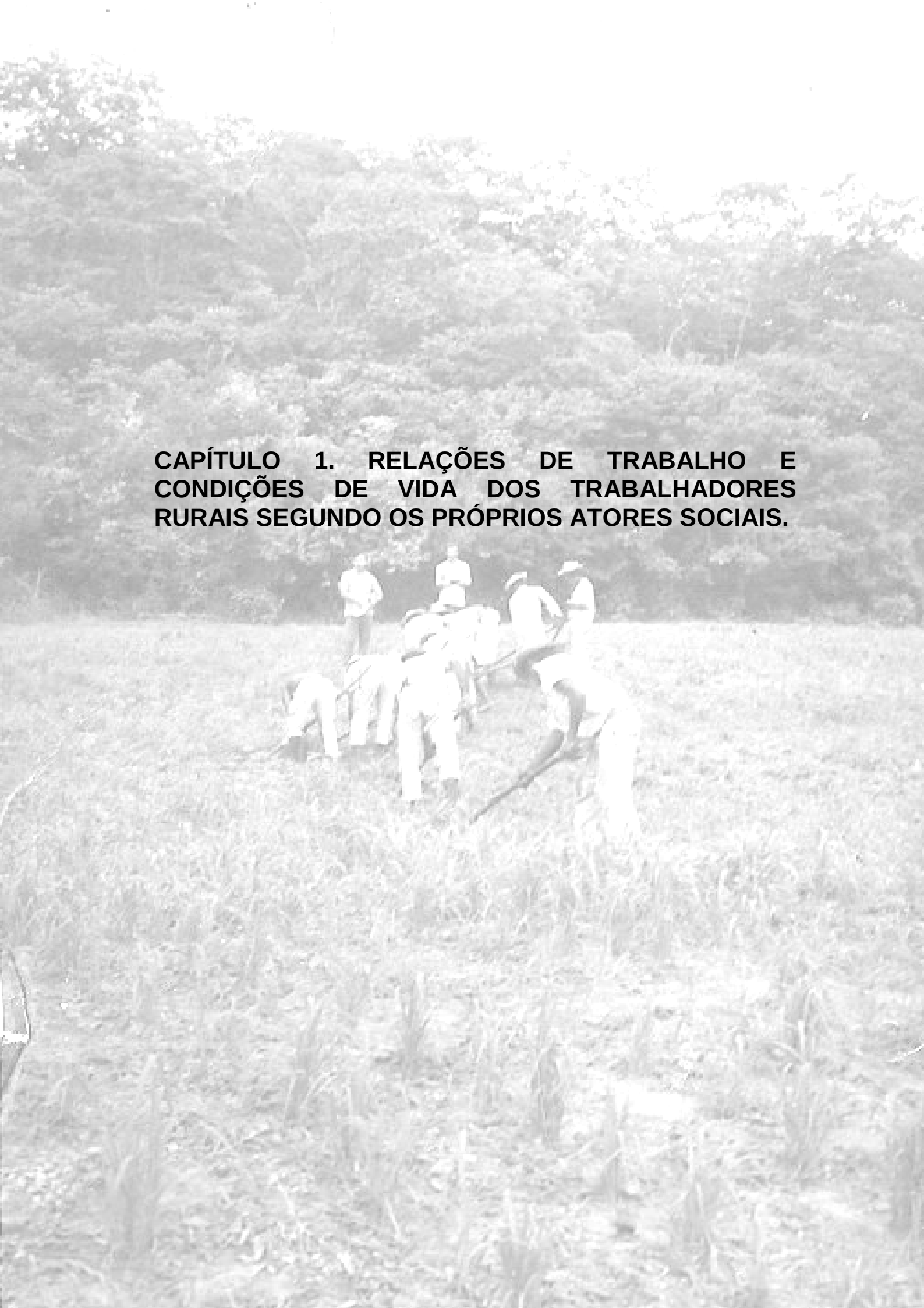
Em *“Melhorou depois dos sindicatos”* destaco o processo de formação dos trabalhadores, que ganha significado na vivência dos Cursos e Encontros. Essas ações são analisadas como parte de um projeto de orientação junto aos camponeses, articulando-se ao discurso social de autonomia e libertação dos pobres. Enfatizo a metodologia empregada nos minicursos aplicados, e a experiência dos camponeses durante a participação nos encontros. Tais sujeitos falam e se fazem visíveis, ampliando sua visão de mundo e concepção de direitos, de trabalho e de ser social.

No terceiro tópico, analiso como os trabalhadores vivenciaram o período marcado pela instauração do golpe militar no município do Crato. Mesmo que o trabalho sindical conduzido pela Diocese não tenha sofrido repressão direta, esse é o período quando os sindicatos da região enfrentam uma crise, ocasionada pela queda substancial do número de trabalhadores que deixam de freqüentar as atividades sindicais. Relatos da época sugerem que esse esvaziamento teria sido impulsionado pelo medo constante do chamado comunismo. Para tanto, será necessário entender o que foi e como se produziu esse medo – ou esses medos – e, principalmente, que funções ele desempenhou nas relações sociais no tempo e espaço aqui pesquisados.

No quarto e último tópico, *“O fim da Escola de Líderes Rurais”*, problematizo a fragmentação da Escola frente às mudanças e às transformações arregimentadas naquele período, operadas tanto pelas lideranças sindicais, assim como pela própria equipe da ELIRUR. Tais divergências marcam o declínio das atividades da Escola, frente ao trabalho de assessoria prestada aos sindicatos.

Estando assim construída a presente dissertação, a autor deste trabalho espera que o caro leitor tire proveito de sua leitura e compreenda o esforço aqui realizado para tentar recuperar um pouco da história de muitos homens e mulheres que buscaram na convivência mútua se organizarem.

**CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE TRABALHO E  
CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES  
RURAIS SEGUNDO OS PRÓPRIOS ATORES SOCIAIS.**



### **1.1 “Começava quando o sol tava saindo, e largava quando o sol tava se pondo”.**

No Cariri, manifestações de organização camponesa dar-se-ão ainda na década de 1950, através das Associações de Lavradores, orientadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para a consolidação delas, foi constituída uma equipe composta por José Leandro Bezerra da Costa, Fernando Ferreira e Pompílio Rocha. Tinham como metas prioritárias discutir e estudar a realidade do campo cearense, para posteriormente indicar onde seriam iniciados os trabalhos. A partir da realização desse estudo, alguns fatores balizariam a escolha do local para iniciar as atividades: a concentração de trabalhadores no campo, a situação em que os mesmos se encontravam, além do peso econômico da localidade.

Após essa configuração, implementa-se a escolha das regiões com seus respectivos municípios para intensificar os trabalhos. Dentre as que ofereciam melhores condições e que se enquadravam no perfil proposto pela equipe, destaca-se a região do Cariri. Os municípios selecionados são: Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Porteiras, Brejo Santo e Jardim. Esses apresentavam um poderio econômico relevante, beneficiados principalmente pelo comércio ligado à plantação de cana de açúcar, que desde o processo de povoamento, representava a maior atividade econômica.

A importância das atividades ligadas à cana de açúcar pode ser expressa pelos dados registrados por Figueiredo Filho. Em 1954, o autor fez um levantamento do número de engenhos presentes na região; os dados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Engenhos existentes em cinco municípios caririenses e sua produção durante o ano de 1954.

|                                 | Barbalha  | Crato     | Missão Velha | Juazeiro do Norte | Jardim    |
|---------------------------------|-----------|-----------|--------------|-------------------|-----------|
| Engenhos a força motriz         | 61        | 67        | 92           | 30                | 38        |
| Engenhos a bois                 | 1         | 5         | -            | 2                 | 4         |
| Engenhos de água                | 3         | 3         | -            | -                 | -         |
| Produção de rapaduras (quilos)* |           |           |              |                   |           |
| Produção de aguardente          | 8.520.000 | 5.075.000 | 3.500.000    | 2.300.000         | 2.170.000 |

\* Uma rapadura pesa em média 800 gramas e é comercializada por carga, que corresponde a 100 rapaduras.

Tabela 1 - Engenhos existentes em cinco municípios caririenses e sua produção durante o ano de 1954. In FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenhos de rapadura no Cariri. Documentos da Vila Rural nº. 10. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1958.

A partir das informações apresentadas na tabela 1, somadas a outros fatores tais como a própria comercialização dos produtos fabricados naquelas unidades de produção e o aumento do número de engenhos impulsionados a força motriz - 74% dos engenhos de rapadura atuantes no Cariri estavam mecanizados - não se pode inferir qualquer dúvida em relação à importância daquela atividade para a região.

Embora a cana de açúcar ocupe um lugar de destaque naquela conjuntura, a região se caracterizou por uma produção diversificada, e é traduzida pela grande quantidade de culturas ali encontradas, ligada, sobretudo a alternativas de trabalho como a pecuária, as casas de farinha, a própria moradia, entre outras. Tais atividades proviam as necessidades básicas da população, garantidas principalmente pela produção de gêneros alimentícios de primeiras necessidades.

Antônio de Alencar Araripe, escrevendo para a revista *Itaytera*, em seu artigo intitulado *Possibilidades econômicas do Cariri*, onde discorre sobre o potencial da região em meados da década de 50, aponta que:

A exploração da cana de açúcar, possibilitada com a utilização das águas das aludidas fontes, constituiu a base da vida econômica da região. A mandioca, o arroz, o café, o

feijão e o algodão entram como elementos subsidiários de sua riqueza. Em 1941, o município do Crato contava com 74 engenhos de ferro destinados ao fabrico da rapadura, sendo 29 movidos a vapor, 5 por água e 40 a bois. Hoje o número de engenhos, e dos que são tangidos a vapor, alcançam maiores cifras. A produção de rapaduras (peso médio, por unidade, 850 gramas) anda por cerca de 100 mil cargas (cada carga contém 100 rapaduras). Em toda a região, de certo ela excede de 300 mil cargas. Cumpre atender a que as atividades agrícolas constituem a principal preocupação de cerca de 80% das populações do Vale do Cariri (ARARIPE, 1954, p.154).

Segundo a pesquisa de Ochoa, o setor da agricultura no estado do Ceará em 1950, em relação a outros setores – tais como o industrial –, apresentava um papel primordial na participação na economia cearense. *Afirma que a força de trabalho empregada na agricultura representou nas décadas de 50 e 60 aproximadamente 67% da população economicamente ativa (PEA) dos quais 94,40% eram trabalhadores de enxada* (OCHOA, 1989, p.54).

Referindo-se à estrutura agrária do Cariri, por ocasião de sua viagem em 1955, Pasquale Petrone fez a seguinte referência: *“Um dos fatos que prendem a atenção de quem se preocupa com o estudo da região do Cariri é a sugestiva fragmentação da propriedade que aí se operou”* (PETRONE, 1953, p. 29).

Com o processo de fragmentação das grandes extensões de terras, impulsionada na maioria dos casos por laços de herança, houve a formação de inúmeras pequenas propriedades, comumente chamadas de sítios, que garantia, em parte, o sustento e a sobrevivência do pequeno produtor. Como consequência, esse quadro contribuiu significativamente para a consolidação de um padrão fundiário, proporcionando o surgimento de uma opulenta aristocracia rural.

Importa ressaltar que desde o final do século XIX, o município de Crato despontava como a principal cidade do sul do Ceará, destacando-se ao lado de Barbalha e Missão velha, como os maiores investidores de produtos ligados ao comércio da cana de açúcar da região. Segundo é observado na tabela abaixo, era nesse município que concentrava-se o maior número de propriedades. Do total, 273 possuíam menos de 20 hectares, 150 possuíam de 20 a 49 hectares e 106 mais de 50 hectares.

Tabela 2 – Distribuição das propriedades no município de Crato, referente ao ano de 1950.

| Municípios e Distritos | Número de propriedades |
|------------------------|------------------------|
| Crato                  | 234                    |
| Santa Fé               | 207                    |
| Dom Quintino           | 137                    |
| Limoeiro               | 562                    |
| Muriti                 | 139                    |

Tabela 2 - Distribuição das propriedades no município do Crato, referente ao ano de 1950. In: SÁ, Filadelfo Tavares de. Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense – Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1988.

A mão de obra empregada em boa parte dessas propriedades, nas quais predominava principalmente a cultura da cana, era bastante diversificada, sendo constituída por pequenos agricultores, arrendatários, moradores, meeiros, trabalhadores temporários assalariados e até pequenos rendeiros. Essas pessoas aglomeravam-se em torno dos engenhos, onde estavam ligadas aos proprietários por inúmeros vínculos de dependência.

Quanto às relações de trabalho, boa parte desse contingente, além de ter a obrigação de trabalhar para o proprietário, também constitui parceiros em áreas irrigadas (morador-parceiro) e arrendatários (morador-rendeiro). Além disso, esse contingente ainda pode combinar mais de um desses sistemas, incluindo a execução de trabalhos temporários, por diária, dependendo da necessidade do trabalhador e da viabilidade do ponto de vista do proprietário, o que evidencia um grau de divisão do trabalho limitado.

No caso de arrendarem terrenos na propriedade, há o pagamento de determinada renda aos proprietários, que em geral corresponde de 10% a 25% do produto resultante da lavoura (método considerado mais vantajoso do ponto de vista dos trabalhadores com menos recursos, por não exigir investimento inicial e por possibilitá-los a obter a sua própria produção). Caso

os moradores não paguem renda ao proprietário, é comum exigir o trabalho gratuito de dois ou três dias por semana.

Yacê Carleial, afirma que:

Essas categorias conviviam entre si, cruzavam-se, e disputavam espaços de trabalho, na mesma região e muitas vezes na mesma propriedade produtiva. Reproduziam-se deste modo, relações sociais de trabalho, que apareciam sob formas recriadas, constituindo-se assim uma rede de formas de trabalho que podiam ser ao mesmo tempo conflituosas e solidárias. [...] No cotidiano do trabalho agrícola caririense, nem sempre era possível fazer uma distinção rígida entre essas categorias (SÁ, 2007, p. 114).

Por mais que prevalecessem na região do Cariri inúmeros sistemas de relações de trabalho, a mão de obra predominante era a de morador. Manuel Correia de Andrade, ao expor em linhas gerais as relações de trabalho vigentes na área do Cariri cearense, relatou como características do morador, o fato de:

residirem nas propriedades em casas de taipa, dispondo de áreas para cultivos de lavouras de subsistência, em cujo resultado não participava o proprietário, que exigia do empregado, certo número de dias de serviços por semana” (ANDRADE, 1964).

O município de Crato sempre teve um número significativo de moradores fixos às propriedades. As relações de trabalho e de vida inseridas naqueles espaços balizariam de uma forma contundente o cotidiano de boa parte dos nossos trabalhadores entrevistados. Esses momentos estão gravados nas memórias que podem ser conhecidas ainda hoje, mediante muitas narrativas desses homens e mulheres.

Acilon José nasceu em 1945, e trabalhava como morador no engenho Boqueirão, de propriedade de João Leandro Correia, onde viviam em média quase 45 famílias. Recorda que iniciou precocemente o trabalho nas lidas da lavoura da cana, onde seu pai era morador. Ao ser indagado sobre sua infância, o mesmo afirma categoricamente:

Meu filho, eu não tive infância não. Naquele tempo, os pais iam pra roça e levava os filhos para trabalhar. Recordo



quando eu era pequeno e ia trabalhar, o sol quente como o de hoje. Eu ficava lá debaixo de uma moita enquanto o sol esfriava um pouquinho, para depois ir trabalhar. As pernas tudo suada, eu não tinha força para trabalhar ainda, né? Eu comecei a trabalhar com oito anos, eu ganhava 500 réis por dia. [...] Na época trabalhava todo mundo, homem, mulher e menino (ACILON JOSÉ, 2008).

Como demonstra o depoimento do senhor Acilon, era precoce a inserção da mão-de-obra infantil na cultura da cana-de-açúcar. O início dos trabalhos ocorria geralmente por volta dos 7 ou 8 anos de idade, e desde cedo as crianças dedicavam-se a ajudar no sustento da família. Aprender a trabalhar aparecia como uma etapa primordial da vida, e o engenho seria o lugar ideal para colocar em prática seus conhecimentos. José Macêdo confirma que a regra era geral:

A minha infância foi só de trabalho mesmo, comecei a trabalhar com 7 anos de idade já ajudando meu pai. Meu pai sempre foi agricultor, nasceu também aqui nessa localidade. E com 7 anos já comecei a ajudar ele. (JOSÉ MACÊDO, 2009).

O Trabalho no engenho era árduo, e exigia uma intensa disposição para suportar o ritmo do esforço empregado. As atividades de moagem duravam em média oito meses, iniciando-se em maio e terminando em dezembro, e eram marcadas por horas quase ininterruptas de serviço.

Teúnas Santana, irmão do senhor Acilon, ambos criados no Sítio Boqueirão, recorda que as jornadas de trabalho eram extensas e lembra com pesar o dia-a-dia nas exigências da produção da cana:

Todo dia o mesmo trabalho. A moagem começava de maio a novembro, e aí quando chegava novembro para dezembro era para cuidar das terras e já plantava milho, feijão, algodão essas coisas. Naquele tempo se trabalhava 16 horas por dia. Meu pai, eu cansei de ver saindo 1 hora da manhã de casa para o engenho e chegar dez horas da noite do dia seguinte por um dia de serviço, eu vi demais isso. Eu mesmo fiz muito isso, trabalhei muito chegando 6 horas e saindo 6 horas da noite (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Acilon confirma o relato do irmão, e acrescenta que *era um dia quase todo de serviço. “Começava quando o sol tava saindo, e largava quando o sol tava se pondo”* (ACILON JOSÉ, 2008).

As relações de trabalho naqueles espaços produziam um quadro de exigências e normas inflexíveis, onde recrutava-se toda a família para o trabalho braçal. Como rememora Teúnas Santana *“todos os meus irmãos trabalhavam no engenho, na caldeira, na fornalha de rapadura. Engenho durante o verão e roça durante o inverno”* (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Acilon recorda a “arte” de trabalhar no engenho:

De engenho eu fiz todo serviço [...]. Semear os rebolos de cana, limpar a cana, tirar bagaço, butar bagaço, butar fogo em caldeira, butar fogo em fornalha, tombar cana, cachear rapadura, destilar aguardante, todo serviço de engenho eu fiz (ACILON JOSÉ, 2008).

O período de entressafra, compreendido entre os meses de janeiro até junho, os chamados meses invernosos, *“era o momento para cuidar das terras e já se plantava milho, feijão”* (TEÚNAS SANTANA, 2009). Mesmo durante esse período, cabia aos moradores dedicar dias de serviço ao patrão. José Guedes rememora esse sistema tão comum nas relações de trabalho na região:

A gente muitas vez era sujeito 3 dias por semana. Nós trabalhava terça, quarta e quinta para o patrão, o restante ficava pra ele. Aí não dava pra nada, aí a gente tinha que voltar aquele sacrifício de trabalhar o resto de semana para o patrão, quase sem ganhar nada. Era duro, não era fácil não, não era fácil a vida do homem do campo. Hoje facilitou um pouquinho, mas mesmo assim deixa muita a desejar ainda (JOSÉ GUEDES, 2009).

A perpetuação desse costume, visava “segurar” o trabalhador na terra, impedia-o de buscar trabalhos em outras propriedades. Além do que, em muitos casos, devido à inexpressiva renda familiar, tal prática aparecia como “válvula de escape”:

Porque os patrão naquele tempo era assim: patrão aqui pagava vamos dizer, de 5 reais o dia. Você pagava de 10. Mas eu tinha 2 dias ou 3 dias por obrigação de trabalhar pra ele por esse cinco reais. E se eu precisasse de trabalhar

mais, não podia ganhar seus 10, tinha que ficar ali, continuar ganhando o 5 ali. Dois dias era obrigado a ir, independente. Se inventasse de trabalhar em outro lugar, tinha que sair. Em todos os engenhos daqui era assim (ACILON JOSÉ, 2009).

Ademais, a dureza dos ritmos de trabalho e a violência patronal imperavam nas relações com os agentes do empregador. A exploração extensiva de toda a mão-de-obra, era garantida por níveis miseráveis de remuneração. Os trabalhadores entrevistados apontam os ganhos como insuficientes, fato expresso pelas condições degradantes a que muitos deles estavam submetidos.

Morador não tem nada meu filho, morador é morador. Só plantava o que desse para comer mesmo. Os patrão costumava dizer que tinha que saber o que o caba ia butar no fogo, ele tinha que saber o que você ia comer, se não eles diziam que a gente já tava rico. Eles iam lá (na casa gente), buscar um litro de feijão, um litro de farinha, uma rapadura. Era um sacrifício de vida! (ACILON JOSÉ, 2009).

Outro traço permanente na experiência contada pelos trabalhadores rurais era a submissão ao controle e à vigilância do patrão, o que refletia-se diretamente na esfera econômica, social e cultural do trabalhador. No Cariri, sobretudo em Crato, estruturou-se esse tipo de sociedade, imbuída numa série de relações e controle social.

Hoje tá bom demais, antigamente não existe a liberdade que existe hoje. Na época, o trabalhador ele era oprimido demais, sujeito né? Num tinha liberdade que tinha hoje de maneira nenhuma não. A gente tudo dependia do patrão, o que ele dissesse que era, tinha que ser, e aí do camarada questionar (JOSÉ MACÊDO, 2009).

Como se observa, a vida era regida de forma extremamente dura, abrangente e até desumana. Os trabalhadores que forneceram uma descrição minuciosa de sua vida na época anterior à formação dos primeiros núcleos sindicais na região tornaram-se, muitas vezes, volúveis quanto a esses tempos remotos. São casos que evocam situações de vida degradante, manifestadas por questões concretas de ausência de salário, de

falta de socorros médicos e de boa moradia, além de ausência de liberdade. Como enfatiza o senhor Acilon, representando o sentimento de muitos:

Eu digo que nós naquele tempo é como um bucado de gado que está preso num jiqui, num curral, e quando você solta, ele sai os pinote escamuçando, nós era do mesmo jeito naquele tempo. Tudo que o dono dizia, a gente acreditava, tudo que ele dissesse tava dito (ACILON JOSÉ, 2009).

Nesse sentido, podemos afirmar que ao longo do processo de formação econômica da região, a diversificação das formas de relações de trabalho foi arregimentando uma sociedade desigual, marcada pela exploração.

## **1.2 Esforços de organização camponesa no Cariri: As associações de Lavradores**

Diante de tal conjuntura, intensificam-se efetivamente os trabalhos. O intuito primeiramente era aglomerar os trabalhadores para prestar orientações quanto aos seus direitos, alertando os camponeses sobre seus problemas mais imediatos, suas necessidades mais sentidas, tais como a luta por melhores condições de vida.

Mas o trabalho, de início, não obtém resultados significativos. A equipe encontra forte resistência por parte dos grandes proprietários de terra, somada aos entraves impostos pelo Ministério do Trabalho. A resistência é sentida principalmente pelos trabalhadores rurais, através das relações patrão-empregado. Como aqui já enfatizado, esses camponeses inseriam-se numa intrincada rede de mercês e obrigações, cujos vínculos ultrapassavam o limite do labor e atingiam a vida familiar. Além disso, o clero caririense, através de um forte discurso anti-comunista, apresentava-se como um enorme entrave a qualquer tipo de atividade sob orientação do PCB. A saída encontrada foi a criação de entidades de caráter civil que não teriam a necessidade de serem reconhecidas pelo Ministério. Portanto, entre 1950 até 1955, período quando a equipe buscou desenvolver essas ações, foram registradas poucas associações espalhadas por todo o Estado (OCHOA, 1989, p. 5).

Entre os dias 4 e 5 de agosto de 1954, realizou-se em Fortaleza a I Conferência Regional dos Trabalhadores do Nordeste, que contou com a presença marcante de lideranças do Piauí e Maranhão. Durante as preparações do evento, foram realizadas assembléias e palestras em 22 municípios por todo o estado, inclusive em alguns no Cariri, dentre eles, Crato, Assaré e Várzea Alegre.

Uma das principais tarefas do encontro, além de discutir a situação dos camponeses em todo o Ceará, seria a escolha dos delegados a se fazerem presentes na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que seria realizada no final do mês de setembro em São Paulo. Entre os assuntos mais debatidos naquela ocasião estavam: a exploração nos arrendamentos, a falta de terra, os baixos salários, a falta de

assistência médica, o alto preço das ferramentas e dos artigos de consumo que os camponeses precisavam adquirir, bem como a falta de financiamentos.

Discorrendo sobre o referido evento, na sua coluna intitulada *Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome*, escrita e publicada no Jornal *Terra Livre* em setembro de 1954, José Leandro Bezerra enfatiza o trabalho que vinha sendo desenvolvido no Ceará, apontando ainda dados significativos da realidade vivida pelos camponeses caririenses:

ENVIADOS 10 DELEGADOS A II CONFERÊNCIA NACIONAL – GANHAM SALÁRIO DE 4 CRUZEIROS POR DIA – AS MULHERES QUE TRABALHAM NAS CASAS DE FARINHA NA SERRA DO ARARIPE – O FANTASMA DA FOME AMEAÇA NOVAMENTE O CEARÁ.

Na serra do Araripe, as mulheres denunciaram que estão vivendo com um salário de Cr\$ 4,00 por dia, trabalhando nas fábricas de farinha ali existentes. Em Várzea Alegre os camponeses levantaram a reivindicação da baixa dos arrendamentos das terras. Eles plantam o algodão a meia, o arroz a meia com uma pequena ajuda do proprietário, de 300.00 por tarefa de arroz plantado. Uma tarefa dá 12 quartas: sai o arroz para o proprietário, livre de tudo, a 30,00 a quarta de 30 litros (62 quilos). Em Juazeiro e Crato, os donos da terra cobram 200 litros de arroz por cada tarefa plantada, o que dá uma média de 500,00 em dinheiro, por tarefa (a tarefa, aqui, é de 55 por 55 metros).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> *Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome*. Jornal *Terra Livre*. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1954, p.3. O jornal *Terra Livre* foi um grande instrumento de apoio aos diversos segmentos dos trabalhadores do campo utilizado pelo Partido Comunista do Brasil. Esse periódico começou a ser editado em maio de 1949, numa conjuntura marcada por diversas transformações em boa parte do campo brasileiro. Entre os seus principais objetivos: organizar os trabalhadores rurais em torno de sindicatos e associações, esclarecê-los sobre seus direitos e divulgar as teses do Partido. Segundo Medeiros, o “*Terra Livre* não tinha periodicidade regular, apesar de ter buscado ser quinzenal e até mesmo semanal. Às vezes saía mensalmente, noutros períodos a cada quinzena; em alguns momentos mais críticos, com regularidade ainda menor”. Sua tiragem chegou a trinta mil exemplares, com contribuições advindas de todos os locais do país. Sem dúvidas, esse periódico se constituiu numa importante identidade *camponesa*. Ver: Medeiros, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995: 50-65. Encontramos boa parte dos periódicos do Jornal no *Armazém Memória*, que é uma iniciativa de construção coletiva de um site na Internet cujo objetivo é integrar os inúmeros esforços de resgate da memória da luta popular realizados em nosso país. É um rico acervo que reúne de forma digital: coleções de periódicos, depoimentos, livros, vídeos, áudios, artigos, documentos e imagens; obra de natureza histórica e educativa, cujo conteúdo é de interesse público, sendo patrimônio cultural brasileiro por ser obra científica portadora de referência à identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da

De fato, por ser um Jornal ligado ao PCB, é preciso ter cautela ao analisá-lo, daí não cair na tentação de absorver os discursos presentes nas fontes. Como enfatizou Chartier:

É preciso “tentar interrogar os objetos lidos eles próprios, em todas as suas estruturas, jogando, de um lado, com os protocolos de leitura inscritos nos próprios textos, e de outro, com as disposições de imprimir uma intenção e manipular a recepção” (CHARTIER, 1996, p. 235).

Todavia, a notícia veiculada pelo Jornal Terra Livre, onde aparece denúncias relacionadas às condições sub-humanas em que viviam os trabalhadores, só vem confirmar as relações de exploração a que muitos estavam submetidos.

Em setembro de 1954 é realizada em São Paulo a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – aqui já mencionada –, ocasião quando se fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil (ULTAB), que tinha como um dos seus objetivos aglutinar diversas organizações de trabalhadores.<sup>2</sup> O Ceará se fez presente através de uma comissão composta por oito camponeses, dentre eles dois da região do Cariri, um do município de Assaré e outro de Várzea Alegre.

José Leandro Bezerra da Costa, um dos primeiros integrantes da equipe enviada ao Cariri para implantação dos primeiros trabalhos, compôs ao lado de Lyndolpho Silva a diretoria da recém fundada ULTAB, assumindo um dos cargos da vice-presidência. José Leandro passa também a editar uma coluna quinzenal no Jornal *Terra Livre*, informando sobre o desenvolvimento das lutas camponesas no Ceará.<sup>3</sup>

---

sociedade brasileira. Toda essa documentação encontra-se disponível no site <http://www.armazemmemoria.com.br>

<sup>2</sup> Fundada na cidade de São Paulo, em 1954, tendo à frente o militante do PCB Lindolpho Silva. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. Em 1964 foi extinta pelo golpe que implantou a ditadura militar no Brasil.

<sup>3</sup> Lyndolpho Silva foi um dos principais dirigentes comunistas na área de trabalho no campo nas décadas de 1950 e 1960. Na ocasião da II Conferência Nacional na qual foi fundada a Ultab, ele foi eleito primeiro-secretário. Mas já em 1959 Lyndolpho foi indicado para a presidência daquela

Logo após a criação da ULTAB, e com o retorno da comissão ao Ceará, intensificam-se novamente a fundação das associações, a exemplo da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), criada no ano de 1955. Apesar desta ter iniciado seu trabalho em um curto espaço de tempo, precisamente entre 1955 e 1956, podemos afirmar que ela exerceu um papel importante junto aos camponeses e esteve à frente de inúmeras reivindicações, como a luta pela distribuição de terras gratuitas aos lavradores pobres do Ceará:

A campanha pela entrega das terras devolutas do Estado, gratuitamente aos lavradores pobres, vem despertando entusiasmo crescente no Interior do Ceará. Muitos abaixo-assinados já foram encaminhados pelos camponeses às autoridades e agora estão se realizando discussões sobre esse assunto nas assembléias das associações filiadas à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (OCHOA, 1989, p. 37).

Ainda referindo-se à campanha, o informe no tablóide acrescenta um detalhado panorama das terras devolutas em diversos municípios interioranos. Detalhe para o do Crato, que destaca-se com a segunda maior extensão de terras devolutas, perdendo apenas para Camocim:

Existem cerca de um milhão e quinhentos mil hectares de terras devolutas no Ceará. Nos estudos e reconhecimentos prévios feitos pelo Departamento de Terra e Colonização, já foram cadastradas 733.821 hectares de terras devolutas, nos seguintes municípios: Acopiara, 9.636; Araçoiaba, 108.280; Aracati, 2.181; Baturité, 35,065; Camocim, 147.230; Crateús, 4.720; Crato, 111.055; Pacajús, 41.249; Senador Pompeu, 32.360; Sobral, 72.591 hectares.<sup>4</sup>

É válido salientar que a ULTAC chegou a congregar pouquíssimas associações. Mas, mesmo de forma tímida, o trabalho apresentava seus

---

entidade. Ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) *O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4), p. 55 (*Entrevistas feitas no ano de 1995, que estão no Centro de Documentação e Memória – Cedem – em São Paulo e no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ*)

<sup>4</sup> Jornal Terra Livre. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.7.



frutos, impulsionando mudanças e consequentemente quebras nas relações de trabalho, que até então eram baseadas na troca de concessões e lealdades mútuas. Foi nesse sentido que, em setembro de 1956, o Jornal *Terra Livre* noticiava em suas páginas uma pequena greve dos assalariados no sítio engenho Bebida Nova, no Crato, onde os trabalhadores reivindicavam um aumento do salário e melhores condições de trabalho:

Os assalariados agrícolas do Engenho Bebida Nova, que recebiam ordenados de 12 cruzeiros fizeram greve exigindo o pagamento de 40 cruzeiros por dia. A greve terminou vitoriosa. O patrão resolveu pagar 35 cruzeiros por dia, dar uma cabaça de mel, um feixe de cana e rapadura toda semana. A greve começou com a reunião dos trabalhadores, sobre o monte de bagaços de cana (bagaceira), onde os trabalhadores, sentados, avisaram ao feitor que não trabalhariam, enquanto não viesse o aumento. O feitor foi a cidade falar com o patrão, e este, depois de ouvir que não tinha outro jeito, aceitou aumentar os ordenados. Nos outros engenhos, a situação continua ruim. Pagam de 12 a 20 cruzeiros, com exceção do Sr. Luiz Bacurau que já em 1954, havia aumentado para 35 cruzeiros os ordenados dos seus trabalhadores. O salário mínimo de Crato, por lei, é de 60 cruzeiros diários, com direito a receber os domingos, feriados e dias santos sem trabalhar. Os trabalhadores vão lutar para receber de acordo com a lei.<sup>5</sup>

Percebe-se que, mesmo com o aumento concedido pelo patrão, equivalente a 35 cruzeiros, o salário naquela localidade ainda estava bem aquém do instituído por lei – 60 cruzeiros o dia. É notável também na reportagem que as leis relacionadas aos trabalhadores do campo não eram cumpridas, nem observadas. E, provavelmente, essa era a realidade em boa parte dos municípios do Cariri. Ressalte-se o fato de que o aumento foi instituído somente no engenho Bebida Nova, pois nos demais espalhados por toda a região o salário estava entre 12 e 20 cruzeiros ao dia, como se pode observar na matéria.

José Guedes rememora que pouquíssimos trabalhadores na região do Cariri eram assalariados, e que na prática, as leis não eram de fato

---

<sup>5</sup> Greve dos trabalhadores do Engenho Bebida Nova. Jornal Terra livre. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.3.

observadas. Essa situação seria ainda mais agravada pela ausência de uma legislação que regulamentassem as relações de trabalho no campo.

Aqui ninguém era assalariado. Ninguém ganhava salário, ganhava a metade do que devia ganhar. Às vezes quando chegava o final de mês, muitos nem davam nem para pagar o patrão, ficava devendo a vida inteira (JOSÉ GUEDES, 2008).

Juarez Uchoa, repórter do Jornal *Terra Livre* no Ceará, percorreu em agosto de 1956 diversos municípios do interior do estado, ouvindo e entrevistando camponeses sobre a situação em que viviam. Na ocasião de sua passagem pelo Crato, ao atentarmos para algumas de suas entrevistas, percebemos que as reivindicações giravam em torno de anseios por uma reforma agrária, bandeira essa levantada sobretudo pelo PCB, bem como pela indignação quanto ao modo de vida deplorável a que eram submetidos aqueles trabalhadores:

No município de Crato, sítio Batateira, o assalariado agrícola José Barbosa disse: Deus queira que já venha a reforma agrária. Nós trabalhamos na Serra do Araripe e tudo ali era nosso. Depois que chegaram os ricos, Pedro Felipe, Benedito Teles, João Correa, Valdemar Alencar e outros mais, cercaram tudo de arame, e não querem nem que agente apanhe água nas nascentes do pé da serra. Tenho fé que isto vai acabar, e a demora só está mesmo dependendo de nossa união. Na feira do Crato, o lavrador José Antonio dos Santos, sabendo que a reportagem do *Terra Livre* estava ali, foi logo dizendo: “ Pois o senhor se apronte pra ouvir coisa de arripiar nesse Crato. Os donos de engenhos não dão mais moradia a gente. Só se nós se assujeita a trabalhar dois dias na semana a cinco mil réis o dia, a nossa custa. Se fala um dia vai logo pra fora no outro dia e perde tudo que tiver plantado. Mas eu tenho fé que ainda vem um governo que dê terra ao pobres.” No acampamento que do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que está se transformando num povoado de barracas de lavradores e trabalhadores agrícolas expulsos dos engenhos, ouvimos o lavrador Miguel: “ Nós é que trabalhamos pra fazer a riqueza. A paga que se recebe por aqui, é ser corrido das terras. Chaga aqui no acampamento e faz essa barraca de palha, e tem de pagar dois mil réis de palmo todos os anos. Se não paga desocupa vende a barraca ao dono da terra, pelo preço que ele quiser pagar”. Maria das dores, uma lavradora que estava perto, ao ser inquerida, ajuntou: “Ah seu moço! Gente pobre já pode falar em Jornal? Será que o mundo já está perto de se acabar?”

Aqui os ricos fala em coisa boa pra pobre, já a gente fica logo de orelha em pé. Sabe o que eles fazem? Correu a notícia que iam chegar enxadas pro pobres. Eles pegaram para fazer paiol cheio e comprar cavalo bom e comer carne, mais o bruguelas (filhos).<sup>6</sup>

Mesmo com uma atuação expressiva junto aos camponeses, tendo conseguido congregar cerca de 15 associações espalhadas por todo o estado, a ULTAC foi perdendo influência no campo; tanto que, no final de 1956, as associações sob sua orientação encontravam-se fragmentadas e desestruturadas. Entendemos como uma das causas para o fracasso a ausência de uma legislação específica para o campo, além do que tais associações encontravam barreiras no discurso anticomunista da Igreja. Segundo José Leandro Bezerra:

Facilmente as pessoas que se opunham á organização dos camponeses destruíam aqueles núcleos que nós chegamos a fundar, metiam dúvidas nas cabeças dos camponeses. Nós acabamos descobrindo que os padres, facilmente destruíam aquelas associações dizendo que aquilo não tinha Estatuto, não tinha coisa nenhuma”. (OCHOA, 1989, p. 57).

Nessa mesma época, intensificavam-se os conflitos no campo e vários movimentos camponeses eclodiam por quase todo o Brasil. A Revolta de Formoso, no Estado de Goiás, a insurreição no sudoeste do Paraná (Porecatu) e em Santa Fé do Sul (Estado de São Paulo) desencadeiam conflitos entre fazendeiros e camponeses. Sob tais condições, em 1955, surgem no Nordeste as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco.

Havia muitos camponeses que não estavam conseguindo pagar o foro e, por isso, surge a idéia de formar uma sociedade de ajuda, com a meta de comprar um engenho onde os camponeses pudessem trabalhar. Assim, eles fundam a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco-SAPPP, ou como ficou nacionalmente conhecida, a Liga Camponesa da Galiléia, que tinha por objetivo ser uma sociedade civil de auxílio mútuo, com a intenção de fundar escola e formar fundos funerários. O

---

<sup>6</sup> *Querem ardentemente a Reforma Agrária os lavradores pobres do Ceará.* Jornal Terra livre. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.4.

seu principal líder foi o advogado e deputado Francisco Julião, responsável por haver aglutinado o movimento em torno do seu nome e de sua figura, conseguindo reunir idealistas, estudantes, alguns intelectuais, e se projetar como presidente de honra das Ligas Camponesas. Aos poucos as ligas camponesas se formavam em outros locais do Brasil, multiplicando-se por todo o país (MEDEIROS, 1989, p. 112).

Devido a ser um movimento reivindicatório e que se opunha à desigualdade, “as ligas estiveram sempre relacionadas à repressão e a violência no campo”. (RUI, 1990, p. 362). Segundo José de Sousa Martins, o que se desenvolveu ali em Pernambuco seria o “capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro” (MARTINS, 1981, p. 76).

Intensificavam-se as divergências entre as Ligas e o PCB. O projeto do PCB partido baseava-se na existência de restos feudais no campo. Nesse sentido, para dar vez ao desenvolvimento capitalista, seria necessário pôr fim ao latifúndio, além do que a revolução no Brasil consistia numa etapa democrático-burguesa, tendo na reforma agrária um papel fundamental para o processo.

Já as Ligas Camponesas discordavam da aliança democrático-burguesa. Para a direção destas, o campesinato era o cerne da revolução brasileira, cujo conteúdo era imediatamente socialista, baseado na proposta de uma reforma agrária radical, “na lei ou na marra”.

Juarez Uchoa, posteriormente às visitas realizadas por quase todo o interior cearense, sintonizado com as bases do PCB, expressava com clareza nas páginas do jornal *Terra Livre* a proposta do partido para o campo:

A única solução para os lavradores pobres do Ceará como em geral para os de todo o Brasil, está em sua organização em associações, como as que já existem nesse Estado, filiadas à União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará e lutar pela realização de uma reforma agrária democrática.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> *Querem ardentemente a Reforma Agrária os lavradores pobres do Ceará.* Jornal Terra livre. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.4.

No bojo dessas transformações são reiniciados os trabalhos de reorganização das antigas associações no Ceará, resultando, em 1957, na fundação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTAC), substituta da antiga ULTAC. Diferentemente das anteriores, a nova instituição tem ações mais efetivas, consistentes, buscando agora a legalização dos registros em cartório e elaborando estatutos com vistas a fundar entidades sindicais.

A região caririense continuava sendo um alvo da equipe, que desta vez era encabeçada por Jesus Batista, presidente, e José Leandro da Silva, secretário geral. As orientações partiam de Fortaleza para as quase trinta Associações que a FALTAC conseguiu fundar, dentre elas, duas situavam-se no Cariri: Associação de Lavradores e Trabalhadores de Nova Olinda e Associação de Lavradores de Assaré. José Leandro Bezerra da Costa relata como era realizado o trabalho e aponta as dificuldades enfrentadas:

“Então, através dessa Equipe Central, nós formamos uma equipe mais numerosa que era formada por quinze líderes do interior. Esses líderes viviam numa luta constante para organizar a Associações. Foi através desse trabalho que nós conseguimos saber como atuar no interior. Aí, em cada lugar, nós tínhamos uma maneira de luta que nós orientávamos, que era orientada para os camponeses se movimentarem por seus interesses, em defesa de seus interesses. **No Cariri havia uma luta pelo cumprimento das leis trabalhistas, da defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Mas também havia uma orientação para os camponeses autônomos, eram camponeses que trabalhavam por si, pequenos arrendatários, posseiros e pequenos proprietários. Esses recebiam orientação daqui, de Fortaleza,** para sustentar a luta por terra ou mais terra para trabalhar e para os que não possuíam terra, a luta pela baixa dos arrendamentos, luta contra a meia, a terça, luta por melhores preços para a produção, por financiamento”.<sup>8</sup> [Grifo nosso]

O primeiro passo da FALTAC foi adquirir uma sede própria, situada na Rua Major Facundo, nº. 844, em Fortaleza, de onde partiam as orientações e eram prestados inúmeros esclarecimentos aos filiados. Na capital, bem como no interior, foram realizadas passeatas e manifestações. A entidade contou

---

<sup>8</sup> Como já foi por nós assinalado, José Leandro Bezerra da Costa integrou a primeira diretoria da ULTAB, ocupando o cargo de vice-presidente nos anos de 1954. José Leandro Bezerra da Costa apud OCHOA op. cit., p.3.

inclusive com a ajuda dos Círculos Operários, muito embora, no entendimento de alguns, essa parceria gerasse desconfiança “em torno dos interesses e rumos que cada uma das organizações pretendia dar ao movimento sindical rural”.<sup>9</sup> Juntos, os grupos iniciaram um grande programa de apoio à massa camponesa, compraram ferramentas e inseticidas para vender aos trabalhadores a preço de custo. Estabeleceram também um plano de criação de 50 escolas que seriam instaladas nas sedes das associações espalhadas por todo o Ceará. Foram criadas cooperativas, além de prestarem, através da ajuda de simpatizantes do movimento, serviços de assistência odontológica e jurídica.

Eram inúmeras as dificuldades existentes para esse tipo de organização. As leis que regulamentavam até o momento as entidades sindicais, como o Decreto Lei nº. 1.402, de 5/08/1939, que determinaria o critério da unicidade sindical, não se aplicariam às atividades ligadas à agricultura e pecuária, excluindo os trabalhadores rurais dos benefícios sociais, não observando as especificidades que o trabalho no campo exigia.

Somente no início da década de 1960 essas medidas aos poucos vão sendo alteradas, quando a sindicalização de fato é estendida ao campo. Apesar do decreto-lei de 1944, que garantia a sindicalização rural, apenas seis sindicatos rurais em todo o Brasil conseguiram ser reconhecidos no início da década de 1950.

Colleti, ao fazer um levantamento sobre os principais estudos já realizados que tratam das questões burocráticas relativas à fundação de entidades oficiais no campo, afirma que, até 1960, o número de sindicatos de trabalhadores agrícolas reconhecidos pelo Ministério do Trabalho não chegava a uma dezena (COLETTI, 1998, p. 67).

Apesar dos diversos esforços massivos de tentativas de organização camponesa no Cariri, foi somente na década de 1960, durante o governo de João Goulart, que de fato a sindicalização oficial foi estendida ao campo, sob a forma de entidades sindicais. E é nesse contexto que surgem os sindicatos

---

<sup>9</sup> Sobre a aliança estabelecida entre os círculos operários e as lideranças camponesas da FALTAC, ver: SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando. (1915-1963). 1. ed. Fortaleza: Edições Nudoc, 2007. v. 1. 241 p. 99-101

dos trabalhadores rurais no Cariri, sendo o do Crato o primeiro sindicato reconhecido no estado do Ceará.

A FALTAC será a entidade responsável por congregar os trabalhadores no Ceará até 1963. Necessário destacar que, entre os anos de 1958 e 1959, os trabalhos dessa instituição centralizam-se mais precisamente na região centro-sul, sertão-central, no Norte e nos municípios próximos a Fortaleza.

No início de 1963 será realizada uma assembléia Geral dos camponeses sobre os rumos daquela entidade. A proposta era dissolver a FALTAC com o intuito de implantar uma Federação que congregasse as principais categorias de camponeses. É então criada a Federação dos Trabalhadores da Lavoura e da Federação dos Pequenos Produtores Autônomos, que aglutinaria diversas categorias de trabalhadores. No mesmo ano é fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, cujas atividades tiveram duração efêmera e foram rapidamente aniquiladas pelo golpe militar de 31 de março de 1964, desencadeando uma ferrenha perseguição aos trabalhadores que resultou na destruição da sede da entidade.

Mas, o que explica o afastamento das atividades orientadas pelo PCB no Cariri? Uma argumentação plausível seria de que o trabalho de orientação junto aos trabalhadores agora se daria por meio de uma outra força social no campo, a saber, a (inserção da) Igreja.



**CAPÍTULO 2: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA  
NA ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO CRATENSE**



## **2.1. Os “*sindicatos do Bispo*”**

No Ceará, precisamente na região do Cariri, desde os primórdios dos anos 60 até o final dessa década, a Igreja Católica se constituiu em uma força importante na mobilização do homem do campo. A Diocese do Crato, que tinha à frente D.Vicente de Paulo, então bispo auxiliar, articulou-se com os párocos e leigos para que fosse desenvolvido um trabalho junto aos camponeses naquele município, estendendo parte das atividades às regiões limítrofes ao Estado do Ceará.

Para isso contou com um amplo aparato institucional quando formalizou uma equipe de sindicalização, firmou convênios com o Governo Federal, recebeu apoio de alguns movimentos – como foi o caso do Movimento de Educação de Base, que funcionava através de uma rede de escolas radiofônicas –, e ainda empreendeu a criação da Escola de Líderes Rurais, responsável pela formação de novas lideranças com uma presença marcante no campo.

Segundo levantamento, foi no município do Crato, sob orientação da sua Diocese, onde surgiu, em janeiro de 1962, o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais reconhecido do estado do Ceará.

O início de tais trabalhos pela Igreja local data de iniciativas realizadas ainda no final dos anos 50. Entretanto, foi através da FPI, Fundação Padre Ibiapina – órgão pertencente à Diocese – que as ações foram intensificadas, exercendo assim um papel social relevante em toda região do Cariri.

Embora o intuito aqui não seja o de avaliar a ação pastoral da Igreja no Crato juntamente com suas estruturas, e muito menos situá-la como força propulsora do movimento organizacional dos trabalhadores rurais (o que limitaria tanto a nossa análise quanto a ação dos sujeitos envolvidos nesse processo) é inegável a importância da instituição e o papel por ela desempenhado junto aos camponeses caririenses, seja no período que antecede a criação dos primeiros núcleos sindicais, como durante o processo de organização social dos mesmos.

Dessa forma, torna-se imprescindível discorrermos sobre a atuação eclesial naquele contexto, destacando os principais setores que compunham o órgão religioso.

O desempenho da Igreja na região, representada principalmente pela Fundação Padre Ibiapina, permeia uma série de fatores que impulsionaram o surgimento dos primeiros núcleos sindicais no Cariri, os quais também estiveram presentes no cotidiano dos trabalhadores.

Devido ao foco principal de nossa análise, que visa compreender o processo organizacional dos trabalhadores rurais baseado em suas experiências de vida, restringiremos o enfoque aos departamentos ou setores ligados àquela instituição que, a nosso ver, exerceram uma maior influência junto à classe.

Como se observa no organograma a seguir, há uma vasta estrutura organizacional que interliga os principais departamentos da Fundação, pelo qual percebe-se o teor da seriedade com que o trabalho era encarado.

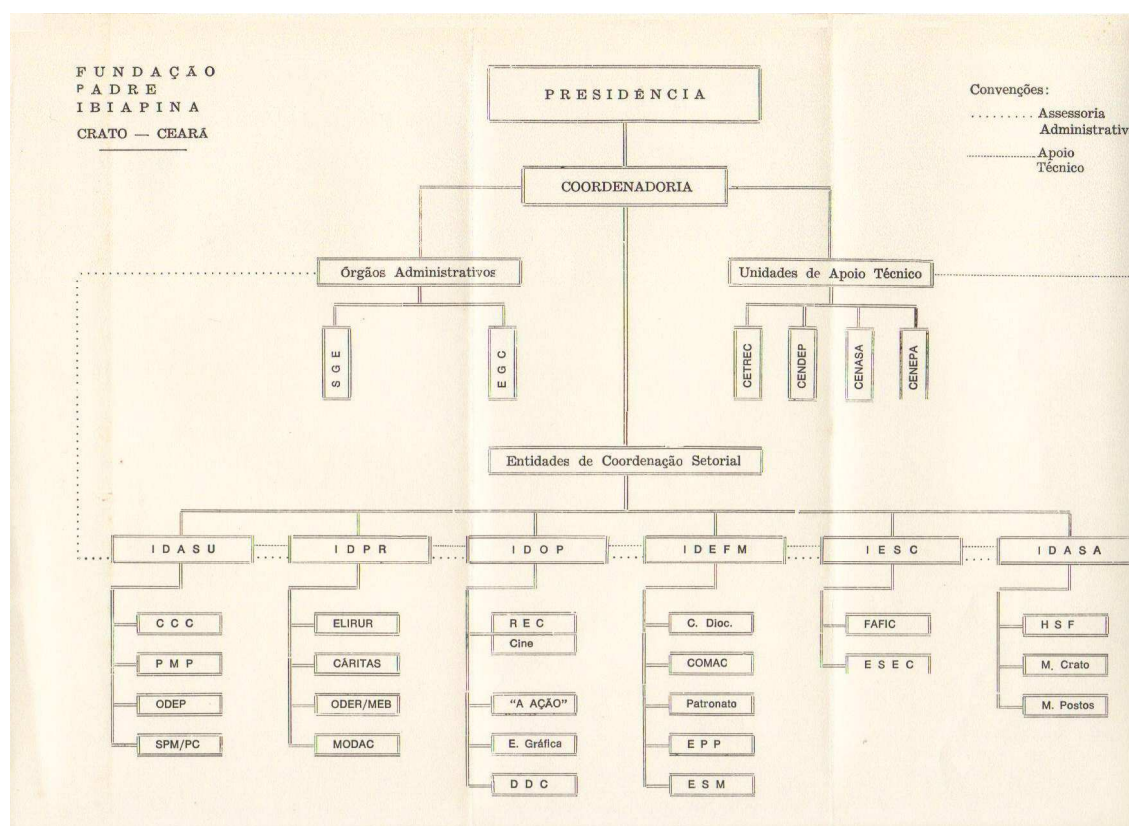


Figura 1: Organograma dos principais departamentos que compunham a Fundação Padre Ibiapina.1958.1972. Arquivo: Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG)

Criada em 1966, a Fundação Padre Ibiapina é um órgão pertencente à Diocese do Crato. Suas atividades estão pautadas nas antigas Casas de Caridade fundadas pelo missionário Padre Ibiapina (1806-1883). Essas

casas eram lugares de abrigo, instituições locais com um aparato legal constituído por um estatuto e pelo regimento interno, visando à educação e promoção social das mulheres pobres, especialmente órfãs vitimadas por secas e epidemias. As meninas que ali permaneciam deveriam ser doutrinadas na oração, no estudo e no trabalho, além do que se aperfeiçoavam em tarefas domésticas, artesanais, na costura, na fiação entre outros afazeres.<sup>10</sup>

Vale salientar que os serviços realizados nas Casas de Caridade não se restringiam apenas às mulheres órfãs, mas se estendiam aos inúmeros indigentes da Região Nordeste. Tal empreendimento, devido à sua importância, foi adotado por outros estados, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco.<sup>11</sup>



Figura 2: Antiga Casa de Caridade do Crato, 1868. Arquivo: Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG)

Em 1956, a Casa de Caridade do Crato necessitava de uma reformulação interna em suas estruturas organizacionais. Tais modificações

---

<sup>10</sup> Sobre a experiência da educação feminina nas Casas de Caridades, ver: MADEIRA, Maria das Graças de Loliola. *Entre orações, letras e agulhas: a educação nas "casas de caridade" do Pe. Ibiapina - Sertão cearense (1855-1883)*. Projeto de Tese de doutorado. Fortaleza: FAGED/UFC, 2001.

<sup>11</sup> Sobre a ação missionária do Padre Ibiapina ver: RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. *Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (186-1883)*. Fortaleza, 2003. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.

visavam dar continuidade aos serviços prestados à comunidade. Nesse sentido, no decorrer daquele ano, as atualizações necessárias foram empreendidas pelo Bispo Diocesano Dom Francisco de Assis Pires e seu Bispo auxiliar Dom Vicente de Paulo Araújo Matos.

A direção interna da Casa de Caridade foi assim confiada às religiosas filhas de Santa Teresa – congregação criada na Diocese do Crato, no início do século XX –, tendo à frente a assistente social Madre Monteiro. Dentre as primeiras medidas implementadas pela nova administração, destaca-se a criação do Serviço Social Diocesano em 1957, cujo trabalho era voluntário e consistia na formação e organização de lideranças e de grupos de iniciação profissional, atuando através de atividades sócio-educativas junto à sociedade.<sup>12</sup>

No mesmo ano de sua fundação, o SSD recebeu colaborações significativas da Cáritas Diocesana<sup>13</sup>. Posteriormente esse mesmo órgão teve sua área de atuação ampliado através de convênios estabelecidos com o programa do governo americano, a *Aliança para o Progresso*, pautando parte de suas atividades numa farta distribuição de alimentos, roupas e medicamentos para a população menos favorecida da região.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. *Relatório de atividades da Fundação Padre Ibiapina* (1958-1972). p.25

<sup>13</sup> A Cáritas (Caritas Internationalis) é uma instância ou um órgão oficial da Igreja Católica constituída por uma confederação de 162 organizações humanitárias que atua em mais de duzentos países através de iniciativas de cunho social. A primeira organização da Cáritas foi estabelecida em Friburgo, Alemanha, em 1897. Outras organizações nacionais foram formadas ao fim de pouco tempo na Suíça (1901) e nos Estados Unidos (Caridades Católicas 1910). Em conjunto, regem-se pela doutrina social da Igreja e orientam a sua ação de acordo com os imperativos da solidariedade, dando resposta às situações mais graves de pobreza, exclusão social e situações de emergência em resultado de catástrofes naturais ou calamidade pública. A Cáritas Brasileira foi criada em 12 de novembro de 1956, por Dom Hélder Câmara e é um organismo ligado à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ver: Cáritas Brasileira – 50 anos promovendo a solidariedade. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

<sup>14</sup> A Aliança para o Progresso, foi um programa de “ajuda” externa do governo americano que tinha por objetivo contribuir com a aceleração e garantir o avanço de reformas e programas de desenvolvimento socioeconômico nos países da América Latina. Originalmente, a idéia se pautou na valorização dos movimentos e governos de tendências mais populares para que estes não se sentissem seduzidos pela perspectiva revolucionária cubana. A maior parte destes recursos foi destinada para o nordeste, especificamente para o estado de Pernambuco. A existência de uma situação de pobreza crônica naquela região, avanço de movimentos populares – em especial das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião – fez com que os Estados Unidos agilizassem o investimento financeiro ao nordeste brasileiro. Após 1964, com a eliminação forçada das ações populares no Brasil, os recursos da “Aliança” minguaram consideravelmente. Ver: SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção*

Em 1958, surge a Organização Diocesana de Escolas Profissionais – ODEP. Essa entidade tinha por fim a preparação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra para o mercado de trabalho. Assim, diversos cursos eram ministrados, tais como: corte e costura, datilografia, bordado, artesanato em pintura etc. A idéia era assemelhar tais iniciativas com os trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo Padre Ibiapina junto às moças pobres nas antigas Casas de Caridade.

No final de 1958 e nos três anos subseqüentes, o trabalho passa a ser direcionado no sentido de atender principalmente os anseios do homem do campo, embora não exclusivamente. Nessa ótica, merecem destaque três importantes iniciativas. São elas: a Escola Normal Madre Ana Couto, a implantação de uma rede de escolas radiofônicas e a criação da Escola de Líderes Rurais (ELIRUR).

A primeira delas, a Escola Normal Madre Ana Couto, destinava-se à educação de moças pobres, tanto da cidade, como, sobretudo, do campo. Essas jovens, especialmente as da zona rural, deslocavam-se dos distritos e das cidades limítrofes ao município cratense, onde a precariedade dos estudos acentuava-se.

A maioria não tinha condições financeiras para custear os estudos e, nesse sentido, recebiam na referida instituição ensino gratuito, onde freqüentavam os cursos primários, ginasial e normal.<sup>15</sup> Devido aos relevantes serviços educativos prestados junto à população, a referida escola ficou conhecida como uma das principais instituições educacionais daquela região.

A segunda iniciativa consistiu num trabalho de maior amplitude. Em meados de 1958, o decreto nº. 43.931, assinado pelo até então Presidente da República Juscelino Kubitschek, outorgava concessão à Rádio Sociedade Educadora Cariri Ltda – pertencente à Diocese do Crato e dirigida por membros da Igreja Católica – para estabelecer na cidade de Crato, Estado

---

*política*. Dissertação de mestrado, PPGH- UFRGS, 2008. Sobre a atuação da Aliança para o Progresso na região Nordeste, ver: PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972. Ver também: Lage, Ilza Maria Grangeiro Xavier. *Relações Brasil – Estados Unidos: O Caso da Aliança para o Progresso no Ceará*. Recife, 2001, Mestrado em História UFPE-CFCH

<sup>15</sup> Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório da Fundação Padre Ibiapina. 1958-1972. p.30

do Ceará, uma estação de ondas médias destinada a executar serviço de radiodifusão.

Por meio dessa emissora, são organizadas as escolas radiofônicas, dando início, assim, à experiência de educação pelo rádio, através dos trabalhos de Educação de Base<sup>16</sup>, objetivando atingir sobremaneira os adultos leigos das comunidades rurais.

Tal ação educacional fazia parte de um plano governamental em prol da erradicação do analfabetismo e se alinhava ao lema “educação para o desenvolvimento” do governo Juscelino Kubitschek, no qual se previa a implementação de um conjunto de práticas sócio-educativas mediante programas de rádios cativos; dentre elas práticas escolares, ou seja, as aulas radiofônicas dirigidas à população, sobretudo a do campo.

Isso ocorria também através de organismos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO),<sup>17</sup> que, desde o início dos anos 50, “*se empenhava em viabilizar a expansão da radiofonia escolar como forma de estender a alfabetização e a educação básica pelos países pobres*” (SOUZA, 2008, p. 248-249).

Seguindo nessa perspectiva, igualmente sob a orientação da Diocese do Crato, foi criada a Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas, ODER. O projeto objetivava inserir-se através dessas escolas no contexto cultural do camponês, dialogando com o mesmo e tomando a própria realidade rural como referência. Em sua essência, seria caracterizado como um movimento da Igreja Católica com a finalidade de esclarecer ao homem do campo sobre seus direitos, deveres e a importância de se organizar.

---

<sup>16</sup> A educação de base era destinada às crianças, adolescentes e adultos que não haviam sido escolarizados em “idade regular” e compreendia o mesmo conteúdo da escola primária: ler, escrever e contar; higiene, nutrição, prevenção de doenças endêmicas e transmissíveis, cuidados pré e pós-natal, práticas agrícolas e economia doméstica, civismo, ao qual a Igreja acrescentava a catequese. Ver: FAVERO, O. *Memória das Campanhas e movimentos de Educação de Jovens e Adultos (1947-1966)*. In: Osmar Favero. (Org.). *Educação Popular (1947-1966)*. 1 ed. : , 2008

<sup>17</sup> Criado em 1946, a UNESCO, da sigla em inglês United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization, é um órgão integrado a Organização das Nações Unidas (ONU) . Suas políticas sociais estão centradas basicamente no fomento de políticas de educação de jovens e adultos analfabetos, objetivando atenuar as desigualdades econômicas e sociais, sobretudo nos países periféricos. No Brasil, principalmente a partir da década de 50, esse órgão desempenhou um papel importante na campanha de educação de adolescentes e adultos. Ver: JENSEN, Janice Machado dos Santos. *Educação de Jovens e Adultos: fragmentos de práticas ou práticas em fragmentos?* Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

No final dos anos 50 e início da década de 60, esse “movimento” que englobava a educação através do rádio conseguiu obter um maior dinamismo. Várias iniciativas seguindo esse modelo educacional começavam a ser implantadas em várias regiões do país, sobretudo no Nordeste.

É importante ressaltar que os referenciais de alfabetização e educação de base, através de escolas radiofônicas, remontam à atuação e ao pioneirismo de alguns bispos brasileiros na região Nordeste. Destacaram-se, nesse sentido, Dom Eugênio Salles, na diocese de Natal, e Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju.<sup>18</sup>

Dom José, a partir da experiência realizada por D. Eugênio, ampliou o exemplo de Natal implantando um sistema radioeducativo para todo o estado de Sergipe, penetrando seu interior, e se estendendo completamente pelo Nordeste. Foi ainda ele o responsável por *“formalizar à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, através de escolas radiofônicas”* (FAVERO, 2002).

Segundo Souza, a realização dessa iniciativa,

foi seguida por outros prelados e, ainda em 1958, as experiências migraram para Crato, no Ceará, Penedo, em Alagoas e Aracaju, em Sergipe, formando uma rede escolar radiofônica que tinha como objetivo primeiro: ações concebidas no âmbito do assistencialismo social, voltadas para o extensionismo rural que visavam promover a extensão de conhecimentos e técnicas agrícolas em comunidades rurais (SOUZA, 2006, p. 31).

Seguindo essa linha de atuação, com ações voltadas às comunidades rurais, é firmado, em 1961, o primeiro convênio com o Sistema Rádio Educativo Nacional, SIRENA.<sup>19</sup> O referido acordo, estabelecido entre a

---

<sup>18</sup> É importante a informação de que as primeiras experiências de utilização do rádio pela Igreja não surgiram no Brasil. A base desse movimento foi inspirada em Sustatenza, na Colômbia, onde, sob a coordenação do padre J. Salcedo, foi organizada uma ampla rede de escolas radiofônicas em áreas rurais. D. Eugênio Sales visitou Sustatenza, onde teve a oportunidade de conhecer a experiência colombiana de educação pelo rádio, e implantou esse modelo em sua diocese, passando a desenvolver uma ação social, de base paroquial. Ver: RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. *Movimento de educação de Base: discurso e prática – 1961-1967*. São Luís: UFMA/ Secretaria de educação, 1985. p. 31.

<sup>19</sup> O Sistema Rádio Educativo Nacional, SIRENA, foi criado em 1957, através do Ministério de Educação e Cultura - MEC. A iniciativa desse programa visava reforçar a campanha de alfabetização de jovens e adultos. Suas principais atividades seriam a produção, gravação e

Diocese do Crato e o Ministério de Educação e Cultura – MEC, foi de suma importância, visto que, através da liberação de recursos financiados pelo governo, serviu para subsidiar boa parte das atividades que eram anteriormente realizadas de forma voluntária na FPI, impulsionando e proporcionando, assim, uma atuação mais intensa da Ação Pastoral junto aos trabalhadores rurais.

Ainda graças ao convênio, a Rádio Educadora do Cariri - REC tornou-se naquele momento instrumento importante na viabilização de atividades de educação através da radiodifusão. Nos primeiros anos da década de 60 a referida emissora passou por uma das fases mais importantes de sua história, com o processo de implantação do projeto dessas escolas.

Situando suas ações onde o foco central dos trabalhos era o homem do campo, esse projeto agora alinhava-se ou fazia parte de um movimento maior patrocinado pelo Movimento de Educação de Base, ligado à Igreja Católica, com o intuito de utilizar o potencial difusor do rádio a serviço da educação, principalmente nas áreas rurais.<sup>20</sup>

A emissora mantinha diversos programas no ar, que eram reproduzidos de 25 em 25 minutos, e difundiram-se de maneira vertiginosa

---

distribuição de Cursos Básicos, irradiados pelas emissoras do Sistema, e o incentivo à formação de Sistemas Rádio Educativos Regionais, oficiais ou particulares. A base de transmissão era a Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, a qual transmitia programas educativos norteados pelo Serviço de Educação de Adultos do próprio MEC. Vários sistemas radioeducativos foram implantados em convênio com dioceses católicas que dispunham de emissoras radiofônicas, cedendo-as para a realização desses trabalhos. Em 1961, três anos após a criação do Sistema, havia 65 Sistemas Regionais atuando em conjunto, dentre eles a Rádio Sociedade Educadora Cariri Ltda, situada na região sul do Ceará, na cidade do Crato. No entanto, em 1966, o Sirena foi extinto oficialmente, sendo substituído por outra iniciativa educacional liderada por missionários protestantes e técnicos norte-americanos: a Ação Básica Cristã (Cruzada ABC). Sobre a atuação do Sistema Rádio Educativo Nacional, SIRENA. Ver: PIMENTEL, Fábio Prado. *O rádio educativo brasileiro: Uma visão histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999.

<sup>20</sup> O MEB nasceu em 21 de março de 1961, por meio do Decreto 50.370, através de uma parceria entre o governo federal, seu financiador, que apoiaria o programa com recursos financeiros, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, sua mentora e organizadora, responsável pela execução de um plano de instalação e gerenciamento de uma rede escolar radiofônica nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, áreas consideradas menos desenvolvidas do país. Torna-se necessária a informação de que a fundação do MEB no Crato se deu, oficialmente, no ano de 1963, após terem sido dados os primeiros passos para tanto em 1961, com a montagem de uma emissora de rádio voltada especificamente para a educação - a Rádio Educadora do Cariri - e a realização de um treinamento para capacitação de pessoal e formação da equipe do sistema. Sobre a atuação do Movimento de Educação de Base ver: SOUZA, C.M. de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base*. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo



através de sua estação de ondas médias (5 kw). Assim, como se pode observar no quadro a seguir, elaborado pela equipe incumbida de expandir os trabalhos através do rádio,<sup>21</sup> o raio de atuação da REC abrangia uma extensa área de 1.500 km, estabelecendo uma comunicação direta com quase 600.000 habitantes, indo inclusive para além das fronteiras do Estado do Ceará, atingindo parte dos estados da Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Belém, entre outros.



Figura 3: Raio de atuação da Rádio Educadora do Cariri, 1958-1972. Arquivo: Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG)

O papel das escolas radiofônicas, baseado no trabalho de um corpo extenso de funcionários que se dedicavam àquele projeto, foi de fundamental importância para o movimento, tendo uma penetração muito forte na zona

<sup>21</sup> Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório de atividades. 1958-1972. p.31

rural, não só em termos da alfabetização dos que não tiveram e não tinham acesso ao ensino regular, como também de apoio à sindicalização rural, orientando os camponeses na busca de reivindicações para melhoria imediata de uma realidade miserável a que muitos estavam submetidos.

Mas, para que houvesse uma atuação de forma ainda mais acentuada junto ao trabalhador rural, foi necessária a criação de um órgão específico para esse fim. Assim é criada a Escola de Líderes Rurais, a ELIRUR. Essa entidade exercerá um trabalho memorável junto aos camponeses caririenses, orientando-os e incentivando-os na organização dos primeiros sindicatos rurais da região. Analisemos a sua atuação a seguir.

## 2.2 A Escola de Líderes Rurais

A Igreja, no começo dos anos 60, dava mostras de sua disposição em se fazer presente entre os trabalhadores e sua presença no campo teve por marco a “Encíclica Mater et Magistra” do Papa João XXIII.<sup>22</sup> A visão social do mundo e dos homens é a tônica desta Encíclica, que articulava dentro da Igreja uma tendência defensora do desenvolvimento harmônico e integral no sentido de evitar as desigualdades e englobar todos os homens. O valor histórico do documento está na abertura que favorece a ação direta com o povo, fruto de nova interpretação do papel social da instituição. No que tange a sua atuação no campo a carta elucida a posição eclesiástica:

Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. Umas e outras são necessárias para tirar proveito do progresso científico e técnico na produção, contribuir eficazmente para chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas, dos outros setores produtivos e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto aos órgãos da administração pública, porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções e muito menos de se fazerem atender (JOÃO XXIII, 1967, p.187).

Nesse sentido, a Igreja assume uma outra postura quanto aos problemas sociais e se aproxima das causas populares, denunciando as explorações e injustiças. Tais posicionamentos são tomados, principalmente, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que começava a se envolver de forma mais efetiva no quadro político e social, defendendo as reivindicações dos trabalhadores perante as autoridades políticas. Essa

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que a Igreja se preocupou com a “questão social” do Nordeste antes mesmo das encíclicas de João XXIII – Mater et Magistra, 1961, e Pacem in Terris, 1963 –, pois foram realizadas três reuniões para discutir o problema. A primeira em 1956, em Campina Grande, e a segunda em 1959, em Natal, tendo sido realizada uma terceira em 1962, também em Natal. Não se deve esquecer, por outro lado, que o “medo” da influência das Ligas Camponesas e do “comunismo” junto às massas rurais, foi ponto importante para a tomada de posição da hierarquia católica em favor da sindicalização. APUD GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

aproximação e atuação da Igreja junto às classes marginalizadas não implicava, contudo, em um posicionamento único da instituição.<sup>23</sup>

A Mater et Magistra, de 1961, dentre outras questões que favoreciam a classe oprimida, defendia o direito de sindicalização do trabalhador rural, como prossegue o papa João XXIII em seu discurso:

Nosso pensamento afetuoso e nosso paternal estímulo dirigem-se para as associações profissionais e os movimentos sindicais de inspiração cristã, presentes e ativos em vários continentes. Apesar de muitas dificuldades, por vezes bem sérias, eles têm sabido trabalhar e continuam a fazê-lo, a favor dos interesses dos trabalhadores e de sua elevação material e moral, tanto no interior de cada país como no plano mundial (JOÃO XXIII, 2004).

De fato a Igreja não atuava sozinha no campo, a expansão de outras forças políticas e sociais, tais como o PCB e as Ligas, também figurava no palco das transformações que marcaram o cenário rural naquele contexto.

As Ligas Camponesas, as quais eram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, e que posteriormente se estenderam por outros estados, levantavam a bandeira radical da reforma agrária na “lei ou na marra”.<sup>24</sup>

O PCB, por sua vez, permanecia com a concepção da revolução através do pacto da aliança democrática-burguesa em duas etapas. Como primeira, a revolução no Brasil, que não deveria ser socialista, mas democrático-popular, de caráter antiimperialista e antifeudal; já a segunda, a

<sup>23</sup> O posicionamento político da Igreja católica requer uma análise aprofundada. Longe de apresentar opiniões e atitudes consensuais, a instituição religiosa já se deparava com visões antagônicas quanto às questões sociais, no início dos anos 1960. No clero, predominavam os moderados e os conservadores. Os poucos padres e bispos verdadeiramente progressistas não estavam tão articulados entre si e não dispunham de tanta influência quanto aqueles que manifestavam idéias mais tradicionais. Por outro lado, entre os fiéis as correntes progressistas ganhavam importância, tendo grande influência na Juventude Estudantil Católica, na Juventude Universitária Católica e até mesmo na Juventude Agrária Católica. As divergências entre os católicos eram expressivas nos âmbitos local e nacional.

<sup>24</sup> As ligas camponesas constituem um movimento político surgido a partir da década de 1950 no estado de Pernambuco. Sua origem remonta às antigas Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Tinha à frente do movimento a figura do advogado Francisco Julião, de quem o movimento buscou apoio e o respaldo jurídico. Com a volta do PCB à legalidade em 1945, as Ligas Camponesas foram extintas, sobrevivendo algumas, mas sem grande influência no campo. Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Oito de Março, 2005.

reforma agrária, também entendida como a transformação radical da estrutura fundiária e liquidação do latifundiário, mantinha-se enquanto bandeira central do partido, ao lado da reivindicação de aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo.

Tais reivindicações, entretanto, passavam a ser condicionadas à formação de uma “frente única”, que reunisse o conjunto de forças interessadas no combate ao imperialismo norte-americano: a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a própria burguesia e, ainda, os setores latifundiários que possuíssem contradições diante daquele.

Mesmo com todo o esforço e trabalho desenvolvido tanto pelas Ligas, como também pelo PCB, assim como a importância de ambos junto ao trabalhador rural na organização e orientação dos sindicatos, observa Regina Novaes que os primeiros sindicatos rurais a serem oficialmente reconhecidos eram os de influência da Igreja Católica, “os sindicatos cristãos”. E acrescenta que “a sindicalização rural será sua arma contra as Ligas e os comunistas” (NOVAES, 1997, p.65).

Assim, o grupo de orientação conservadora da Igreja, como aqui já foi assinalado, insere-se na disputa pela influência entre os trabalhadores rurais, liderados por bispos preocupados com o que consideravam o avanço do comunismo no campo, e, dessa maneira, aproxima-se das causas populares, denunciando as explorações e injustiças. Como afirma Cruz, “na década de 60 essa mesma Igreja começou a se envolver mais efetivamente com a problemática rural, propondo através de cartas pastorais, uma ação mais efetiva no campo”. (CRUZ, 2000, p. 113).

Representando essa posição, o Bispo D. Eugênio Salles fundou no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR), uma organização beneficente da Igreja destinada a fundar sindicatos. Em Pernambuco, com maior atuação, sobretudo na Zona da Mata, foi criado o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), também pelo setor conservador eclesiástico, para criação de sindicatos e a fim de decidir a melhor maneira de se opor à crescente influência das Ligas Camponesas.

A tarefa principal do SORPE objetivava o treinamento de líderes camponeses em potencial, capazes de combater organizações políticas revolucionárias e ideológicas, enquanto mantinha as massas rurais dentro da

igreja. Estavam à frente dos trabalhos os Padres Antônio Mello e Padre Paulo Crespo (ABREU E LIMA, 2005, p.22).

Destaca-se também, na arquidiocese do Maranhão, a atuação de Dom José Delgado, responsável pela fundação de cooperativas; esteve também à frente da realização das semanas ruralistas, destinadas à promoção das comunidades rurais.

Imersa no contexto, precisamente nos anos de 1960 e 1961, no município do Crato, a Diocese implementa através do Bispo Dom Vicente de Araújo Matos uma série de iniciativas que incentivam a formação de Sindicatos Rurais. Nesse sentido, para auxiliar, acompanhar e coordenar todo o trabalho de sindicalização, formalizou-se, portanto, uma equipe composta por alguns dirigentes escolhidos pela Igreja, além de representantes da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR. Entre eles estavam: Padre Lurildo Linhares<sup>25</sup>, até então coordenador da equipe, e um grupo de colaboradores, Teresa Siebra Lima, Irmã Leonia Melo, José Tércio Siebra, Geraldo Macedo Lemos, José Siebra de Oliveira e Maria Lenira Macedo, entre outros colaboradores que integravam a Escola de Líderes Rurais, a ELIRUR.

Fundada em 1961, essa escola foi criada para servir como elemento formador de lideranças junto às comunidades rurais e que posteriormente pudessem assumir a estrutura sindical criada pela Diocese (ALBUQUERQUE, 1991, p. 148).

Esse órgão atuava, inicialmente, de forma conjunta com outros setores, dentre os quais: a Cáritas, o Movimento de Educação de Base e o Serviço Social Diocesano. Foi devido à fusão desses órgãos que

---

<sup>25</sup> Padre Lurildo Linhares da Purificação, nasceu aos 29 de junho de 1930 na cidade de Jardim - Ceará. Iniciou seus estudos no seminário São José do Crato. Exerceu diversas funções na Diocese do Crato, dentre elas: vice-presidente da Fundação Padre Ibiapina, coordenador geral da Escola de Líderes Rurais. Prestou relevantes serviços no Movimento de Educação de Base, e no serviço de atuação comunitária. Foi professor fundador da antiga Faculdade de Filosofia do Crato, integrando o corpo docente daquela instituição entre os anos de 1962 – 1968. Em 1970 fixou residência em Santos-SP, onde chegou a ser professor titular da Faculdade de Enfermagem de Santos, da Faculdade de Ciências Administrativas de Santos e professor de Filosofia da Faculdade de Turismo (1994 e 1998). Ali, faleceu aos 2 de novembro de 2001, com 71 anos de idade.

posteriormente foram lançadas as bases para a criação do Instituto Diocesano de Promoção Rural.<sup>26</sup>

De fato, havia uma sintonia entre esses setores, bem como um alinhamento na filosofia e proposta de trabalho, ou seja, os movimentos voltados para a educação, programas de auxílio social e o de orientação sindical estiveram indissoluvelmente relacionados.

Enquadrada dentro de uma estrutura de ordem nacional, a Cáritas realizava estudos e buscava soluções para os problemas de cunho assistencial, desenvolvendo suas atividades dentro dos seguintes programas: a) maternidade e infância, b) Programas infantis, c) desenvolvimento econômico e comunitário educacional.

Já o MEB, citado anteriormente, era responsável pela organização de projetos comunitários que visavam à alfabetização de adultos, mantendo assim uma programação radiofônica diária para subsidiar as atividades desenvolvidas. Na linha de ação litúrgico-pastoral, também desenvolvia a catequese, círculos bíblicos e cultos dominicais junto às comunidades.

Em relação ao SSD, figuravam entre seus objetivos a reintegração e a formação de grupos comunitários envolvendo jovens e casais, o ensino de novas técnicas de trabalho para o aperfeiçoamento das tarefas ligadas à agricultura, além da escolarização e a preparação de mão de obra através de cursos voltados, principalmente, para o homem do campo.

Por fim, a ELIRUR propiciava os treinamentos desde a capacitação do trabalhador rural, no sentido de orientá-lo sobre seus direitos e deveres, auxiliando na escolha e formação de lideranças no campo. A intenção era instrumentalizar essas lideranças com o domínio de técnicas necessárias às atividades de coordenação de grupos, reuniões e debates ou de técnicas de comunicação, visando, sobretudo “conscientizá-los” da realidade brasileira” em que estavam imersos.

---

<sup>26</sup> Fundada somente na década de 70, o IDPR surgiu com a fusão do Serviço de Ativação Comunitária (SAC) e o Serviço Social Diocesano, e era uma entidade de coordenação setorial da Fundação Padre Ibiapina. Esse órgão tinha como objetivo coordenar as atividades dos setores que a constituem (CÁRITAS, MEB, ELIRUR E MODAC), articulando-os entre si na linha da intercomplementaridade setorial, com vistas à melhoria do trabalhador do campo. O IDPR reunia-se, ordinariamente uma vez por semana para discutir assuntos relativos a sua proposta de trabalho.

A sua principal meta consistia na organização dos trabalhadores em sindicatos. Baseado nos trabalhos desempenhados por essa equipe, resultariam os sindicatos cristãos da região. Por outro lado, a criação dessa Escola, refletia o temor da Igreja Católica quanto à penetração de outras forças políticas e religiosas que se constituíam em uma ameaça à sua base. Em um dos relatórios desenvolvidos pela própria Fundação Padre Ibiapina, fica evidente o teor da proposta:

A Escola de Líderes Rurais – ELIRUR da Fundação Padre Ibiapina foi criada sob ideal de sua excelência Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, bispo Diocesano do Crato, com o fito especial de evitar a penetração do comunismo e de promover integralmente o homem através da conscientização. Na ocasião, coube a Padre Lurildo Linhares, a coordenação da ELIRUR, que soube com galhardia, implantar o sindicalismo.<sup>27</sup>

Para os católicos envolvidos neste processo, as entidades deveriam ter uma postura mais identificada com a conciliação, concentrando sua atuação na questão dos direitos trabalhistas, na conquista de melhores condições de trabalho. A idéia era ocupar o espaço antes que as Ligas Camponesas o fizessem, já que a proximidade com a Paraíba e com Pernambuco poderia dinamizar os trabalhadores.

Como percebe-se, a Igreja entra com uma grande infra-estrutura material e humana para mobilizar o campo. Contava com a Emissora de Educação Rural - REC, a Cáritas, o Serviço Social Diocesano e a Escola de

---

<sup>27</sup> Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). A ELIRUR realizou para dar ao homem. 1962-1974.p.5. Localizadas no Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG), os relatórios que eram impressos pelo CENDEP (Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa), tratam-se de pequenos livretos publicados de forma intermitente pela Fundação Padre Ibiapina (FPI), órgão ligado à diocese cratense. O intuito da publicação era realizar um balanço de todas as atividades desenvolvidas pela FPI, bem como traçar as metas e atividades que a própria fundação desenvolveu. Os impressos em forma de livretos têm dimensões de 22,5 x 15,7 cm e os números das páginas variam de acordo com a quantidade e o balanço das atividades realizadas. Na maioria dos relatórios pode ser encontrado um organograma contendo todos os departamentos da Diocese, bem como as principais áreas de atuação das atividades por ela realizadas. Os conteúdos de suas páginas trazem informações de suma relevância para o nosso trabalho. Podemos extrair, por exemplo, o mapeamento das áreas circunvizinhas ao município do Crato onde era realizado o trabalho com as bases sindicais; os principais convênios mantidos entre o Governo e a FPI, os diversos cursos promovidos e ministrados pela ELIRUR junto às comunidades; além do quadro de funcionários que estavam à frente dos projetos propostos pela Diocese. É válido ressaltar que tenho em mãos alguns desses relatórios e que possuo parte desse material digitalizado.



Líderes Rurais; essa última, tão logo articulada com os demais setores, e sendo composta por um bom número de leigos católicos, lança-se no campo voltando sua atenção aos problemas mais imediatos dos trabalhadores.

Com o auxílio de um carro, Padre Lurildo e sua equipe começam a percorrer as diversas comunidades desenvolvendo atividades com a população do campo. Na imagem a seguir podemos captar indícios de como se davam esses encontros dos representantes da ELIRUR com os agricultores.



Figura 4: Visita da equipe de sindicalização a comunidade do Sítio Cachoeira dos Gonçalves, 1963. Arquivo: Teúnas José Santana

A paisagem rural é dada pela vegetação do entorno e pelas casinhas que aparecem ao fundo. No primeiro plano, avista-se uma reunião de homens e mulheres da localidade misturados com a equipe da ELIRUR. Algumas crianças também compõem a cena, possivelmente atraídas pela curiosidade em torno da movimentação ocasionada pela chegada do carro e pelos “flashes” do fotógrafo do grupo enviado pela diocese.

No canto esquerdo, vemos a rural utilizada por membros da equipe sindical durante as visitas às comunidades, provavelmente pertencente à Diocese do Crato. No carro foi instalado um pequeno sistema de som amplificado, conhecido popularmente como alto-falante, que tinha por intuito facilitar a comunicação entre os membros da equipe e os trabalhadores na ocasião dos primeiros encontros. A rural também contava, ainda, com uma rústica aparelhagem de iluminação, que era utilizada para viabilizar

encontros noturnos, especialmente nas comunidades que não contavam com serviço de iluminação elétrica.

É com esse aparato técnico, aliado ao pessoal, que a ELIRUR passa a reunir os trabalhadores, realizando um intenso trabalho de esclarecimento em defesa dos seus direitos, levando, assim, as “boas novas sindicais” e anunciando a chegada dos “enviados do Bispo” - como eram conhecidos os integrantes da equipe ligada à Igreja Católica. João Felismino inclusive recorda que *“até determinado momento o pessoal chamava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, o Sindicato do Bispo”*<sup>28</sup>, *porque de início funcionava numa dependência da Fundação Padre Ibiapina*” (OCHOA, 1989, p. 84).

Os primeiros encontros envolvendo os trabalhadores e a equipe de sindicalização deram-se com certa dificuldade. A estratégia inicial da equipe, consistia na identificação de pessoas que tivessem um nível de influência na comunidade – líder de bairro, presidente de “grupo de jovens” etc – e, preferencialmente, trabalhassem nas atividades ligadas ao serviço religioso, o que de fato era algo bastante comum, pois nas comunidades rurais, sobretudo na década de 1960, a população era predominantemente católica na região do Cariri.

Em seguida, as lideranças escolhidas se reuniam com os membros da equipe, onde a partir daí seriam discutidas e traçadas as estratégias pertinentes à realização do trabalho sindical. Tereza Siebra, na época uma das integrantes da equipe de sindicalização rural e que vivenciou o início dos trabalhos no Crato, afora nos demais municípios caririenses, recorda:

---

<sup>28</sup> Novaes, ao analisar os sindicatos fundados sob influência da Igreja em João Pessoa, no início dos anos de 1960, chama-nos a atenção quanto à designação dos termos “sindicatos dos padres”, no nosso caso, “sindicatos dos bispos”. Segundo a autora, para entender tais expressões, faz-se necessário compreender a contraposição em relação a outros termos, tais como: “sindicato da Liga”, “Sindicato da Foice”. Tais designações enfatizam as diversas forças que se apresentavam como legítimos mediadores do homem do campo, como, também, faziam parte de um contexto marcado por inúmeras transformações no espaço agrário brasileiro que impulsionaram a formação de diversos movimentos sociais espalhados pelo Brasil: as Ligas Camponesas, em Pernambuco, a insurreição no sudoeste do Paraná (Porecatu) e em São Paulo, marcados por divergências entre donos de terras e trabalhadores do campo, além das disputas acirradas na corrida para o reconhecimento de cartas para fundação de novos sindicatos. Dessa forma, na maioria dos municípios, “onde os sindicatos do padre” se apresentavam como uma inédita proposta de organização, somado a isso o fato da própria ausência das Ligas, “facilitava a difusão de história como a do chocalho (um cativo da peste) e valorizava a adesão voluntária ao sindicato do padre”.NOVAES, op.cit., p.15.

A gente chegava na comunidade para promover um cursinho. A gente chegava cedinho, então Lurildo pedia a presença de seis pessoas da redondeza que tivesse liderança. Então a gente passava o dia com esses seis, conversando. Saíam dali preparados. Depois íamos as casas convidar as pessoas para a reunião à noite. O pessoal já sabia, então enchia, vinham muitas pessoas. Nessa reunião a gente fazia a primeira aula, conversávamos com eles, fazendo com que todos falassem. [...] A gente passava três dias e quando saía de lá tínhamos os nomes de cinco a dez pessoas interessadas e assim a gente deixava alguma organização. Depois tinha o curso que era na sede, onde passavam alguns dias estudando sobre sindicalismo (TERESA SIEBRA Apud ALBUQUERQUE, 1991, p. 110).

Como se pode notar no relato de Teresa, após as primeiras reuniões, essas lideranças eram encaminhadas para a sede da Fundação Padre Ibiapina onde participavam de diversos cursos: *Orientação sindical para dirigentes e líderes rurais*, *Prática sindical*, *Administração Sindical*, etc, ministrados pela equipe de assistência sindical. Depois de treinadas e capacitadas nos assuntos burocráticos (tais como fazer uma ata, compor uma diretoria, realizar prestação de contas), tinham, entre as suas responsabilidades, sensibilizar e indicar outros trabalhadores para participarem das reuniões.

Teúnas Santana, na época presidente do clube de jovens e professor catequista da capela da comunidade do sítio Boqueirão, onde residia, foi um dos líderes escolhidos pela equipe. O mesmo aponta as dificuldades iniciais e confirma a estratégia utilizada pela Igreja para estender o convite aos outros trabalhadores:

Porque lá (no Boqueirão) eu comecei a exercer uma função que chama de liderança na comunidade, naquele tempo começou aqueles movimentos e a ANCAR que hoje é EMATECE me descobriu através dos vizinhos. E aí eu comecei, entrei e dei os primeiros passos nesse movimento de comunidade. E lembro muito bem que eu vim aqui para o Crato participar de cursos e ao voltar eu comecei a ensinar numa escola que tinha da diocese, da organização diocesana de escolas radiofônicas, do MEB. E daí eu entrei nesse negócio e fiquei até hoje, porque ainda hoje eu trabalho no movimento de Igreja. Eu trabalhei muito lá onde eu morava, trabalhei nas comunidades lá no boqueirão, na lagoa rasa. Mas eu comecei nessa questão de catecismo e

clube de jovens. Todas essas coisas, eu passei por isso tudo (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Seu Teúnas José coleciona em sua residência uma vasta documentação ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato. Em seu acervo particular, podem ser encontradas inúmeras fotografias, certificados, relatórios, cartilhas, entre outros documentos que em muito nos auxiliou no decorrer da pesquisa. Abaixo, observa-se um certificado correspondente a um minicurso realizado pelo mesmo na sede da FPI, no ano de 1963, época que marca o início dos trabalhos de orientação sindical na região. Nele verifica-se o nome muito ilustrativo do minicurso, “*Movimento para um Mundo Melhor e Ruralismo*”, ministrado pela equipe da ELIRUR e assinado pelo coordenador da equipe, Padre Lurildo Linhares.



Figura 5: Certificado de minicurso. 1963. Acervo de Teúnas José Santana.

Realizados os primeiros cursos com as lideranças, têm-se início as reuniões com os trabalhadores. O convite que partia tanto dos integrantes da ELIRUR, como também por iniciativa de alguns desses trabalhadores, é estendido de casa em casa, o que tornava o trabalho árduo e espaçado.

Teúnas Santana, então um jovem agricultor, e aqui já mencionado como uma das lideranças escolhidas pela equipe, testemunhou o início dos trabalhos realizados pela ELIRUR. Ele relata as dificuldades de aglomerar os trabalhadores, e que, nesse sentido, os integrantes da equipe de

sindicalização precisavam desenvolver iniciativas para chamar atenção dos mesmos:

Padre Lurildo tinha uma rural e nessa rural tinha aquele sistema de iluminação pra no dia de uma reunião. E tinha um amplificador também que era instalado pra falar alto, pra gritar, pra chamar o povo, pra chamar atenção! Tinha inclusive uma espécie de programa de auditório, tinha música, tinha de tudo! Ora, naquele tempo ninguém sabia disso. Isso chamava muita atenção do povo, e aí quando começava falar naquilo ali, os caras começavam a despertar e iam mesmo, era uma festa! (TEÚNAS SANTANA, 2009).

A equipe contava ainda com a ajuda de alguns párocos que, utilizando-se da influência religiosa, se prontificavam a reforçar o convite aos trabalhadores durante os encontros religiosos, tanto nas missas, como também nas renovações.<sup>29</sup> Dessa maneira, os padres estabeleciam com essas populações rurais vínculos espirituais, firmando relações de compromisso entre o trabalho realizado com a Igreja e a comunidade.

Não é de se estranhar que em algumas comunidades, o salão paroquial da Igreja serviu como ponto de encontro das primeiras reuniões, onde uma ou duas vezes na semana muitos se aglomeravam para ouvir sobre as primeiras noções sindicais. Entre as lembranças recolhidas entre trabalhadores, está a de seu José Macedo, que ao recordar parte de sua experiência na participação das primeiras reuniões realizadas no sítio Baixio dos Ferreiras (hoje Baixio das Palmeiras), onde o mesmo ainda reside, conta-nos:

Já houve reunião aqui varias vezes, ali em cima da capela, capela coração de Jesus. E tinha um padre que era muito progressista, ele era da diocese, num sabe? E esse padre

---

<sup>29</sup> A Renovação é uma celebração muito popular no Cariri, especialmente nas áreas rurais. Nela, uma família escolhe uma data (aniversário de nascimento ou casamento dos cônjuges, por exemplo) para entronizar a imagem do Sagrado Coração de Jesus em sua sala principal. A partir daí, os donos da casa se comprometem a renovar sua consagração ao Coração de Jesus anualmente, no aniversário da entronização. O Pe. Cícero é apontado como o principal responsável pela difusão de tal prática religiosa na região, entre fins do século XIX e início do XX. A Renovação é uma festa popular, com orações entremeadas por músicas e comidas típicas (bolo de milho, sequilho, aluá, etc), em que as famílias reúne-se comunitariamente com vizinhos e amigos para comemorar a consagração da casa ao Sagrado Coração. Para maiores informações sobre tal celebração no Cariri, ver: FIGUEIREDO, José Nilton de. A (con)sagração da vida: formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. (Dissertação de mestrado em Antropologia) Recife: UFPE, 1998.

juntamente com Tereza Siebra, fazia aqueles movimentos, aqueles encontro e aí, ia conscientizando o povo". [...] nisso os patrão era contra, principalmente senhor de engenho." Qualquer coisa, ele butava pra correr! (JOSÉ MACÊDO, 2009).

O depoimento de José Macedo apresenta-se rico em significados. Esse fragmento de memória ressalta que mesmo a assistência aos trabalhadores sendo realizada por pessoas ligadas à Igreja gerava entre a maioria dos proprietários rurais uma certa desconfiança, levando-lhes a não aceitar a organização de seus trabalhadores, nem que estes se afiliassem aos sindicatos, sob a seguinte ameaça: aqueles que infringissem e desacatassem tal ordem, no dizer do próprio senhor José, o patrão "*butava pra correr*"!<sup>30</sup>

Esse relato projeta de forma contundente as relações de sujeição e dependência a qual estavam relegados os trabalhadores. Tal sujeição, marcada por laços de favores tão comuns às relações de trabalho no campo naquela região, permeava o cotidiano desses camponeses, intimidando-os e mantendo boa parte deles longe dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de assistência sindical. Apesar disso, um bom número de pessoas já freqüentavam os encontros regularmente.

Em poucos meses, o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela ELIRUR expandia-se e se estendia por diversas comunidades. Assim, a quantidade de participantes nas reuniões e nos minicursos aumentava consideravelmente. Para termos uma idéia desse crescimento, entre os meses de fevereiro e maio do ano de 1962 (quando foram iniciados os trabalhos) a equipe já tinha percorrido e prestando assistência a quase 15 sítios espalhados por todo o município. Dentre eles destacam-se: Fábrica, Lagoa Rasa e Boqueirão, Belmonte, Murity, Monte Alegre, Batateira, Lobo, Estrada Nova, Miranda, São José e São Gonçalo.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> É válido ressaltar que, durante as entrevistas, obtive através dos relatos recolhidos entre alguns dos trabalhadores a informação de que, em algumas localidades rurais, os primeiros núcleos sindicais surgiram devido ao engajamento e iniciativa de alguns donos de terras, embora essa não fosse a tônica. Francisco Mendes da Silva, agricultor, 77 anos, o qual vivenciou o início do trabalho sindical no Sítio Fábrica, lembra que partiu de sua patroa, a senhora Marieta Lima Verde, a iniciativa de incentivar a entrada de seus moradores no sindicato.

<sup>31</sup> Os dados relativos ao número de comunidades visitadas, foram extraídos de um pequeno relatório elaborado pela equipe de sindicalização. Anexo ao relatório, constava uma

Como se observa, as ações realizadas nas comunidades contavam até o momento com uma quantidade considerável de trabalhadores. Nesse sentido, logo surgia a necessidade dos mesmos constituírem e organizarem um sindicato; afinal, esse era o intuito principal da Escola de Líderes, a organização dos trabalhadores em sindicato.

Mas onde aglomerar todos esses trabalhadores? Qual seria o lugar ideal para ser a sede do sindicato? Como conseguir reunir todas essas comunidades espalhadas pelo município?

É válido ressaltar que, nos primeiros anos da década de 60, eram inúmeras as dificuldades para o reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho. Até maio de 1962 pouquíssimos em todo o país foram regularizados e havia dezenas de pedidos de reconhecimento aguardando despacho.

Soma-se a esse fato a ausência de leis específicas que regulamentassem as relações de trabalho no campo. Como bem observou Abreu e Lima, a legislação trabalhista através de seus preceitos não se aplicaria, pelo menos de início, aos homens do campo:

A legislação trabalhista foi feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo [...] o Código Civil, utilizado para o trabalho [...] permitia a organização autônoma dos camponeses, mais não a formação dos sindicatos rurais (ABREU E LIMA, 2005).

Ainda em 1962, através de duas Portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social, iniciou-se o processo de implantação da estrutura sindical oficial no campo. A Portaria 209-A, de 25/06/1962, executada durante a Gestão de Franco Montoro, e a Portaria 355-A, de 20/11/1962, assinada por João Pinheiro Neto, dão visibilidade à sindicalização rural.<sup>32</sup>

---

convocatória de uma campanha sindical, convidando os trabalhadores para uma assembléia geral, na qual seriam discutidos aspectos referentes à atualização de dados cadastrais. O referido relatório, foi encontrado “solto” dentro de uma pequena pasta onde continham diversos documentos relativos à fundação dos sindicatos, no Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo.

<sup>32</sup> O enquadramento sindical estabelecido pela Portaria 355-A permitia a existência de quatro sindicatos por base territorial: Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária e similares, Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa Rural e Sindicato dos Produtores Autônomos (pequenos proprietários e trabalhadores

A partir dessas medidas, um grande número de sindicatos fundados passa a ser reconhecido oficialmente e algumas organizações políticas do campo, tais como o PCB, as Ligas e a Igreja Católica, iniciam uma intensa corrida em busca de cartas de reconhecimento.

A equipe de orientação sindical da ELIRUR mobilizou-se e, em 23 de julho de 1962, realizava-se na sede do Círculo Operário<sup>33</sup> a primeira reunião para tratar de assuntos referentes à eleição dos órgãos administrativos: Diretoria e Conselho Fiscal. Tal iniciativa era provavelmente um dos primeiros passos para o reconhecimento oficial daquela entidade.

Segundo a ata, a mesa foi presidida pelo associado Antônio José da Paixão, do Sítio Monte Alegre, e estiveram presentes, além do assistente do Delegado Regional do Trabalho, o senhor Dr. Vicente Cândido Neto, representantes da equipe do departamento sindical da Diocese do Crato, composta pelos senhores Geraldo Lemos e José Tércio Siebra, além das senhoras Irmã Leônia, Irmã Leonor e Antônia Duarte. Estes ficaram responsáveis por “orientar o processo do pleito de conformidade com as instruções em vigor”.

A assembléia, que contou com a presença de 31 associados, findou-se com a eleição da diretoria, que ficou assim composta: Presidente José Teófilo de Almeida, secretário Vicente Tavares de França e tesoureiro Antônio Vieira de Melo.<sup>34</sup>

Assim, naquele mesmo mês, baseado no processo nº. 141.022, publicado no Diário Oficial da União, de 9 de Julho de 1962, o Ministério do

---

autônomos que explorem atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva). Contudo, em alguns casos, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, poderia permitir a formação de uma entidade sindical com mais de uma das categorias econômicas ou profissionais previstas na portaria. Esse enquadramento seria modificado pela Portaria nº71 de 02/02/1965, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que estabelecia um único sindicato de trabalhadores rurais para cada base territorial. Ver: COLETTI, op.cit., p.52

<sup>33</sup> Os Círculos Operários, criados na década de 1930, por iniciativa da Igreja Católica, tinham como objetivo inicial dar assistência ao operário no início da industrialização no Brasil. Sobre os Círculos Operários no Ceará, ver: SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando. (1915-1963). 1. ed. Fortaleza: Edições Nudoc, 2007. v. 1.

<sup>34</sup> Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Ata de fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Crato. 23/06/1962. p.sem numeração.



Trabalho e Previdência Social reconhecia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato como entidade oficial.<sup>35</sup>

É preciso salientar que, mesmo com a eleição de uma diretoria e com o reconhecimento oficial, o sindicato não possuía até o momento uma sede própria, nem um local para as reuniões. A preocupação agora dar-se-ia em torno de um lugar central onde pudesse ser a sede do sindicato, e outro espaço onde se pudesse aglomerar os trabalhadores.

Uma das saídas encontradas foi a de centralizar na sede da Fundação as atividades da diretoria sindical – que inclusive era assessorada pela ELIRUR e dela recebia orientação direta. Nesse sentido, a Diocese cedeu ao Sindicato uma pequena sala situada aos fundos da Rádio Educadora. No local passaria a funcionar a secretaria e a tesouraria da entidade.

Quanto à realização das principais reuniões, grandes encontros, e alguns treinamentos, ocasião quando se aglomerava um número maior de participantes, era feito na sede do Patronato Padre Ibiapina. Era um lugar amplo e propício a atividades congêneres pertencente à Diocese.

José Macedo, um dos primeiros associados do sindicato, recorda que a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato - STRC se estendia até outros municípios mais próximos, abrangendo as cidades de “*Farias Brito, Santana do Cariri, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Antonina do Norte, Assaré e Altaneira*” (JOSÉ MACÊDO, 2009). De fato, a carta expedida pelo Ministério de Trabalho, pela qual se reconhece o STRC como entidade oficial, aponta para uma base de extensão territorial que efetivamente correspondia a outros municípios, dentre eles os já mencionados pelo senhor José Macedo.

Ao analisar a constituição dos primeiros sindicatos de Pernambuco, Abreu e Lima afirma que, desde a década de 1950, os limites dos municípios “nem sempre correspondiam aos das propriedades rurais e usinas, e que esses sindicatos pioneiros, no geral, englobavam mais de um município”. A

---

<sup>35</sup> As cartas relativas ao reconhecimento dos sindicatos rurais da região do Cariri podem ser encontradas no Arquivo Lindolpho Silva. O Arquivo foi organizado pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e reproduz digitalmente grande parte dos documentos que Lyndolpho Silva reuniu e guardou durante certo período de sua militância sindical e política, e é de grande importância para o estudo do sindicalismo rural brasileiro. O Arquivo pode ser acessado através do endereço <http://www.ufrrj.br/cpda/als/>. Acesso no dia 22 de julho de 2009.

autora ainda enfatiza que essa estrutura foi mantida até a década de 1960 (ABREU E LIMA, 2005, p. 14).

Com a regulamentação sindical, um local amplo para reuniões e uma sede, o trabalho de orientação prestado pela ELIRUR ganhava notoriedade. No decorrer do ano de 1962, entre os meses de maio e outubro, já eram computados 4 sindicatos reconhecidos com suas respectivas bases territoriais. Entre eles destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores de Barbalha, Juazeiro do Norte, Várzea Alegre e Brejo Santo, que correspondiam na sua totalidade a 26 municípios distribuídos por toda região. Desses, até onde foi possível realizar o levantamento dos dados, todos recebiam orientação da Igreja e sua equipe.

Fica evidente que o trabalho de assistencialismo sindical realizado pela Igreja tinha, na realidade, algumas finalidades específicas: melhorar as condições materiais das populações rurais, observando os preceitos da Lei, e, ao mesmo tempo, assegurar a permanência dos valores cristãos no meio rural.

Mas como esses sujeitos vivenciaram os primeiros encontros? Qual o teor dos minicursos, palestras, bem como outras atividades realizadas junto aos trabalhadores que tinham à frente o trabalho da Elirur? O que os sindicatos passaram a representar na vida daqueles sujeitos? São questões que discutiremos a seguir.

A photograph of a group of approximately 15 people, mostly men, sitting on the ground in front of a building. They are dressed in casual, light-colored clothing. The scene is outdoors, with a dirt ground and a building wall in the background. The text "CAPÍTULO 3: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES NO SINDICATO" is overlaid on the image.

**CAPÍTULO 3: AS EXPERIÊNCIAS DOS  
TRABALHADORES NO SINDICATO**

### **3.1. Falar em sindicato, ave maria! Eles butava pra fora logo!**

Mesmo com um espaço central onde seriam realizados as principais e maiores atividades – tais como os Encontros de Líderes, treinamentos, assembléias –, a ELIRUR continuava ativa no campo, visitando as comunidades, realizando minicursos, ministrando palestras e prestando todo tipo de assistência aos trabalhadores.

Um dos intuitos da permanência dos trabalhos da Escola junto às comunidades rurais consistia no fortalecimento do movimento, estimulando os trabalhadores a freqüentarem e se fazerem presentes às atividades do sindicato.

Nesse sentido, a equipe da ELIRUR intensificava seus trabalhos. Os “enviados do bispo” deixavam a sede da fundação, geralmente na terça-feira, e passavam o restante da semana orientando os trabalhadores em suas respectivas comunidades.

Os integrantes da Escola de Líderes articulavam-se agora em torno da fundação de delegacias sindicais. A idéia era facilitar o engajamento dos trabalhadores, uma vez que a participação da população do campo ficava dificultada devido à distância para a cidade, onde funcionava a sede do sindicato, e às péssimas condições das estradas.

Assim, logo surgiram as primeiras delegacias sindicais, e duas delas tiveram destaque, ambas por serem as pioneiras em todo o município e, por conseguinte, as que conseguiram de forma inicial aglomerar um maior número de trabalhadores associados. Eram as delegacias do Sítio Fábrica, e da comunidade de Lagoa Rasa e Boqueirão.<sup>36</sup>

A delegacia do Sítio Fábrica, comunidade rural situada a quase 21 km da zona urbana do município cratense, foi fundada através da iniciativa da senhora Marieta Lima Verde, que, segundo o relato de seu Francisco Mendes, era uma grande proprietária de terra ligada a uma família influente do município do Crato, os “Limaverde”.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Em relação à data de fundação dessas delegacias, é provável que a mesmas tenham sido criadas no mesmo período, possivelmente entre os meses de fevereiro e março de 1962. Dessa forma, torna-se difícil uma datação precisa, visto que o trabalho de orientação sindical prestado pela ELIRUR estendia-se a diversas comunidades rurais.

<sup>37</sup> Francisco Mendes da Silva, agricultor, 77 anos. Entrevista em 21 de abril de 2009.

“Dona Marieta”, como era conhecida naquela localidade, convidou a equipe da ELIRUR para ministrar cursos e treinamentos aos seus moradores, bem como aos demais trabalhadores interessados, espalhados por toda aquela comunidade. Muita religiosa e envolvida com os trabalhos da FPI, cedeu inclusive uma sala instalada nas dependências anexas a um antigo casarão para a realização dos primeiros encontros.

Abaixo observa-se a fachada da residência de “Dona Marieta”, localizada no sítio Fábrica, local da criação da primeira delegacia do Sindicato Rural do Crato. No primeiro plano, ao lado esquerdo, Teúnas Santana e Dona Marieta reunidos em um momento de descontração. No canto direito, vê-se duas funcionárias do sindicato, Rosalina e Maria Odete, ambas segurando cartazes que provavelmente teriam sido produzidos durante o encontro com trabalhadores. Ao fundo avista-se um pequeno quarto, de onde possivelmente se teria acesso à sala em que a equipe ministrava os minicursos.



Figura 6: Antigo casarão da senhora Marieta Lima Verde, 1967. Arquivo: Teúnas José Santana

Francisco Mendes da Silva, ou Chico Alves, como é conhecido, trabalhou como morador nas terras de “dona” Marieta durante 32 anos. O

mesmo recorda com bastante lucidez que sua “patroa” “advertia” aos seus moradores *que era preciso que todo mundo fizesse parte dos sindicatos* <sup>38</sup>.

Não se sabe ao certo até onde deu-se o envolvimento de Dona Marieta com o trabalho da Igreja, ao ponto de ceder um lugar em sua residência para a equipe da ELIRUR realizar os trabalhos, incentivando inclusive os seus moradores a comparecer às reuniões sindicais.

O que podemos de fato afirmar é que tal ação era uma exceção naquele contexto. Pois, como se observa nos diversos relatos, nas inúmeras comunidades rurais onde era iniciado um trabalho de orientação sindical, sobretudo quando da fundação de alguma delegacia, constatavam-se intensos embates travados entre trabalhadores e proprietários de terra, que não permitiam a entrada dos seus trabalhadores nos sindicatos. Como recorda seu José Macedo, *“falar em sindicato, ave maria, eles butava pra fora logo!”* (JOSÉ MACÊDO, 2009).

O relato de seu José Macêdo é também confirmado nas palavras de José Guedes. Zé Guedes enfatiza no seu depoimento o receio de participar das reuniões sindicais, sob a ameaça de perder o seu *“ganha pão”*, sua *“terrinha”*.

Era difícil entrar no sindicato. O cabra ia e com a pressão dos patrões, logo saia. O caba passava um mês dois e logo dizia: não vou mais não. Não vou perder minha terrinha pra trabalhar, meu ganha pão. Porque eles ameaçavam, “quem entrar no sindicato não planta mais em minha terra, não trabalha, vai embora!” (JOSÉ GUEDES, 2008).

Como percebe-se, os laços de patronagem, marcado por um passado de dominações e fortalecidos por relações de dependências, inibiam confrontações diretas entre os trabalhadores e os donos de terras. Nesse sentido, fica evidente em boa parte das narrativas que os *“patrões”* utilizavam-se de estratégias pertinentes, inculcando o “medo-repressivo” nos trabalhadores, com intuito de desmobilizá-los e mantê-los longe das atividades do sindicato.

---

<sup>38</sup> Francisco Mendes da Silva, agricultor, 77 anos, foi o primeiro delegado sindical da delegacia do Sítio Fábrica, Distrito de Santa Fé, no Crato. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, exerceu diversos cargos, tais como: tesoureiro, secretário e diretor sindical. Concedeu-nos entrevista no dia 21 e abril de 2009 em sua residência.

Em meio a essas dificuldades, os trabalhadores acabavam por desenvolver estratégias e mecanismos de resistência para se fazerem presentes às reuniões. Aqui recuperamos a contribuição das ciências sociais a partir dos estudos do cientista político e antropólogo, James Scott, contemporâneo nos estudos sobre as formas de resistência do sudeste asiático. Sua teorização procura evidenciar as mobilizações de resistência, principalmente camponesa, a qual, tendo como principal objetivo a luta por uma ética de subsistência, não representou uma construção das ações puramente setorializadas, mas a pensou como uma categoria indispensável para a funcionalidade das ações entre trabalhadores e poderosos, em que tais práticas cotidianas se revelam formas de resistência.

A leitura sociológica de Scott para as ações de resistência dos grupos sociais dominados se faz a partir da valorização de estratégias presentes nos discursos ocultos dos personagens envolvidos na trama social. Vale salientar: a resistência nem sempre significa confrontação direta ou atividade política aberta e organizada, atribuindo as experiências produzidas por esses atores sociais à mediação de instituições ou organizações formais, tais como a Igreja, partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Os discursos simbólicos nascem e se articulam em ações táticas de resistência na luta cotidiana de grupos de dominados e de grupos que estão em situação de resistência. Essas atitudes podem ser expressas e caracterizadas por meio da sabotagem, da fuga, do roubo, da dissimulação ou ignorância fingida, do trabalho descuidado, boicotes, lentidão na produção, etc., que acabam sendo reflexos das estratégias dos camponeses diante do poder dominador dos fortes (SCOTT, 2002).

Nas narrativas desses sujeitos, têm-se observado a capacidade de resistirem à dominação e às diversas condições impostas pelos proprietários de terras. E mesmo por trás de uma aparente “acomodação”, o conflito e a resistência sobressaem à compreensão das situações de vida a que estão submetidos.

Seu Acilon José, tendo vivido intensamente esse período de organização dos trabalhadores, ressalta que, mesmo com a fundação de algumas delegacias e um lugar-sede propício à realização dos “grandes encontros”, as pressões impostas pelos proprietários de terras faziam com

que muitos desses trabalhadores entrassem escondidos no sindicato. Nesse sentido, o mesmo elucida como fazia para deslocar-se até a sede do Patronato para participar das reuniões:

A gente entrava escondido (no sindicato). A minha filha mais velha veio estudar na casa do filho do meu patrão. E pra eles me avisarem das reuniões (através do rádio), eu mandei dar outro nome pra ela colocar. Porque tinha um programa na rádio, era meio dia esse programa, chamado: “Nossos caminhos se encontram”. Aí chamava o pessoal pra ir, pra participar das reuniões na Fundação. Aí pra não chamar Acilon lá do boqueirão, se não sabia quem eu era, né!? Aí ela butava outro nome, aí eu já sabia que era eu e então eu ia. Já para não ter problema com o patrão (ACILON JOSÉ, 2009).

Percebe-se através desse fragmento de memória que se fazer presente às atividades que aglomerassem um bom número de trabalhadores passava a representar, naquele momento, uma ameaça ao poder de quem os explorava. Daí era necessário desenvolver por parte desses trabalhadores mecanismos de resistência que burlassem a ordem vigente.

Como demonstrou James Scott, quando certos grupos não se encontram em condições de se levantar diretamente contra o poder que os oprime, eles aderem a uma conformidade “calculada”: por trás de uma submissão aparente escondem suas ações de resistência cotidiana, as quais terminam por gerar conseqüências transformadoras.

Nessa incessante luta, a inserção de homens e mulheres em uma entidade que naquele momento representasse uma ação coletiva, enraizada na vivência dos mesmos, seria para muitos deles a oportunidade de afugentar-se da vida insana e miserável na qual estavam submetidos, a esperança de um objetivo que estava sendo aos poucos alcançado.

Foi em meio a inúmeras dificuldades que também foi criada a Delegacia de Lagoa Rasa e Boqueirão, à qual nos referimos anteriormente. E, possivelmente, seria esse o perfil das demais que iriam ser fundadas ao longo da década de 60 nas comunidades espalhadas por toda região do Cariri.

A mencionada delegacia foi criada provavelmente no mesmo ano da fundação da delegacia do Sítio Fábrica, ou seja, em meados de 1962, visto



que o trabalho de orientação prestado pela equipe de sindicalização estendia-se por boa parte das localidades rurais, desenvolvendo, assim, um trabalho quase simultâneo com os trabalhadores.

A delegacia de Lagoa Rasa e Boqueirão foi a que comportou o maior número de trabalhadores associados ao sindicato, pelo menos até meados de 1966, quando outras delegacias passaram a ser fundadas.

A explicação plausível para o número considerável de associados deve-se ao fato de que naquela localidade, precisamente no Sítio Boqueirão, situava-se na época um dos maiores engenhos de rapadura da região do Cariri, onde viviam em média mais de 45 famílias, segundo relatos de alguns dos nossos entrevistados. De propriedade do senhor João Leandro Correia, ficava localizado a quase 27 km da zona urbana cratense, na divisa dos distritos de Dom Quintino, com Distrito de Monte Alverne.

Em relação ao Sítio Lagoa Rasa, sua área correspondia em parte ao mesmo território da “fazenda” Boqueirão. O marco diferenciador de uma localidade para a outra limitava-se ao que os trabalhadores ali conheciam como “*travessão*”, uma pequena cerca que demarcava e estabelecia os limites entre os dois sítios.

Assim, a primeira iniciativa dos assessores da ELIRUR consistiu na unificação de ambas, formando uma só delegacia, que ficou conhecida popularmente como Delegacia do Sítio Lagoa Rasa e Boqueirão.

Como a maioria das atividades econômicas girava em torno do engenho Boqueirão, que absorvia boa parte da mão de obra daquela localidade, muitos dos seus trabalhadores eram pressionados a deixar de freqüentar as reuniões na delegacia. Logo, muitos desses encontros aconteciam na casa de algum agricultor, sem que os “patrões” tivessem conhecimento. Só após o movimento se fortalecer, aglomerando um número ainda maior de pessoas, foi que as reuniões passaram de fato a ocorrer na sede da delegacia.

Teúnas Santana, que na época passou a exercer o cargo de delegado sindical da Delegacia de Lagoa Rasa e Boqueirão, trabalhava como morador no Engenho Boqueirão. Ele rememora as dificuldades enfrentadas na ocasião das primeiras reuniões.

Era muito difícil, porque a gente se reunia em um terreno vizinho ao engenho onde eu trabalhava. Porque naquele tempo os donos de terra não queriam nem falar em sindicato. [...] Era uma dificuldade muito grande, um medo muito grande dos trabalhadores de entrar no sindicato, até de falar em sindicato. Muitos iam para a reunião escondido, para o patrão não saber que ele ia pra sindicato. Às vezes quando acontecia que eles sabiam, eles colocavam pra fora (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Medos e dúvidas permeavam o cotidiano daqueles homens e mulheres, como se vêem nos relatos. Assim, mesmo marcados por laços de exploração e sobre a insígnia da repressão, eram impelidos naquele momento a buscar melhores condições de vida, mesmo com o temor de expulsões e outras possíveis represálias.

Lançadas as bases das primeiras delegacias, o assessoramento junto aos trabalhadores figurava entre os principais objetivos da equipe. Dessa maneira, a capacitação dos participantes foi um dos aspectos que receberam maior atenção por parte da coordenação da equipe da ELIRUR, sendo realizada através de treinamentos, encontros e dias de estudo.

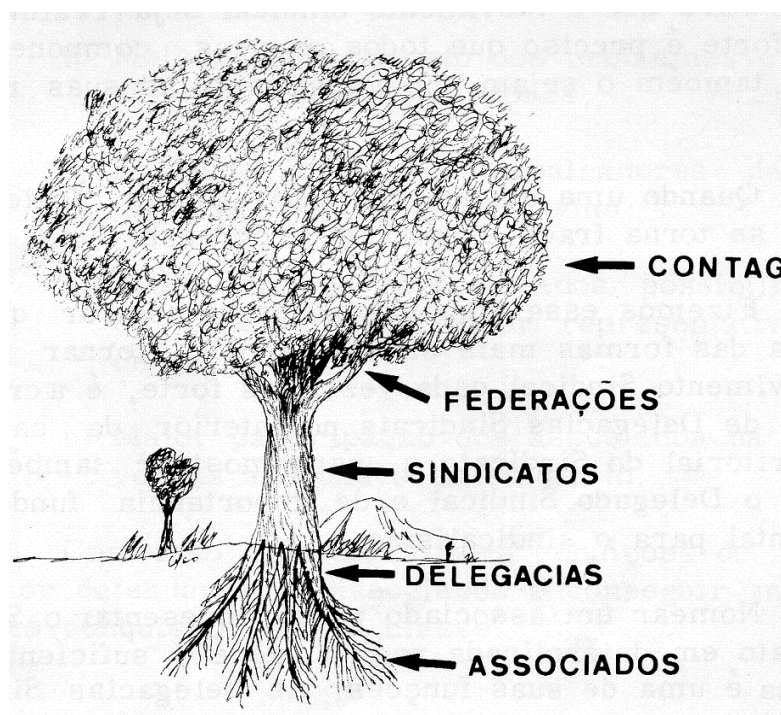
Para facilitar o aprendizado e fortalecer o elo entre os assessores da ELIRUR e os trabalhadores, visto a sua maioria não estar habituada com assuntos de ordem burocrática, a equipe utilizava como referência para o desenvolvimento de seu material didático – apostilas, cartilhas, livretos – uma série de elementos simbólicos e ilustrações corriqueiramente presentes no cotidiano dos mesmos, tais como: distribuições de cordéis, desenhos que retratavam o campo (plantas, animais, alimentos), simulações de compra e vendas de produtos agrícolas etc.

O referido material era desenvolvido com o intuito de balizar e instruir o homem do campo, facilitando dessa forma a sua atuação no sindicato e principalmente na delegacia de sua comunidade. Indagações do tipo “O que é um sindicato?”, “Como funciona uma delegacia sindical?”, “Quais as funções exercidas pelo delegado?” eram temas abordados constantemente nos materiais de apoio, bem como durante as reuniões.

No “Manual do delegado sindical”, pequena cartilha desenvolvida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG<sup>39</sup>, e distribuída por membros da ELIRUR nas delegacias sindicais do cariri, abordava em suas páginas diversas dessas ilustrações que eram explanadas aos trabalhadores durante os encontros.

Segundo o referido manual – que inclusive era lido em muitas ocasiões pelos assessores em voz-alta, visto o grande número de trabalhadores analfabetos – seria essencial para o crescimento e desempenho do movimento sindical que o mesmo se fortalecesse e atingisse dois pontos básicos: a aglomeração de uma soma maior de associados e que estes atingissem um bom grau de consciência dos seus problemas.

Para alcançar tal propósito, segundo a primeira lição da cartilha, o Movimento sindical dos trabalhadores rurais deveria ser comparado a uma árvore, assim como se vê na ilustração abaixo, retirada da própria apostila utilizada pelos assessores da ELIRUR durante as reuniões.



<sup>39</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foi fundada em 22 de dezembro de 1963 no Rio de Janeiro. Trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela sua criação, sendo a entidade reconhecida oficialmente em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517, tornando-se, assim, a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional legalmente reconhecida. A CONTAG nasceu em um momento crítico da atividade política do país, durante o regime militar, resultando inclusive em intervenção na entidade, além da prisão e exílio de vários dirigentes seus.

Figura 7: Árvore que representa o movimento sindical dos trabalhadores rurais, 1974. Ilustração extraída do “Manual do delegado sindical”. Arquivo: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (Documento cedido por Teúnas José Santana)

Baseado na lição proposta pela cartilha, a parte mais alta da árvore composta pelos galhos mais finos e as folhas, representa a CONTAG. Os galhos mais grossos, representavam as Federações. O tronco (caule) representa os sindicatos. As raízes mais grossas representam as delegacias sindicais. Já as mais finas, responsáveis pela vida da árvore, e que ficam em torno das mais grossas, representam os associados. Por fim, para que o movimento sindical ganhasse força, era preciso que todos os seus componentes também fossem fortes, principalmente suas raízes.

Nota-se na estrutura da imagem que o propósito da primeira lição seria familiarizar e apresentar aos trabalhadores a estrutura organizacional de um sindicato, inserindo-o em um contexto de instituições de maior amplitude, especificando de uma maneira prática a importância de cada setor, alertando sobre a relevância e o seu papel singular para a harmonia e o bom desenvolvimento da instituição.

A lição de nº.2 abordava aspectos referentes à atuação do delegado sindical e ao funcionamento das delegacias sindicais. Segundo a cartilha, seria necessário para o bom desenvolvimento das delegacias que os trabalhadores estivessem preparados para as funções as quais posteriormente iriam exercer. Nesse sentido a lição orientava:

Uma das formas mais eficientes para tornar o Movimento Sindical cada vez mais forte, é a criação das Delegacias Sindicais no interior da base territorial do sindicato [dessa maneira] o Delegado Sindical é de importância fundamental para o sindicalismo.<sup>40</sup>

Cada delegacia ficava a cargo de um delegado sindical, escolhido na maioria das vezes pela própria comunidade, a quem cabia levar as orientações e as principais decisões da entidade. Evitava-se com isso o deslocamento de associados até a sede do sindicato para resolver pequenos problemas, ou simplesmente pedir informações que poderiam ser

<sup>40</sup> Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Apostila de nº. 1, *Delegacia Sindical*. Coleção CONTAG. Pág. 8.

prontamente prestadas na sede da própria delegacia presente na respectiva comunidade.

Na maioria das delegacias o delegado era auxiliado por secretários e tesoureiros, aos quais caberia por em prática voluntariamente algumas atividades, tais como: escrever as atas durante as assembléias, preencher os fichários com os dados dos associados, além de serem responsáveis pelo recolhimento das contribuições sociais financeiras. Juntos, compunham e constituíam uma diretoria.

As principais responsabilidades, porém, cabiam ao delegado, que por sua vez deveria ser atuante junto aos associados, exercendo de forma eficaz as atividades a ele atribuídas. Ainda na lição de número 2, precisamente no 4º parágrafo, sobre as funções específicas do delegado, eram elencadas suas principais atribuições e se relatava como o mesmo deveria atuar junto à sua comunidade:

#### VI – COMO DEVE SER O DELEGADO?

- a) ser interessado em resolver os problemas da classe;
- b) ser bem relacionado com os demais associados;
- c) conhecer bem os problemas da região
- d) ter capacidade de liderança
- e) não ter ligação político-partidária com nenhum grupo ou pessoa.<sup>41</sup>

Como se observa nas atribuições citadas acima, o delegado deveria trabalhar de forma programada e organizada, observando com rigor todas as atribuições a ele conferidas. Nesse sentido, como se observa na imagem extraída da cartilha, os assessores da ELIRUR mais uma vez recorriam a elementos lúdicos-simbólicos presentes no cotidiano dos trabalhadores para exemplificar a importância do delegado para o crescimento do movimento sindical:

---

<sup>41</sup> Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Apostila de nº. 1, *COMO DEVE SER O DELEGADO SINDICAL*. Coleção CONTAG. Pág. 13.

*Costuma-se dizer que os delegados são as pernas e os braços do sindicato, e que o Sindicato que não tem delegados não se movimenta, isto é, o Sindicato fica parado como se fosse aleijado, como uma pessoa sem pernas e sem braços, ou como um pessoa com as pernas e braços amarrados.*

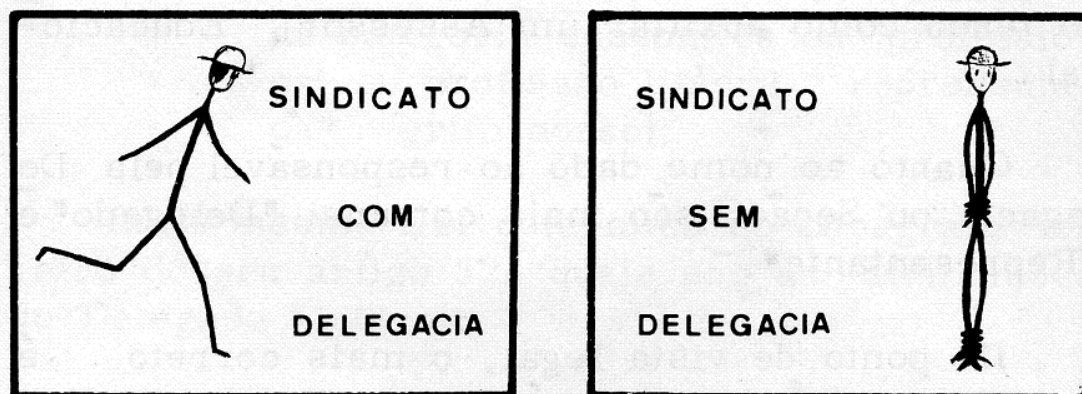


Figura 8: *Como de deve ser o delegado?* 1974. Ilustração extraída do “Manual do delegado sindical”. Arquivo: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (Documento cedido por Teúnas José Santana)

Como se observa, as delegacias sindicais impulsionavam a participação dos trabalhadores no sindicato, concorrendo para um aumento significativo da presença dos mesmos. Aos poucos, aqueles espaços iam se transformando em um meio de interação das comunidades rurais, contribuindo na organização comunitária e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida daqueles camponeses.

O crescimento do número de associados resultou sobremaneira no fortalecimento das ações desse grupo, servindo para lhe dar força e propiciar uma coesão ainda maior entre os seus participantes. O que se viu daí para frente foi um despertar das pessoas para a necessidade de uma análise mais aprofundada dos seus problemas, direcionada para um engajamento específico e um planejamento mais voltado para as realidades de cada comunidade.

### **3.2. “Melhorou depois do sindicato”**

Uma vez estabelecido o assessoramento junto às delegacias, a equipe de sindicalização encarregou-se da organização de inúmeros encontros. Existiam basicamente dois tipos de reuniões: os Encontros de Líderes, e se entendia por liderança qualquer associado que exercesse cargo de confiança nos sindicatos – presidente de sindicato, tesoureiro, secretário, delegado sindical –, mais os encontros dos trabalhadores. Nesse último caso, envolviam-se tanto os associados do município do Crato como aqueles de base correspondente a outras cidades da região do Cariri, tais como os vinculados aos sindicatos de Juazeiro, Barbalha, Várzea Alegre, Brejo Santo, dentre outros que iam sendo fundados e igualmente recebiam a assessoria da ELIRUR.

Os diversos encontros realizados no decorrer do ano reuniam centenas de pessoas. Previamente planejados, muitos deles eram em regime de internato, ou seja, os trabalhadores se deslocavam de suas comunidades e se dirigiam para os locais pré-estabelecidos pela ELIRUR – Patronato Padre Ibiapina, Liceu Diocesano, sede do Círculo Operário – onde passavam a semana estudando sobre questões ligadas ao meio rural. Outras várias reuniões também aconteciam nas delegacias espalhas pelas comunidades rurais.

Participavam dos eventos, além dos próprios trabalhadores rurais e lideranças sindicais aqui já mencionados, membros da ELIRUR, técnicos da ANCAR, além de representantes de outros setores que atuavam de forma conjunta com a equipe de orientação sindical, como alguns integrantes do MEB e da Cáritas.

Nos Encontros de Líderes, realizados geralmente no auditório do Patronato Padre Ibiapina – isso pelo fato de comportar um número significativo de lideranças de toda região –, a equipe de orientação sindical avaliava conjuntamente as atividades realizadas com as comunidades rurais durante os dois semestres; ocasião esta quando eram debatidos diversos assuntos, tais como: a metodologia de trabalho aplicada em determinada comunidade, as dificuldades enfrentadas e balanço financeiro. Após as discussões, programavam-se as atividades para o ano vindouro, traçando as

metas a serem alcançadas. Assim novas estratégias eram desenvolvidas e outras ações eram postas em prática para cada localidade.

Ao final de cada encontro de lideranças era realizado um extenso levantamento de dados, compondo um balanço do movimento, e que posteriormente seria entregue nas delegacias para o aprimoramento dos trabalhos. Abaixo, um fragmento de uma matéria do periódico Católico “A Ação”, em que se ressalta a realização do Primeiro Encontro de Líderes Rurais, realizado no Salão Paroquial da Igreja São Vicente, organizado pelos membros da ELIRUR e técnicos da ANCAR, contando com a participação de dezenas de trabalhadores.

Tendo como local o Salão Paroquial São Vicente e contando com a presença de dezenas de agricultores [...] realizou-se o PRIMEIRO ENCONTRO DE LÍDERES RURAIS, visando um treinamento doutrinário, sobre as diversas atividades agrícolas. O treinamento contou do seguinte programa: Abertura, apresentação de líderes, palestra sobre a justificativa da descoberta de líderes, importância do líder na comunidade, atuação de líderes, cooperativismo, seleção de líderes por projeto. As palestras estiveram a cargo da equipe da ANCAR, Mons. Rubens Lóssio e a equipe da ELIRUR. Participavam com grande proveito, comunidades de Santa Fé, Monte Alverne, Engenho da Serra, Lameiro, Boqueirão, Riacho Sêco, Ponta da Serra, além de Crato.<sup>42</sup>

Já os encontros realizados com os trabalhadores ocorriam tanto na sede do Patronato como principalmente nas delegacias das próprias comunidades. Como relembra o senhor José Guedes (2008), geralmente aconteciam aos finais de semana, *“nos sábados, primeiro e segundo de cada mês, ocasião em que a maioria dos trabalhadores estava parcialmente “livres” das atividades do campo, sendo dessa forma mais fácil aglomerar um número maior de participantes.*

Nas viagens de supervisão, quando os membros da ELIRUR se dirigiam para o trabalho no campo, os assessores da equipe de

---

<sup>42</sup> Trata-se de um periódico ligado a Diocese Cratense e que teve relativa circulação no espaço urbano caririense entre os anos de 1942 a 1982. Criado para ser porta-voz da Igreja na região, nele podemos encontrar diversas notícias relacionadas à sociedade cratense e regiões circunvizinhas, além de informações variadas que estão dispostas por todo o corpo do jornal: reportagens locais e nacionais, debates, anúncios, comunicados oficiais, colunas policiais, colunas humorísticas etc. Ver: OLIVEIRA CORTEZ, Antônia Otonite de. *A Construção da Cidade da Cultura: Crato (1889-1960)*. Rio de Janeiro: 2000.p. 178/179.



sindicalização visitavam as comunidades, discutiam questões ligadas aos problemas que afligiam os próprios moradores e participavam de toda a produção dos programas de orientação e cursos junto com as equipes locais. Isso permitia uma melhor avaliação dos resultados obtidos pelo movimento sindical em cada região, desenvolvendo um planejamento mais voltado para as realidades de cada grupo.

O convite para os mesmos se fazerem presentes aos encontros, davam-se durante as visitas feitas pela equipe às comunidades, ou através do Rádio Educadora. A esse respeito, lembra-se a fala de José Guedes:

Eles avisavam através dos assessores que vinha de lá, sempre toda vida tinha umas pessoas de fora. Eles avisavam pelo rádio. Tinha um programa todo dia às 11 horas e dizia, tal dia o encontro em tal comunidade. Como ainda hoje tem o encontro distrital (JOSÉ GUEDES, 2009).

Os treinamentos e mini-cursos, diversos deles ministrados por Padre Lurildo, Teresa Siebra e Valderir, entre outros integrantes que compunham a equipe de assessoria sindical, davam-se durante as reuniões dos trabalhadores nas comunidades, geralmente realizados na sede da delegacia ou no salão paroquial da Igreja, e contava com a assessoria direta de dois ou três membros da Elirur. Em algumas oportunidades iniciavam-se as reuniões lendo alguns fragmentos da bíblia, quando em seguida eram abertas as sessões. Esse era um momento em que o homem do campo iria expor os andamentos dos trabalhos realizados em suas respectivas comunidades, discutindo sobre as dificuldades enfrentadas.

O principal objetivo dos treinamentos era capacitar os camponeses das diversas localidades para o trabalho tanto nos sindicatos como, principalmente, nas suas comunidades, definindo a meta que cada um deveria alcançar a partir das necessidades específicas, a exemplo de desenvolver novas formas de plantio, utilizar-se de novas técnicas de interação popular em grupo visando a união dos camponeses, alfabetização, programação radiofônica, planejamento e pesquisa educativa.

Nesses encontros, elementos de diversas equipes de assessoria do sindicato se reuniam com os trabalhadores para discutir os problemas comuns, e, a partir daí, eram feitos projetos específicos para as diversas

regiões. A tônica dos primeiros mini-cursos de formação camponesa, abordava em sua proposta pedagógica, conteúdos que valorizavam o “despertar” para a “conscientização” e valorização do grupo, enfatizando a coesão dos trabalhadores, objetivando o aperfeiçoamento da dinâmica do fazer coletivo.

As propostas programáticas manifestadas nos minicursos de *Criatividade Comunitária, Dinâmica de Grupo, Bem estar social, Como Viver Melhor*, firmava entre os participantes a idéia de ajuda mútua, manifestadas no planejamento de ação comunitária, nas reivindicações dos benefícios, na construção das roças comunitárias, desenvolvendo entre os trabalhadores laços de reciprocidade e solidariedade.

Tais treinamentos eram realizados numa perspectiva de continuidade e aprofundamento, respeitando a caminhada da própria comunidade. Outra característica, senão a principal, era que os mesmos eram direcionados para um engajamento específico. O conteúdo e metodologia utilizados tinham a preocupação de adequação à realidade dos participantes, a fim de que fossem processualmente assenhorando-se do que experienciavam e refletiam. Daí não cair na tentação de sobrecarregar de conteúdos um só treinamento. Privilegiava-se ainda a discussão em pequenos grupos, na qual *“cada um dizia um pedaço, cada um falava um pouco de tempo”*. Uma atividade que propiciava a desinibição, alimentava a estima individual e incentivava a unidade.

Em entrevista, José Guedes, rememora o zelo e a dedicação da equipe da ELIRUR na preparação e no desenvolvimento das atividades: *“eles trabalhavam em forma de grupo e aí ia educando as pessoas, ou pelo menos dando a noção das coisas. Grande Escola!”* (JOSÉ GUEDES, 2009).

Na ocasião das reuniões, os participantes socializavam suas experiências, ouviam, debatiam, questionavam. Esses momentos aproximavam as pessoas, proporcionando intimidade e, mesmo, afetividade mútua, fortalecida a cada curso e visita às comunidades.

Na imagem abaixo, observa-se uma reunião de trabalhadores na ocasião de um treinamento. Ao centro, vê-se um trabalhador, que possivelmente participava de um momento de dinâmica com os demais integrantes do grupo.



Figura 9: Reunião de trabalhadores na ocasião de um treinamento, 1968. Arquivo: Teúnas José Santana

No fazer-se do Movimento, as discussões passaram a ganhar novos contornos, cedendo espaço para as questões de cunho político-social, privilegiando a premente situação em que se encontravam boa parte dos trabalhadores no campo. Esse momento também coincide com a criação de algumas leis implementadas pelo Estado, como o Estatuto do Trabalhador Rural. Segundo a norma, em linhas gerais, visava-se apaziguar os ânimos que em quase todo Brasil afligiam os camponeses, os quais ganhavam aos poucos expressão dentro do movimento sindical cratense.<sup>43</sup>

Dessa maneira, evidenciam-se mudanças nos conteúdos dos cursos e nas demais atividades que vinham sendo desenvolvidas, levando a equipe a reformular sua postura de atuação. A proposta programática dos novos cursos passaria a assumir uma atitude mais crítica, agregando dimensões em torno das mazelas do sistema econômico, adotando temáticas que privilegiavam os problemas incidentes sobre o campo, debatendo aspectos por meio dos quais os direitos e deveres dos camponeses estivessem no cerne das discussões.

---

<sup>43</sup> O Estatuto do trabalhador Rural - ETR foi promulgado em 1963, no Governo de João Goulart sob a lei 4.214, de 02/03/63, feito com o objetivo de regularizar as relações trabalhistas e amenizar as tensões sociais no campo, visando garantir aos assalariados rurais alguns direitos, tais como: salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado etc.

Os cursos de *Legislação Trabalhista Rural*, *Ruralismo*, *Doutrina Sindical*, *Legislação Agrária*, *Orientação Sindical*, *Prática sindical*, enfatizavam as discussões sobre a remuneração salarial, regularização das horas de serviço, férias, higiene e segurança do trabalho etc. Durante os encontros e palestras ministradas, sobressaíam-se questionamentos do tipo: *Quais são as causas que conduzem o homem a pobreza? Quais são os problemas que afligem o homem no campo? Quais são as lutas que os sindicatos devem promover?*

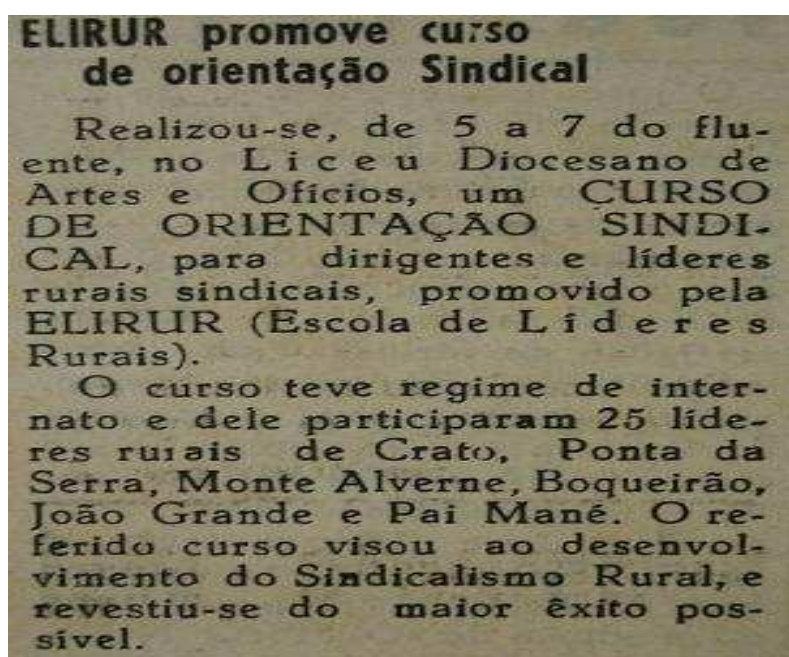


Figura 10: Recorte do *Jornal A Ação*. Crato, 21 de novembro de 1965, nº. 1.119, p.3..<sup>44</sup>

O Senhor José Guedes, ao ser indagado sobre quais os assuntos eram abordados na ocasião dos encontros, ressalta:

Eles falava que a gente tava sendo explorado, que a gente tinha um certo direito, que o patrão não pagava o salário justo, que o patrão não dava férias, que o patrão não dava décimo terceiro e que o parceiro agrícola tinha um certo direito como outro qualquer tinha (JOSÉ GUEDES, 2009).

<sup>44</sup> Jornal "A Ação". Crato, 21 de novembro de 1965, nº. 1.119, p.3. "Êxito completo no primeiro Encontro de Líderes Rurais".



Figura 11: Trabalhadores posam para a fotografia e exibem com orgulho os certificados após a conclusão do minicurso, 1969. Arquivo: Teúnas José Santana

Como se observa, a tônica dos diálogos durante as reuniões direciona-se para um olhar mais politizado, fazendo parte inclusive de um contexto amplo que marcara as lutas no campo na conjuntura nacional, despertando nos trabalhadores uma nova forma de enxergar a realidade em sua volta, fortalecendo uma perspectiva de luta social. José Macedo em sua narrativa confirma as palavras do senhor José Guedes:

Tinha as regras, as normas, aquilo que o sindicato orientava e conscientizava, o direito do trabalhador. O direito a moradia, direito de trabalhar, a forma de trabalhar, quer dizer, tudo isso era discutido nas reuniões. Todo mundo na época sabia a maneira de trabalhar arrendado. Sabia a porcentagem que ele era obrigado, quer dizer, a porcentagem de renda. No caso do assalariado, qual era o valor que ele deveria receber do patrão para trabalhar. Tudo isso era observado! (JOSÉ MACÊDO, 2009).

Percebe-se nos relatos dos entrevistados que os trabalhadores rurais se obrigaram nas inúmeras reuniões sindicais a refletirem sobre as suas condições atuais de vida e expropriação. Para tanto, ao mesmo tempo, eram impelidos a entender as circunstâncias e relacioná-las aos problemas enfrentados.

Com os novos canais que se apresentavam, surgiam outros temas e discussões que diziam respeito ao custo de vida e às condições de trabalho a que estavam submetidos. Nesse sentido, depreende-se da narrativa do

senhor José Guedes um sentimento de revolta e impunidade frente às injustiças impostas pelos proprietários de terras:

Porque naquela época o caba não tinha direito, o cara chegava e dizia “você tem que desocupar essa roça amanhã, ou eu boto o gado dentro”. Às vezes chegava e botava mesmo! (JOSÉ GUEDES, 2009).

E era na prática que esses sujeitos iam tomando conhecimento dos seus direitos. Nos minicursos aplicados, nas palestras proferidas, esses atores através da troca de experiências passaram a experimentar uma nova maneira de vida, que não mais se limitaria aos espaços de trabalho, mas ganharia nova dimensão.

O ambiente que se constituía durante a realização de um encontro estava permeado de uma série de relações advindas das experiências de quem ali chegava e dos que já viviam em tal meio. Mesmo utilizando-se de estratégias aparentemente “descordenadas”, suas ações representavam e perpassavam o coletivo, sendo manifestadas e imbuídas nas vivências daqueles sujeitos.

A gente começou a despertar que isso tava errado, que tinha uma lei, que existia o Estatuto do trabalhador rural, que tinha o Estatuto da terra, a gente começava a despertar, começava a estudar aquilo ali e sentia a necessidade de dizer aos companheiros, aos irmãos do campo, que a gente podia mudar aquilo ali. (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Entendo, portanto, que a obra de Thompson torna-se essencial para a compreensão das experiências desses homens e mulheres na construção da dinâmica de um trabalho coletivo. O autor examina a partir de uma investigação empírica o “fazer-se” da classe operária inglesa, mostrando que este foi um processo ativo. Assim, a classe operária não foi determinada de uma hora para outra. Ela se constituiu e participou ativamente deste fazer-se.

Isto ele explicitou no famoso prefácio de “A formação da classe operária inglesa”, em que inicia sua obra explicitando sua concepção de classe, a qual é diferente da noção clássica de classe para os marxistas:

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas

(...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus) (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Thompson considera que a formação da classe operária inglesa veio de si própria como processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos sociais. A classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais. Como relação histórica, uma classe interage com outra definindo-se pela formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos trabalhadores.

Nesse processo o autor teoriza a noção de experiência. Segundo o mesmo, ela permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes efetivos e nela não predominam estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e de lutas das pessoas que contribuem para seu fazer-se.

De fato, para o autor, só a experiência econômica não indica a classe, mas envolve também as práticas cotidianas culturais, as idéias, as tradições e os valores das pessoas. O fazer-se dos sujeitos na classe se dá a partir das experiências deles. A classe é uma relação, ou as relações vividas pelas pessoas, que lhes tornam membros participantes da mesma:

A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram (...). A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 11).

É nesse convívio, fruto da experiência, que os trabalhadores rurais vão se descobrindo enquanto classe, firmando laços de cooperação e manifestando elementos de solidariedade, imbuídos numa perspectiva de reflexão e grau de consciência de seus problemas.

Segundo o senhor José Guedes, era durante as conversas e as reuniões que ele ia *descobrendo novos horizontes* e, na construção do

Movimento, manifestava uma preocupação com os problemas de seus companheiros, enfatizando, no seu relato, que o aspecto da unidade deveria ser o caminho a ser seguido em prol da conquista de suas lutas:

Eu participando de cursos, de reuniões com outras pessoas, alguns assessores da Fundação Padre Ibiapina, eu fui descobrindo novos horizontes, fui ouvindo e pregando para os outros: olha, nós tem esse direito, vamos buscar, vamos pregar para os amigos!. Vamos todo mundo, vamos se unir, vamos partir juntos! Nós unidos, um dia nos chega lá, mas se nós se separar, se dividir aí fica difícil, mas enquanto nós puder, vamos nos unir! (JOSÉ GUEDES, 2009).

Os níveis de percepção crítica dos trabalhadores se tornam mais visíveis quando do seu engajamento nas atividades do sindicato, avançando assim nas reflexões sobre os problemas sociais. Nos relatos do período, eles mencionam com apreço as conquistas adquiridas com a chegada dessas entidades, discriminando inclusive um marco em suas vidas: o “antes” e o “depois” dos sindicatos.

Associam o “antes” a um período quando não se conheciam e nem eram observados os seus direitos, uma espécie de “cativeiro”; e o “depois”, ou seja, quando da fundação dos sindicatos, a um momento de valorização e descoberta do homem do campo:

Eu sei que a vida do trabalhador do campo, melhorou depois dos sindicatos, antes dos sindicatos era um cativeiro muito grande aqui. [...] Antes do sindicato, ninguém era ninguém, ninguém valia nada. Os sindicatos foi quem valorizou o homem do campo! (ACILON JOSÉ, 2009).

Com um aprendizado socializado, os trabalhadores rurais faziam de suas experiências um exercício para o convívio em suas comunidades, mostrando uma politização que vai além dos espaços de instituições como a Igreja e o Sindicato.

As reuniões, as assembléias e os debates serviram como instrumentos primordiais para a busca da organização de outros espaços organizativos não ligados a àquelas instituições ou tutelados por elas. Isso também permitiu a cada um perceber-se como alguém que, em vez de não



saber nada, conhecia muito; apenas lhe faltava a capacidade inicial de entender como se organizava formalmente esse conhecimento.

### **3.3. “Nesse tempo, foi como que um gavião no meio dos pintos”.**

Ao final de 1963, e no ano seguinte, o clamor por reformas sociais era a bandeira levantada pelas mais variadas tendências políticas brasileiras. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), o país passava por um momento de recessão e inflação acentuada, culminando em uma forte crise econômico-financeira.

Não obstante, constantes crises político-institucionais e no sistema partidário, a ampla mobilização política das classes populares, bem como o fortalecimento e ampliação do movimento operário e dos trabalhadores rurais contribuíam cada vez mais para a formação de uma atmosfera de incertezas que permitia a todos apostarem em novas alternativas para o crescimento e desenvolvimento do país. Cabe ressaltar também que justamente nesse período era deflagrado o rescaldo da revolução Cubana – a primeira revolução socialista na América.

Diante da realidade de uma conjuntura social permeada por incessantes conflitos, a crise se precipitou no dia 13 de março, em razão da realização de um grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com a promessa de encaminhar ao Congresso projetos de reformas de base (agrária, eleitoral, bancária, constitucional, universitária), Jango radicalizava seu discurso anunciando desapropriações de terras às margens de rodovias e ferrovias federais, mostrando sua disposição para realizar uma reforma agrária de fato, ou seja, sem nenhuma forma de indenização, pecuniária ou através de títulos públicos. Os conservadores reagem em 19 de março com uma manifestação em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi o estopim, que culminou com o golpe militar de 1964, levando Castello Branco ao poder.

Logo após assumirem o Governo, os militares voltaram-se para o campo e incluíram a reforma agrária entre suas prioridades. Um grupo de trabalho foi imediatamente designado para a elaboração de um projeto de lei nesse sentido. No dia 30 de novembro de 1964, o Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra. No intuito de viabilizar tal projeto da reforma

agrária, ainda foram criados o IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola).

Por outro lado, o Governo Castelo Branco interveio em diversas entidades espalhadas pelo Brasil. Assim, uma violenta repressão se deu nos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, bem como, em particular, sobre as Ligas Camponesas, que foram colocadas na ilegalidade. Trabalhadores rurais sofreram perseguições; fecharam-se várias organizações sindicais e muitas perderam seus direitos de representação, sobretudo as de orientação comunista. Até mesmo alguns sindicatos fundados e orientados pela Igreja não foram poupados e várias lideranças ligadas ao clero restaram presas.

Para Coletti, o golpe de 1964, através da implantação de algumas medidas – tais como o já citado Estatuto da Terra –, representou ao mesmo tempo uma ruptura e uma continuidade. Ruptura no sentido de que as Ligas e, principalmente, as lideranças do PCB são varridas do cenário político do campo. Continuidade porque o sindicalismo oficial rural foi preservado e a Igreja, que anunciara o seu apoio aos militares através da “Declaração da CNBB Sobre a Situação Nacional”, transformou-se na força legal responsável por conduzir a massa camponesa no interior desse sindicalismo oficial.<sup>45</sup>

Em Fortaleza, a repressão logo se abate sobre o movimento sindical ligado ao PCB; em 1964, a própria sede da Federação dos Trabalhadores (FETRAECE) foi totalmente “destruída” pelos militares e teve os seus principais líderes perseguidos.

Segundo o relato de João Felismino, líder sindical na época, os sindicatos do Cariri não sofreram repressão. Ele associa o fato à ligação estabelecida entre essas entidades e a diocese.

Não, os sindicatos da região do Cariri não sofreram intervenção. A gente atribui este fato aos sindicatos da região do Cariri por terem sido fundados na orientação da Fundação Padre Ibiapina (apud OCHOA, 1989, p. 106).

---

<sup>45</sup> COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: A propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão*. Campinas: Editora Unicamp: Área de publicação/ Centro de Memória, 1998, p. 62. Sobre a “Declaração da CNBB Sobre a Situação Nacional” Ver: CARVALHO, Abdias Vilar de. “A Igreja Católica e a questão agrária: análise de suas declarações no período 1950-1964”. *Revista de Cultura e Política*. p. 73 - 89

Elucidativo o pensamento do senhor José Felismino. De fato, mesmo com o golpe militar, não findou a relação da Igreja com os sindicatos rurais. Aliás, é válido destacarmos as duas visitas realizadas pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco à cidade do Crato, em meio ao quadro de efervescência da ascensão dos militares ao poder. Em ambas as oportunidades ele esteve na sede da Fundação Padre Ibiapina observando o trabalho ali realizado.

Em um dos relatórios do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas (CENDEP), no qual pode ser encontrado um breve histórico cronológico dos principais acontecimentos e atividades realizadas naquele período pela Igreja, são destacados a importância e o teor da visita:

O trabalho da Fundação foi, de início, algo de modesto, que não teria ultrapassado acanhados limites, se não fora o estímulo e o apoio de brasileiros eminentes, tais como o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, quando presidente da república; o Senador Wilson Gonçalves, o Cel. Virgílio Távora, quando governador do Estado do Ceará, pela 1ª vez, o Deputado Paulo Sarasate e o Sr. Júlio Barata, quando ministro do trabalho. [...] **Propondo-se a ajudar e ver ampliado o seu raio de ação, perguntou (Castelo Branco): “O que os senhores querem? A resposta prendeu-se da instabilidade do pessoal e da própria fundação sujeita, como ainda hoje, a uma paralisação de suas atividades cada vez que se conclui a execução de um convênio. [...] Dirigindo-se ainda ao Presidente da Fundação Padre Ibiapina, com evidente intenção de tranquilizá-lo, autorizou-o a assumir compromisso com o pessoal do trabalho, garantido uma estabilidade para futuro. Posteriormente, ante a dúvida que ainda persistia, dado o pensamento de transitoriedade dos governos e das pessoas, o Marechal Castelo Branco voltou o assunto, afirmando: “Este trabalho é de interesse da Nação. Nenhum Governo deixará de apoiá-lo.”**<sup>46</sup> [Grifos nossos]

Havia, portanto, um alinhamento declarado entre os interesses da Igreja e os interesses do Governo em relação ao trabalho de assistência sindical desenvolvido junto aos trabalhadores no Cariri. Nesse sentido, são firmados alguns convênios com a FPI, além do INDA e o IBRA, aqui já

---

<sup>46</sup> Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. *Tentativa de sistematização da Ação Social Para a Promoção Humana*. 1980.p.10-11. Acervo do DHDPG.

citados, objetivando, assim, subsidiar e fortalecer a continuação das ações que vinham sendo realizadas.

O jornal *A Ação*, periódico pertencente à Diocese do Crato, enaltecia a ascensão de Castelo Branco ao poder e o seu governo, na ocasião da referida visita do presidente:



Figura 12: Visita do presidente Castelo Branco, ao Crato, 1965. Arquivo: Teúnas José Santana

#### CASTELO BRANCO, GOVÊRNO DE CONFIANÇA E ESPERANÇA

O Governo Castelo Branco é governo sério e honesto, cheio de esperança para nossa Pátria. Como bom cearense, tem êle tirocínio e capacidade. É homem digno e capaz de levar avante os princípios revolucionários que o guindaram a mais alta magistratura da Nação.<sup>47</sup>

Esse jornal de cunho católico pode ser compreendido como um dos grandes segmentos no município cratense que prestaram impetuoso apoio ao golpe militar. A partir dessa vertente – somada a outros indícios, tais como os relatos orais colhidos sobre aquele período –, percebemos que determinados segmentos sociais lutavam para tentar impor aos demais grupos o seu modo de vida, ou seu modo de pensar, com a elaboração de uma gama de discursos anticomunistas, ajudando a significar a grande maioria dos acontecimentos políticos e sociais naquela cidade.

<sup>47</sup> CABRAL, Humberto. Castelo Branco, Governo de confiança e esperança. *A ação*. Crato, 18/07/1965, nº. 1.097, p.2

Despertou-nos atenção a forma insistentemente negativa e pejorativa com que o comunismo era abordado nas páginas daquele tablóide e, sobretudo, como alguns cronistas, jornalistas e editores acreditavam e temiam a possibilidade iminente daquele sistema ser implantado no Brasil. Esse discurso possivelmente acabou refletindo no cotidiano e na própria experiência organizacional dos trabalhadores rurais no sindicato local.

Mesmo com uma estreita ligação e uma postura de apoio assumida pelo Governo em relação ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela FPI junto aos camponeses, crescia entre os trabalhadores um medo constante de se fazer presente às atividades conduzidas pelo sindicato, levando inclusive a uma queda vertiginosa do número de participantes, comparado aos encontros realizados no pré-64.

Esse intercurso é corrente na memória dos trabalhadores: *“aí teve um tempo que o sindicato se acabou”, “aí o sindicato em 64 deu uma parada”, “só depois de 66 é que começou tudo de novo”*. Fica evidente nos relatos que durante esse espaço de tempo, entre o final de 1963 a 1965, houve uma diminuição e uma desestruturação de boa parte das atividades sindicais.

A justificativa presente em grande parte dos relatos aponta para um sentimento de medo que pulsava fervorosamente nas veias de muitas pessoas quando se falava em comunismo, o qual representava para elas uma ameaça à ordem vigente. Esse temor conduziu atitudes e ações que permearam o cotidiano de muitos daqueles trabalhadores.

A narrativa do senhor Teúnas Santana aponta as dificuldades dos trabalhadores em freqüentarem os sindicatos após o golpe militar. Entre os argumentos apresentados encontra-se justamente o medo que os trabalhadores tinham do chamado comunismo; soma-se a esse fato, a opressão que poderia se abater sobre aqueles que ousassem “quebrar” as regras vigentes.

Rapaz naquele tempo era uma dificuldade muito grande, um medo muito grande dos trabalhadores de entrar no sindicato, até de falar em sindicato. Nesse tempo foi como que um gavião no meio dos pintos, tão tudo junto e derrepente quando ele vem (o gavião) os pintos tudo se afastam, sendo difícil de juntar tudo de novo. Os poucos que iam à reunião era escondido, para o patrão não saber que eles iam pra sindicato. Às vezes aconteciam dele saber,

eles colocavam pra fora. O patrão temia porque naquele tempo tinha uma historia de um comunismo. No começo do sindicalismo, houve um movimento forte pro lado de Pernambuco e o nosso sindicato nasceu desse movimento de Pernambuco, só que orientado de uma forma diferente, através da Igreja. Sabendo das coisas que acontecia por lá, ficavam os patrões com medo de acontecer às mesmas coisas que aconteceu em Pernambuco, essa historia de comunismo! (TEÚNAS SANTANA, 2009).

Esse rico fragmento de memória traça um excelente panorama do momento por que passavam os sindicatos em boa parte do Brasil e aponta como os trabalhadores do Cariri vivenciaram tal conjuntura, marcada pelo medo constante do comunismo. Indica ainda as dificuldades que as pessoas tinham de se fazer presente às reuniões sindicais, levadas por uma onda de temor que afligia boa parte delas. Tais discursos e relatos estabeleceram na memória coletiva, (HALBWACHS, 1990), uma “homogeneidade” sobre o comunismo, enquanto algo negativo.

Em entrevistas, nas quais se indaga acerca das formas com que muitos trabalhadores se afastaram dos sindicatos após abril de 1964, são recorrentes respostas deste tipo:

O que? Entrar em sindicato naquela época? Dava certo não. Se tivesse reunido dois ou três como nós tamos reunidos aqui, dizia logo que era comunista. Os que iam, só se fosse escondido (ACILON JOSÉ, 2009).

Os patrão num queria aceitar naquele tempo não, dizia era que era comunismo, num sei o que. E antigamente o povo tinha medo dessa palavra, comunismo. Comunismo pro povo, era o cão! (JOSÉ MACEDO, 2009).

Aqui se sobressaem alguns questionamentos: o que de fato amedrontava os trabalhadores ao ponto de mantê-los afastados dos sindicatos, se no município do Crato não houve indícios de formação de Ligas Camponesas, e até mesmo a tentativa de Associações de Lavradores orientadas pelo PCB de certa maneira não obteve êxitos? Como se constituiu esse medo e que papel desempenhou nas experiências sociais daqueles sujeitos?

Antes de tudo, é necessário entender como o medo foi criado no município cratense, e, principalmente, quais as suas funções e o tipo vivenciado nas particularidades da sociedade que gestou esse sentimento.

Ressaltamos dessa forma os discursos construídos sobre a proposta de um conservadorismo religioso que estava muito presente nas relações sociais vividas pelos camponeses.

Entendo que os trabalhos de Jean Delumeau nos ajudam a compreender certos mecanismos de constituição do medo. Dependendo da perspectiva analítica, o medo pode ganhar inúmeros sentidos, significados e, portanto, deve ser pesquisado levando-se em consideração as especificidades da respectiva tipologia que se deseja analisar.

Delumeau, ao centrar sua atenção na questão do medo entre os séculos XIII ao XVIII na Europa, precisamente na França, chama atenção para um aspecto dele que às vezes é negligenciado nas pesquisas sociais, que é a sua dimensão clínica e fisiológica. O medo por esta perspectiva de análise é, segundo o autor, “uma emoção-choque, frequentemente, precedida de surpresa, provocada pela consciência de um perigo iminente ou presente” (DELUMEAU, 2009). Simultaneamente o medo é tão natural quanto positivo para a existência humana, por se tratar de um instrumento de defesa para evitar que o homem sucumba em uma angústia profunda, sendo um mecanismo providencial até mesmo para a sobrevivência da espécie. Assim, dependendo do foco analítico, o medo adquire diferentes significados.

Em relação à perspectiva do medo sobre o qual lançamos o nosso olhar, compreenda-se o que foi usado enquanto mecanismo de controle e instrumento político por alguns setores da sociedade; ou seja, o medo como produção histórico-social. Segundo o historiador Erinaldo Vicente:

Em diversas vezes, o medo foi usado como instrumento para garantir que a ordem social vigente fosse assegurada. A intolerância reinante por parte dos diferentes poderes públicos e privados, que ao menor ato de discordância ou da agitação contrárias, reagem violentamente sobre os cidadãos, criando no tecido social uma discórdia endêmica, que refletia e também provocava medo. E o medo é assim entendido como fator social porque afeta, envolve e meche com quem exerce a violência, assim como, com quem é vítima da mesma (CAVALCANTE, 2010).

Seguindo esse viés analítico, o historiador Antônio Torres Montenegro, ressalta a importância de estudar o medo enquanto experiência histórica:



O foco da abordagem histórica e metodológica do medo se mostra fundamentalmente na análise dos discursos e práticas que são produzidos por diversos setores da sociedade instituindo a representação de que a sociedade se encontra em perigo e desgovernada. Ou seja, como a imprensa [ou parte desta], diferentes instituições da sociedade civil, setores da igreja católica, entre outras instituições, operam esta produção (MONTENEGRO, 2006).

A Igreja Católica teve papel fundamental na construção e condução dos discursos religiosos anticomunistas no Crato, pelo menos até o ano de 1965, posterior ao golpe. O grande impulso se deu no seio dela com o Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, que transformou profundamente a relação dessa instituição com as populações cristãs, em especial na América Latina, com base sobretudo no discurso sobre a inserção eclesial junto aos problemas sociais e o combate incisivo ao comunismo. Dessa forma, o medo de que este se implantasse no Brasil, e mais precisamente no Crato, era uma constante nas páginas do jornal *A Ação*.

O enaltecimento da “vitoriosa revolução” dos militares, o contraste entre o que se entendia por democracia e a implantação do comunismo eram temas preferidos e firmemente mencionados nas páginas daquele tablóide. Os discursos sobre o Crato estavam vinculados ao regime democrático, implicando uma visão negativa de qualquer outro regime. Paulo Dias, cronista na década de 1960, publicou o “desnecessário desequilíbrio”, como aponta o trecho abaixo:

Nada mais difícil do que manter, no meio da luta, o equilíbrio e o senso exato das proporções. **Mas é isso que distingue os movimentos democráticos verdadeiramente inspirados na doutrina social da Igreja, dos movimentos subversivos, inspirados na doutrina comunista**, ou em falsas interpretações da doutrina social da Igreja.

Muitas vezes os fins buscados são os mesmos. A luta contra as injustiças sociais são as mesmas. Mas há um espírito diferente, que diversifica totalmente os movimentos, apontando para sua origem. E este espírito é constituído de equilíbrio, pelo verdadeiro sentido do bem comum.

Enquanto os movimentos e esquerdistas subversivos são exagerados e unilaterais, promovendo os interesses de uma classe, contra os interesses de outra. E em detrimento do bem comum, os movimentos democráticos sabem conciliar

os interesses de classes opostas e buscar sempre o bem comum.

**O Fim dos movimentos subversivos, de inspiração marxista, é a desordem e a luta de classes, ao passo que o fim da doutrina social da Igreja é a harmonia entre as classes e a promoção do bem de todos.**

**Por isso, a “Mater et Magistra” depois de ter instituído, sobre a necessidade e importância das organizações agrícolas cooperativas, sindicatos, federações se apressa em relembrar, que tais organizações, para atingirem suas finalidades, devem permanecer dentro da ordem moral e jurídica, que é a garantia do bem comum de toda a sociedade.**

Para que a organizações formadas pelos agricultores e trabalhadores rurais, não sejam focos de desordem e desequilíbrio social, devem ter sempre em vista os direitos e interesses das demais profissões (DIAS, 1965, p. 2). [Grifos nossos]

Como se pode observar na passagem acima, o comunismo certamente era percebido como um mal, associado a um caráter subversivo, enquanto a Igreja é apresentada como legítima defensora da democracia, inspirada na doutrina Social, que buscava a harmonia em prol de um bem comum. E para que as organizações dos trabalhadores rurais pudessem alcançar seus objetivos, deveriam permanecer dentro da “ordem moral e jurídica”.

Mas como esse discurso anticomunista propagado pela Igreja permeava o cotidiano daqueles trabalhadores?

O relato do senhor Acilon José de Santana recupera o processo de organização do trabalho assistencial prestado pela ELIRUR. O mesmo afirma que:

O sindicato daqui (do Crato) nasceu por causa desse negócio aí, as Ligas. Porque lá em Pernambuco era um sindicato que era comunista, né? A Revolução acabou naquele tempo com ele, em Jaboatão, pracolá. Eles falavam muito (nas reuniões) nesse Jaboatão. [...] Ele dizia (o Bispo) que onde entrava um sindicato não entrava outro (ACILON JOSÉ, 2009).

Possivelmente esse discurso era apresentado nas comunidades rurais pela equipe de visita que estava sob orientação da própria Igreja, através da aplicação de atividades como mini-cursos, palestras etc. Percebe-se que, mesmo sem saber precisar exatamente o que seria comunismo, o senhor

Acilon estabelece uma estreita relação entre o chamado comunismo e as Ligas Camponesas de Pernambuco, que, por serem estas, a seu ver, comunistas, teriam sido aniquiladas pela “revolução”.

Mesmo não sendo uma posição homogênea da Igreja, acreditava-se que as Ligas estiveram sempre relacionadas à repressão e à violência rural, por se tratar de um movimento reivindicatório e de oposição à desigualdade no campo. Essa atitude, como se pode observar na crônica acima, era vista como contrária à doutrina social da Igreja, que buscava um espírito de equilíbrio e harmonia entre as classes.

O interessante das reportagens no período é o caráter denunciador, visando prevenir as autoridades sobre a possibilidade de acontecer no país uma revolução comunista. O que devemos destacar é que esse anticomunismo foi construído pela vertente do conservadorismo religioso temendo a mudança da ordem estabelecida. Com este pensamento, houve um grande número de discursos que se posicionaram favoráveis ao golpe civil-militar de 1964, acreditando que as Forças Armadas estavam possibilitando uma perpetuação da suposta tradição democrática brasileira, como se observa na coluna do Monsenhor Pedro Rocha, intitulada “Alerta contra subversão”:

Os comunistas do Brasil, entrados em banho-maria, nos primeiros meses da Revolução, logo renovaram seus processos de atuação. Em o novo cenário nacional. Não mais às claras, como antes, mas sempre para frente, os comunistas nem dormiram e nem dormem. Aparentemente desarticulados, os vermelhos se deram aparentemente por vencidos nos primeiros momentos da Revolução. [...] O governo está, porém, atendo aos baderneiros vermelhos. Recentemente o ministro da justiça, em entrevista a imprensa, reafirma o combate a subversão nesses termos: Estamos em luta a ferro e fogo, contra o avanço do comunismo, neste país. Enganam-se os que pensam que vamos fraquejar na luta. As Forças Armadas estão unidas, como nunca estiveram, em todos estes combates, embora já tenhamos vencido a primeira fase.

**Procuramos, por todas as formas, consolidar a nossa posição e, por isso, não ensarilharemos armas até que tenhamos trazido o Brasil a completa normalidade da vida democrática.**

Enquanto isso, sabe-se que há ordens severas de vigilância e até de prisão para os elementos comunistas, em todo o território nacional.

Ninguém se iluda, pois o Brasil jamais será prêsa nem dos aventureiros nem dos comunistas que tramam contra a Liberdade, contra a pátria e contra a família Brasileira.<sup>48</sup>  
[Grifos nossos]

Mas uma vez, é evidente o contraponto entre democracia e comunismo, encarado este como movimento subversivo que atenta contra a pátria e até mesmo contra a *família brasileira*. Também é perceptível, nas palavras do monsenhor Pedro Rocha, o apoio explícito da Igreja aos Militares: “O governo está, porém, atento aos baderneiros vermelhos”.

Um dos principais motivos que fez com que a Igreja Católica tentasse unir vários setores sociais e o próprio meio católico contra o comunismo foi, justamente, a idéia de que o comunismo era ateu e os “vermelhos” seriam uma ameaça à pátria e à família, que para Igreja é o maior sustentáculo religioso instituído por Deus. O comunismo, segundo o discurso religioso católico, deveria ser incessantemente combatido.

Conseqüentemente, os trabalhadores ligados aos sindicatos caririenses foram afetados e o medo tornou-se uma constante na vida dos mesmos, fazendo, com que houvesse um declínio no número de associados, como aqui já foi salientado. Francisco Mendes, na época delegado sindical da delegacia do Sítio Fábrica, e que viveu intensamente tal período, aponta e confirma as dificuldades enfrentadas naquele contexto:

Ali foi um tempo perigoso, eu era delegado naquele tempo, e tinha que assistir as reuniões na fundação padre Ibiapina. [...] A gente assistia os cursos acolá. Aí a instrutora era Teresa Siebra e outra lá. Aí elas avisavam: “ói, se chegar alguma polícia aqui, e perguntar o que é isso aí, você pode dizer que é sindicato do trabalhador rural”. Elas diziam como era pra gente responder. “É um depoimento que eles vem atrás mais num precisa ninguém ter medo, que eles não vão fazer nada.”[...] Porque naquele tempo sindicato era comunismo, porque foi na época de Miguel Arraes, Leonel Brizola, que era tudo comunista, num era? Aí eles andavam investigando, foi isso aí, mas o nosso (sindicato) não era [...] Mas comunismo, eu ainda hoje nem sei o que é. Mas diziam que o comunismo que existia nesse tempo era aquele da Rússia, era o comunismo ateu que não tinha religião nem nada. [...] as ligas eram comunistas, isso é o que eu ouvia falar (FRANCISCO MENDES, 2009).

<sup>48</sup> Mons. Pedro Rocha. Alerta contra subversão. A ação. Crato, 14/11/1965, nº 1.113, p.3

Tal relato por si só projeta-se rico em significados. O senhor Francisco Mendes, ou Chico Mendes, como é conhecido, descreve de certa forma o medo que rondava os trabalhadores naquela época. No seu depoimento, ao revisitar aquelas experiências, a imagem das Ligas era imediatamente associada à de Miguel Arraes e Leonel Brizola, sendo entendida como sinônimo de baderna: *“Porque naquele tempo sindicato era comunismo, porque foi na época de Miguel Arraes, Leonel Brizola, que era tudo comunista”* (idem).

Na sua exposição deixa ainda evidente que não tinha nenhum tipo de conhecimento do que seria de fato o comunismo, quando afirma: “diziam que o comunismo que existia nesse tempo era aquele da Rússia, era o comunismo ateu que não tinha religião nem nada”, estabelecendo assim um contraponto ao sindicato dos trabalhadores do Crato quando sugere a concepção de que as Ligas foram aniquiladas por serem comunistas, “as ligas eram comunistas, isso é o que eu ouvi falar”.

Esse era o discurso oficial da Igreja, que se fundamentava, principalmente, na idéia segundo a qual o comunismo era ateu, baseado em uma teoria puramente materialista. Assim, a Igreja jamais deixaria de denunciar os erros e as atrocidades a que eram submetidos os habitantes de países comunistas:

Mas, os comunistas não criticam as medidas do governo, porque eles não partilham nem defendem sinceramente ideais democráticos. A liberdade de que eles falam, importa em momento histórico para enfraquecer o regime e as instituições. Todos sabemos que onde o comunismo conseguiu sentar seu domínio, aí existe ditadura draconiana. Eles não permitem, nos países da Cortina de Ferro, a pluralidade de partidos nem o direito de críticas nem a existência de oposição. Quê um democrata se agaste com as medidas do Governo, restringindo o abuso da liberdade, entende-se. Mas o comunista, falando de liberdade política, é uma autentica falsidade, uma evidente contradição com a doutrina e prática do comunismo, em todo o mundo.<sup>49</sup>

Mesmo acreditando estarem pautados em ideais democratizantes, os anticomunistas da vertente do conservadorismo religioso concluíam que os

---

<sup>49</sup> Mons. Pedro Rocha. Defesa do Regime. A Ação. Crato, 14/11/1965, nº 1.113, p.2

Atos Institucionais (medidas de exceção em vigor durante os governos militares) eram necessários para o estabelecimento da democracia:

Ninguém se iluda, a Revolução foi pra valer. E aí do Brasil se ela não tivesse recursos. Recursos de esperança contra o vandalismo político que ensaiou uma espécie de carnaval, logo após o último 3 de outubro.[...] A Revolução tem de cumprir suas metas mais auspiciosas: combater a subversão e a corrupção.

Para isso, se fez o Ato Institucional nº. 1. Para tal fim, o mesmo Ato tomou a sigla de nº 2. E outros Atos poderiam vir, contanto que se preservasse o regime e se garantisse as metas da Revolução. [...] Haverá quem atribua caráter de prepotência ao Ato Institucional nº. 2. Mas, convenhamos todos, o Ato Institucional jamais há de atingir os bons brasileiros, porque os bons concidadãos, não são empreiteiros da corrupção nem da subversão. Seria o caso de repetir o velho adágio: “Quem não deve, não teme”. Somente a orla vermelha e os que claudicam contra a ordem social, nas áreas da subversão e da corrupção, terão que temer ao Ato Institucional nº. 2, pois estavam tripudiando sobre os elevados intentos da Revolução irreversível de 31 de março de 1964.<sup>50</sup>

Analisando os Relatórios de Ocorrencialismo<sup>51</sup> elaborados durante aquele período, observa-se em algumas de suas páginas, uma preocupação freqüente por parte da assessoria sindical da ELIRUR quanto à ausência dos trabalhadores nas atividades sindicais. O teor dessa preocupação evidenciava-se em torno dos questionamentos que eram feitos às lideranças sindicais durante os Encontros de Líderes.

Nos questionários de avaliação anual, tais líderes eram indagados sobre quais os motivos pelos quais os trabalhadores deixavam de se fazerem presentes às atividades sindicais:

Quais são os motivos que levam muitos trabalhadores rurais a não ingressarem no sindicato?  
Respostas:

<sup>50</sup> Defesa do Regime. A Ação. Crato, 21/11/1965, nº 1.114, p.2.

<sup>51</sup> Geralmente elaborados nas reuniões dos líderes sindicais, esses relatórios eram produzidos pelos dirigentes sindicais e a equipe da ELIRUR, consistindo na preparação de um resumo e um balanço das atividades realizadas nas delegacias das comunidades. Avaliavam-se diversos aspectos relativos ao movimento, tais como: a quantidade de associados de uma determinada delegacia, balanço financeiro, o andamento das atividades, além da observância dos principais problemas que assolavam os trabalhadores. Depois de organizados, era encaminhado a uma cópia a cada delegacia, para reavaliação dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos.

- Escassez do meio, de transporte, e comunicação; (3)
- Por causa de vícios (cachaças e jogos) que contribuem por não disporem de tempo para cumprirem os deveres sociais (2)
- Por causa das ameaças de desemprego e despejo de patrões, inclusive de informações de que o Sindicato é um órgão comunista; (5)
- Falta de condições financeiras; (3)
- Medo da Revolução; (4) <sup>52</sup>

Como se observa no fragmento acima, a maioria das respostas girava em torno do medo do comunismo ou a aspectos ligados ao medo da repressão militar, que naquele momento assolava boa parte dos sindicatos espalhados pelo Brasil.

Em outro relatório correspondente à mesma época, no qual são apresentados dados referentes à fundação do sindicato de Assaré, informações davam conta de que, logo após a tomada do poder pelos militares, muitos líderes e trabalhadores rurais abandonaram as atividades sindicais temendo a repressão.

O Sindicato de Assaré foi fundado em 22 de setembro de 1963 e reconhecido no dia 31 de janeiro do ano seguinte. Desde sua fundação até dia 31 de março de 1964 recebeu orientação da equipe de sindicalização. Nesta data, os referidos orientadores tomaram rumo ignorado, e os diretores apavorados com a Revolução abandonaram seus cargos, e o sindicato ficou resumido tão somente a Carta de Reconhecimento Sindical que ficou em poder do presidente.<sup>53</sup>

Dom Vicente de Paulo, que participou do Concílio Ecumênico Vaticano II em Roma, trouxe consigo a mensagem ao episcopado brasileiro no seu retorno ao país. A gravidade da situação mundial deveria ser apresentada aos católicos como uma lição do Papa, para que os fiéis soubessem agir. A única força que se poderia contrapor eficazmente ao comunismo é a força da espiritualidade, centrada nas ações da Igreja:

Tudo isso, irmãos caríssimos, nos mostra como a tarefa da Igreja que é a nossa, é sobretudo espiritual. E dessa missão espiritual é que se derrama a luz para iluminar também os caminhos da cidade terrena. [...] O santo Padre Paulo VI

<sup>52</sup> Relatório de Ocorrencialismo. 02/05/1965. p.sem numeração. Acervo do DHDPG.

<sup>53</sup> Relatório de Ocorrencialismo. 23/06/1965. p.sem numeração. Acervo do DHDPG.

acaba de apresentar com muita exatidão, o quadro de nossos problemas. (O Papa) Apontou o perigo do “messianismo social” do marxismo ateu e não desconheceu as dificuldades de certa propaganda anti-católica, sério perigo para a unidade espiritual do continente.<sup>54</sup>

Como se vê, o medo foi usado como instrumento para garantir que a ordem social vigente não fosse alterada; logo, a Igreja posicionava-se contrária às idéias comunistas, e não poupava comentários, difundindo os malefícios que poderiam afligir quem aderisse ao comunismo. Tais discursos acabaram por incidir sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais, que estavam em processo de organização naquele contexto. Vale lembrar a força da religiosidade no Cariri. O peso do catolicismo no imaginário e na vida cotidiana das pessoas.

O medo no espaço aqui pesquisado serviu para “controlar” e manter os trabalhadores afastados dos “ideais” comunistas. Assim, a vertente religiosa soube fazer com que se perpetuassem tais discursos como verdades na conservação da ordem social; para tanto, foi necessário criar um ambiente de medo entre as pessoas, baseado, sobretudo, num temor ao comunismo.

---

<sup>54</sup> Mensagem do episcopado brasileiro no encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II. A Ação. Crato, 23/12/1965, nº 1.114, p.3



### 3.4 O fim da Escola de Líderes Rurais

A partir de 1967, gradativamente as atividades foram sendo retomadas. A equipe de sindicalização, na tentativa de atrair um bom número de trabalhadores, empenhou-se em alternativas visando trazer os camponeses de volta aos sindicatos.

A investida inicial consistiu na distribuição de leite à população carente do campo, proveniente de um convênio estabelecido através da Aliança para o Progresso. Tal iniciativa não rendeu os frutos esperados, levando a equipe a repensar outras estratégias no esforço de “reativar” os antigos sindicatos.

Esse também era o momento em que a equipe da ELIRUR passava por uma fase de reestruturação na composição de sua diretoria. A referida mudança teria sido impulsionada, sobretudo, pela saída do coordenador da equipe sindical, o Padre Lurildo Linhares, um dos “cabeças” do movimento.<sup>55</sup>

Com a ausência de Lurildo, e visando dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desempenhados pela Igreja na região, o Bispo Dom Vicente enviou representantes para um encontro de sindicalistas católicos realizado em Recife, objetivando assim encontrar uma liderança de sua confiança para assumir o posto de coordenador da ELIRUR. Durante o referido evento, sua assessoria estabelece contato com Nobor Bitto<sup>56</sup>, um ex-sindicalista da cidade de Presidente Prudente - São Paulo, que no momento atuava junto ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, o SORPE,

---

<sup>55</sup> Precisar até o presente momento o motivo de sua saída é uma lacuna que ainda necessita ser examinada. Uma das hipóteses pertinentes seria: como sua atuação não se restringia aos trabalhos de assistência sindical, possivelmente teria sido transferido para atuar em outro órgão ligado à própria diocese, embora alguns rumores deixem a entender que o mesmo tenha sido afastado pelo seu envolvimento excessivo junto ao movimento sindical.

<sup>56</sup> Nobor Bitto foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente e de Regente Feijó, ambos no Estado de São Paulo. Atuou como delegado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETRAESP. Teve uma rápida passagem como estagiário do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, onde a convite da assessoria da Diocese Cratense assumiu a direção da ELIRUR. Trabalhou ainda na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, FETRAECE, na qual exerceu a função de assessor de planejamento e coordenador geral. Ver: Santos, José Laurindo dos. Uma vida de trabalho e luta mergulhada na realidade do Ceará. São Paulo: Phoenix Editora, 2006.

quando é convidado para assumir os trabalhos de assistência sindical na região do cariri.

Diante do desafio de coordenar as atividades de orientação sindical, Nobor assume os trabalhos em meados de 1968, reestrutura a equipe de sindicalização e retoma o assistencialismo no campo. A “nova” proposta de atuação visava congregar um número expressivo de camponeses, reativar antigas delegacias - visto que algumas delas encontravam-se desarticuladas e com uma presença ínfima de associados –, reiniciando com isso o papel de orientação no campo através de minicursos, palestras, reuniões, entre outras atividades. Para o êxito dessa empreitada seria necessário o apoio dos poucos trabalhadores remanescentes, além de uma ação conjunta com algumas lideranças sindicais.

Já não bastassem os problemas de ordem estrutural da ELIRUR, as mudanças também ocorreriam no seio da diretoria sindical, que enfrentava dificuldades em conduzir o movimento. Até aquele momento, o STRC era dirigido por um pequeno grupo de agricultores já em idade avançada, tendo como presidente Antônio Marcelino Santana.

Como reiterado antes, poucos trabalhadores compareciam às reuniões; e uma boa parte das delegacias encontravam-se em condições precárias de funcionamento. Até mesmo o próprio dinheiro referente às mensalidades dos associados ainda assíduos era entregue na tesouraria da própria ELIRUR. Isso por não disporem de pessoas na diretoria que ficassem encarregadas de realizar tal função.

Naquele mesmo ano, contexto em que os sindicatos de trabalhadores rurais já estavam subordinados ao Ministério do Trabalho, a entidade recebeu inclusive um comunicado do referido órgão, informando sobre a ausência da prestação de contas e exigindo uma maior transparência da atual gestão, sob pena de caso contrário, ter a carta sindical cassada, o que implicaria no seu fechamento.

Nesse sentido, em 23 de junho de 1968, realiza-se uma nova eleição sindical. Houve então uma reformulação na composição da atual diretoria. Assume a presidência o senhor José Laurindo dos Santos<sup>57</sup>, ao lado de

---

<sup>57</sup> José Laurindo dos Santos, 67 anos. De trabalhador rural chegou a exercer à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato no período de 1968 a 1974. Foi ainda

Antônio Manuel de Sousa para secretário e Otacílio Manuel de Sousa, como tesoureiro. Em entrevista, Laurindo recorda a situação do sindicato naquele momento:

Na época, o sindicato estava sendo dirigido por três agricultores já idosos e tava em falência, quer dizer, sem ninguém comparecer. Porque apesar da Diocese ter criado essa equipe, ela não recebeu nenhuma instrução de como era que funcionava o sindicato em si. E o sindicato tinha aquela misturada. Era a própria Fundação quem tomava de conta de todas as coisas. Dinheiro dos associados era a equipe que recebia. Era tudo desordenado. Isso não por culpa deles, mas por falta de uma orientação de como seria funcionar realmente o sindicato [...] A primeira reunião tinha 18 associados e o presidente da junta governativa, que não é presidente eleito pelos associados, é uma junta. Aí ele já se queixando que não tinha mais condições devido à idade, porque era um senhor de já uns 70 anos. E então me convidaram pra ser um dos diretores e eu aceitei. A partir daí, eu trabalhava a semana e só comparecia lá na ELIRUR pra arrecadar o dinheiro dos associados na segunda-feira. E daí foi iniciada as reuniões, foram participando dos encontros, mas de início, muito fraco!(JOSÉ LAURINDO, 2009).

O senhor José Laurindo tem toda uma história de vida dedicada ao sindicato dos trabalhadores do Crato, tornando-se um dos dirigentes mais atuantes no movimento sindical no Cariri. Suas contribuições foram valiosas para o desenvolvimento da minha pesquisa. A importância desta fonte está na subjetividade de um agente do povo, com pouco estudo, relatando sua experiência junto aos trabalhadores.

Durante a realização das entrevistas – ao se adentrar em sua residência –, é perceptível a quantidade de fotografias estampadas nas paredes referentes ao sindicato do Crato. Sobressaem-se entre as imagens outros objetos, os quais ele guarda com muita estima, buscando preservar a memória daquele período: chapéu de palha, mapas referentes aos municípios visitados durante sua gestão como presidente sindical, além de

---

secretário da Delegacia Regional do Cariri da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará FETRACE em 1973. Em 1974 chegou a ser interventor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará, onde também exerceu o cargo de tesoureiro. Atuou como membro da comissão Revisora do PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), em Fortaleza; Participou como membro do Grupo de trabalho para vítimas das enchentes nas regiões atingidas em 1974; Entrevista concedida em 17 de outubro de 2007.

inúmeros relatórios com dados atinentes ao movimento de uma forma geral (viagens, reuniões, número de associados etc.

É ele ainda o autor de uma narrativa oral, gravada em diversas fitas cassetes, posteriormente transformadas em Disco Digital de Vídeo - DVD, retratando sua autobiografia, enfatizando sua trajetória e narrando sobre sua formação e atuação no coletivo. Soma-se ainda a escrita de um pequeno livro em que discorre sobre a sua vida na história sindical cratense, seus participantes e principais lideranças, os conflitos; assim como os rumos tomados pelo movimento. Esse material constitui uma rica fonte, com destaque à memória de um sujeito que teve que se desdobrar entre o trabalho na roça e a dedicação de dirigir com responsabilidade o sindicato.

Laurindo rememora que em 1967 participou do seu primeiro minicurso ministrado pela ELIRUR, e o convite para participar das reuniões no sindicato deu-se por intermédio do seu sogro, um agricultor residente no sítio Campo Alegre. Lembra, também, que o motivo da sua permanência à frente das atividades sindicais está relacionada a sua identificação com os problemas sofridos pelos demais trabalhadores; considerando que a reflexão crítica e a leitura da realidade debatida durante os encontros ajudavam as pessoas a reconhecer a situação desumana imposta sobre o homem do campo.

Ao expressar com pesar o sentimento que carregava referente à experiência de ter sido expulso da terra onde trabalhava juntamente com sua família, acrescenta que seu principal objetivo no sindicato seria o de lutar pelos direitos dos outros companheiros:

Ao participar das reuniões, foi exatamente esse o momento que eu levei um choque muito grande! Porque nós fomos expulso do sítio. A proprietária dando 24 horas a nós pra sair da propriedade e nós tivemos que sair, eu e meus pais. Diante dessa participação (nas reuniões) eu me interessei a entrar no sindicato com o seguinte raciocínio: eu vou entrar no sindicato já que, meus pais, juntamente comigo, fomos expulsos, eu pelo menos vou aprender alguma coisa pra lutar por alguém, pra não acontecer, o que aconteceu comigo (JOSÉ LAURINDO, 2009).

É nesse contexto de miséria e dificuldade de vida, porém movido pela vontade de saber e aprender, que José Laurindo se destaca à frente dos trabalhos. Na narrativa, situa seu lugar social e de seu conhecimento,

denotando uma experiência lembrada com orgulho, *“Eu trabalhava na roça, e sempre fui pessoa tímida, sem escola, mas aprendi muito graças ao movimento sindical”* (Idem).

No esforço de caracterizar o trabalho pastoral realizado pela Diocese junto aos sindicatos, Laurindo faz questão de enfatizar a atuação do Bispo Dom Vicente, quem, segundo o mesmo, *“gostava muito de lutar pelos os pobres”*. Nesse sentido não se percebe como o principal responsável pelo crescimento do movimento, e sim, *“apenas um restaurador”* (JOSÉ LAURINDO, 2009).

Segundo relatos do período, ao assumir a direção do sindicato ele tornar-se-ia o “braço direito” de Nobor. Nas palavras do próprio Laurindo, os dois *“se encontraram de cheio”*. Os trabalhos foram postos em prática através de um esforço conjunto entre a equipe da ELIRUR e algumas lideranças sindicais (Idem).

Laurindo lembra o dinamismo da equipe de coordenação e a dedicação de muitos dirigentes e orientadoras em prol da sustentação do trabalho assistencial e comunitário, ao passo que iniciaram uma campanha de fundação de novas delegacias.

Naquela época os sindicatos passaram a ter sede própria, e a gente visitava o Cariri todinho. Visitamos muitas igrejas para adquirir locais para iniciar novos trabalhos e fundar novas delegacias sindicais. Daí ia formando novas lideranças sindicais (JOSÉ LAURINDO, 2009).

No que tange às propostas e às estratégias da equipe, sua ação consistiu na mesma metodologia adotada nos primeiros anos, ou seja, visitas às comunidades, busca de apoio dos párocos, identificação de lideranças, formação de grupos, realização de reuniões, participação em encontros; levando os trabalhadores a refletirem sobre os problemas individuais e coletivos que os assolavam.

Com o esforço conjunto, o movimento foi novamente se estruturando, ampliando-se e, conseqüentemente, difundindo-se para outras comunidades e cidades circunvizinhas. Foram criadas novas delegacias sindicais, descentralizando os trabalhos e fortalecendo as bases.

Reativaram-se também na FPI as atividades pedagógicas orientadas pela equipe de sindicalização, com a realização de inúmeros minicursos e diversas palestras, oportunidades essas quando os trabalhadores passavam a semana reunidos e participando de encontros, experimentando o intercâmbio da troca e da vivência com histórias de vida de outros camponeses.

Com a expansão sindical e o reflexivo aumento do número de associados a pequena sala situada aos fundos do Patronato Ibiapina – que antes fora cedida pela diocese para ser a sede do sindicato –, tornou-se inviável e não mais conseguia proporcionar uma assistência satisfatória aos trabalhadores, surgindo a necessidade da aquisição de um imóvel próprio, visando qualificar os atendimentos.

Assim, por meio de um empréstimo adquirido junto ao Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, IADESIL<sup>58</sup>, o STRC adquire a sua sede própria, um casarão situado na Rua José Carvalho. E é nesse mesmo local onde passam a funcionar o ambulatório, o gabinete odontológico e o departamento de apoio jurídico, prestando todo tipo de auxílio aos trabalhadores rurais, por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), mais conhecido como FUNRURAL.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> O Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre – Iadesil, foi criado em 1962 através da iniciativa da central sindical norte-americana AFL-CIO (sigla em inglês de Federação Americana do Trabalho - Congresso das Organizações Industriais) e tinha por objetivo combater a influência comunista no movimento sindical latino-americano. O IADESIL era majoritariamente financiado pela United States Agency for International Development – USAID, que por sua vez pertencia ao Departamento de Estado dos EUA. No Brasil, a atuação do IADESIL resultou na criação, em abril de 1963, do Instituto Cultural do Trabalho – ICT. Suas atividades se caracterizariam pelo financiamento de atividades formativas através do ICT e de outras finalidades diversas, como a construção de prédios e aquisição de equipamentos para o funcionamento das entidades sindicais assistidas. Ver: DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

<sup>59</sup> O FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) foi criado com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Sua finalidade era instituir benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais como: aposentadoria por velhice e por invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio funeral etc. Efetivamente esse programa passou a funcionar em 1971 a partir da aprovação da Lei complementar nº 11, de 25/05/1971, que criava o PRO RURAL, sendo que a execução caberia ao FUNRURAL. O Decreto nº 69.919, de 11/01/ 1972, que tratava do regulamento do PRORURAL, estabelecia, em seu artigo nº 153, que as entidades sindicais poderiam ser utilizadas em serviços de fiscalização e na identificação dos grupos rurais abrangidos pelo PRORURAL, bem como mediante convênio com o FUNRURAL, na implantação, divulgação e execução daquele programa. PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Lei Complementar nº11, de 25/05/1971, regulamentada pelo Decreto nº 69.919, de 11/01/1979).

Para Maduro, com esse tipo de incentivo os sindicatos rurais passaram a desempenhar muitas atividades de assistência, principalmente para os pedidos de aposentadoria e pensões. Este aspecto tornou-se tão importante que, segundo a autora, até os dias de hoje o trabalhador rural tem dificuldade de compreender os procedimentos relacionados aos processos junto à Previdência. Muitos trabalhadores ainda acreditam que a aposentadoria é concedida pelo sindicato e somente aos sindicalizados (MADURO, 1990, p. 63).



Figura 13: Inauguração da primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, na Rua José Carvalho, nº. 271. Na placa fixada à direita, lia-se os seguintes dizeres “FUNRURAL-SINDICATO. Assistência ambulatorial e dentária para os trabalhadores rurais”. 1970. Arquivo: Teúnas José Santana

Na prática essa incompreensão a respeito da distinção entre o papel desempenhado pelo sindicato e a assistência prestada pelo FUNRURAL era uma constante entre os trabalhadores, como nos relatou José Laurindo. Para evitar tais contratempos, a diretoria sindical resolveu inclusive adquirir uma nova sede, situada na Rua Pedro II. Assim ficaria estabelecido que na sede da Rua José Carvalho passaria a funcionar o gabinete, consultório odontológico e o departamento de assessoria jurídica, enquanto que na outra

---

as atividades ficariam restritas aos pequenos encontros e às reuniões sindicais.

Aí Nobor através dos seus conhecimentos, descobriu o ADESIL, um órgão lá de Recife, que emprestava dinheiro. Aí nós tomamos emprestados cinco mil e compramos a primeira casa na José Carvalho. Funcionava sindicato, com o gabinete e o laboratório médico, tudo junto. Aí os trabalhadores sempre confundia, chamava inclusive o sindicato de FUNRURAL, por causas dos atendimentos. Aí nós da diretoria querendo separar as coisas, juntou eu, Otacílio e Antônio Manoel, nos reunimos e se preocupamos em comprar uma sede. Aí compramos essa outra aí, que é essa daí da Pedro Segundo, onde hoje é o sindicato. Aí ficou o gabinete lá e a sede onde tinha as reuniões ficou sendo na da Pedro Segundo (JOSÉ LAURINDO, 2009).



Figura 14: Fachada da sede do Sindicato dos trabalhadores Rurais do Crato, situado na Rua Pedro II, onde funciona a atual sede. 1970. Arquivo: Teúnas José Santana

Baseado na política de cunho assistencialista ocorre o crescimento do número de sindicatos filiados, bem como um número considerável de trabalhadores associados. Nas palavras de Zé Macedo, esse assistencialismo *“fez com que o povo corresse pra cima, para entrar no sindicato”* (JOSÉ MACEDO, 2009). Para termos uma dimensão do crescimento do trabalho prestado pela equipe de sindicalização no pós 68, tido com o momento de reestruturação do movimento sindical, basta traçarmos um comparativo referente aos dois momentos até aqui analisados:



TABELA 3 - ESTRUTURA SINDICAL – 62/72

| ESPECIFICAÇÃO         | 1962-1967 | 1968-1972 |
|-----------------------|-----------|-----------|
| Números de sindicatos | 11        | 19        |
| Números de delegacias | 05        | 102       |
| Números de associados | 734       | 30.783    |

Fonte: ELIRUR:1962-1974. Fundação Pe. Ibiapina, 1973. In: ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. Igreja, Sindicato e Movimento dos trabalhadores. Fortaleza - Ceará. 1991.

Como se observa na tabela acima, ocorre um crescimento substancial da fundação de novas entidades sindicais, bem como das delegacias, influenciando significativamente no aumento do número de associados. Somente o sindicato do Crato, nos primeiros anos da década de 70, já contava com 1.898 trabalhadores associados.

Segundo dados levantados por Albuquerque, e confirmados durante a nossa pesquisa, foram ministrados ao todo mais de 150 cursos, abrangendo inúmeras temáticas, desde cursos profissionalizantes – que até aquele momento eram exigidos devido aos convênios estabelecidos com o Ministério do Trabalho –, a questões específicas referentes ao homem do campo, próprias ao processo de organização sindical. Esse trabalho, como se vê na tabela abaixo, chegou a atingir quase dez por cento da população urbana em todo o Cariri (ALBUQUERQUE, 1991, p. 123).

Tabela 4 – POPULAÇÃO E COMUNIDADES ATINGIDAS PELA ELIRUR

| 1970                                   | CARIRI  | CRATO  |
|----------------------------------------|---------|--------|
| População Total                        | 648.349 | 72.016 |
| População Rural                        | 409.645 | 29.429 |
| População atingida pelos cursos: 62/72 | 11.002  | 566    |
| Associados nos STRs                    | 30.783  | 1.890  |
| Comunidades visitadas                  | 1.825   | 173    |

Fonte: ELIRUR: 1962-1972. Fundação Pe. Ibiapina. In: ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. Igreja, Sindicato e Movimento dos trabalhadores. Fortaleza - Ceará. 1991.

Com a intensificação e a ampliação dos trabalhos, membros da equipe de sindicalização, assim como algumas lideranças sindicais, passaram a enfrentar determinadas situações “vexatórias” as quais, em parte, quase comprometeram a estrutura organizacional das atividades que vinham sendo desempenhadas.

Uma dos entraves decorreu de um mal entendido ocorrido entre o prefeito de Campo Sales, o senhor Jaime de Andrade, e algumas lideranças sindicais, o que levou à prisão de alguns dirigentes.

Ainda durante os primórdios da década de 70, em pleno Governo Médici, ponto alto da repressão, realizou-se um Encontro de Dirigentes Sindicais promovidos pela ELIRUR na cidade de Assaré, município da região do Cariri distante 76 quilômetros do Crato.

O objetivo principal do Encontro seria o de avaliar a gravidade dos problemas que afligiam os camponeses daquele município, com intuito de viabilizar soluções visando amenizar o sofrimento de inúmeras famílias assoladas por uma grande seca (a seca de 70) que atingia toda a população do semi-árido nordestino e, conseqüentemente, teria se estendido sobre boa parte dos municípios em todo o Estado do Ceará.

Um bom número de dirigentes e monitores da equipe de sindicalização visitaram a frente de serviço do Governo, no eixo Assaré, Antonina do Norte e Campo-Sales, realizando durante alguns dias inúmeras reuniões com os trabalhadores. Na ocasião fora distribuída uma pequena cartilha instruindo-os sobre a importância da Reforma Agrária e da Política Agrícola.

Parte desse material que tinha sido distribuído aos trabalhadores rurais nas frentes de serviço foi parar em poder do senhor Jaime de Andrade, até então prefeito de Campo Sales. O mesmo formalizou uma denúncia ao titular da Secretaria de Polícia e Segurança Pública – SSP, do Governo do Ceará, indicando que o trabalho de orientação realizado pelos dirigentes junto aos camponeses tratava-se de atividades subversivas lideradas por agitadores comunistas.

Em telegrama enviado pelo secretário da segurança pública ao delegado de Assaré manifestava-se ordem de prisão a Nobor Bitto,

coordenador da ELIRUR, e a João de Sales Pinheiro, presidente dos Trabalhadores Rurais de Assaré, tidos como os principais “articuladores” daquele movimento. Inicialmente recolhidos à casa de detenção de Assaré, em seguida foram transferidos a Fortaleza para prestar esclarecimentos às autoridades policiais.

O fato ganhou notoriedade na imprensa, inclusive da capital. Em nota encaminhada ao Jornal O Povo<sup>60</sup>, por meio da assessoria de imprensa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, comunicava-se a prisão das duas lideranças:



Figura 15: Recorte do Jornal O Povo. Fortaleza, 06 de agosto de 1970, p.3.

Após terem prestado esclarecimentos, solucionando assim as controvérsias geradas sobre as atividades que vinham desempenhando,

<sup>60</sup> A prisão dos dirigentes foi noticiada pelo Jornal O POVO, em 06 de agosto de 1970. Fortaleza – CE.



Nobor e seu companheiro João de Sales foram postos em liberdade, sob a justificativa de que não praticavam atividade subversiva, mas, sim, a de orientação aos trabalhadores sobre aspectos concernentes à legislação social em vigor. Dois dias após o incidente, o mesmo Jornal (JORNAL O POVO, 08 ago. 1970) anunciava a libertação dos líderes:



Figura 16: Recorte do Jornal O Povo. Fortaleza, 08 de agosto de 1970, p.7.

Mesmo na década de 1970, após ter realizado algumas conquistas através do organismo sindical, os trabalhadores não estavam livres da repressão imposta pelo regime. Reconstituindo o cenário do passado, Laurindo e Teúnas Santana lembram os momentos de tensão e constrangimento que enfrentavam quando da ocasião dos festejos para comemoração do Dia da Independência. Segundo relataram, o sindicato recebia ordens para que os trabalhadores saíssem às ruas desfilando e enaltecendo o governo dos militares.

A gente era obrigado a desfilar, ou fazia ou o sindicato fechava! Vinha a ordem lá de cima, porque o sindicato era subordinado a ministério do trabalho. A gente fazia muita

coisa, mas quem ditava as ordens eram eles. Era duro nesse tempo!<sup>61</sup>

Na fotografia abaixo, um flagrante do desfile dos trabalhadores rurais por ocasião da comemoração do Sesquicentenário da Independência. À direita, um trabalhador auxiliado por um companheiro carregava uma faixa com os seguintes dizeres: *"O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, presta gratidão ao eminente presidente Médici. Salve-Salve o sesquicentenário."* Ao fundo, destaque para o quadro do presidente Médici, que sobressai-se em meio as outros cartazes e as vestes festivas.



Figura 17: Trabalhadores Rurais desfilam pelas ruas do Crato na ocasião dos festejos para comemoração do Dia da Independência, 1970. Arquivo: Teúnas José Santana.

Com a preservação da política assistencialista, a partir da inclusão do programa do FUNRURAL, pouco a pouco as delegacias, que até determinado momento eram vinculados ao sindicato cratense, foram se desmembrando e conquistando autonomia. Através dessa conquista, os

---

<sup>61</sup> Teúnas José Santana e José Laurindo dos Santos concederam-me um longa entrevista realizada a partir de um encontro com os dois dirigentes sindicais, na residência do senhor José Laurindo. Entrevista em 23 de abril de 2009.

recursos governamentais, bem como as contribuições sindicais, que antes estavam restritas ao sindicato do Crato – pois sua área de atuação abrangia outros municípios da região –, agora seriam descentralizados e enviados para as bases das entidades correspondentes.

Os próprios municípios tinham interesse na autonomia de seus sindicatos rurais, pois seria por meio deles que os mesmos poderiam se valer dos benefícios assistenciais propostos pelo governo, tais como a aquisição de ambulatorios e assessoramento jurídico.

A equipe da ELIRUR, que até então prestava serviço a todas essas entidades – visitando inclusive comunidades pertencentes a outros municípios –, passa a contrariar a política encetada por alguns dirigentes, os quais limitavam as atividades sindicais ao encaminhamento das reivindicações e queixas dos trabalhadores, transformando muitas vezes o cargo de presidente do sindicato num “gerente da agência” do FUNRURAL. Como afirma Coletti, esses “sindicatos foram transformados em verdadeiros postos de saúde e agências de encaminhamento de aposentadorias e pensões, a serviço do governo” (COLETTI, 1998, p. 71).

A partir daí, inúmeras divergências passaram a abalar as relações entre a ELIRUR e os sindicatos, sobretudo o cratense, força maior dentro do movimento. A própria transferência da sede do sindicato, então situado em imóvel que antes pertencia à Diocese, para um prédio próprio já levantava a especulação entre algumas lideranças sindicais que alegavam a importância do desvinculamento dos trabalhos da entidade frente aos trabalhos da Igreja.

Uma das primeiras desavenças deu-se em relação aos problemas relativos às contribuições sindicais. Como aqui já foi enfocado, a base territorial do sindicato do Crato correspondia aos municípios de Farias Brito, Santana do Cariri, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Antonina do Norte, Assaré e Altaneira. O dinheiro arrecadado junto aos associados nas delegacias desses municípios era encaminhado para a sede do organismo cratense visando o sustento dos trabalhos. Acontece que na prática tal ação se constituía em “letra morta”, pois boa parte dos investimentos acabavam ficando restritos ao sindicato do Crato.

Logo essa questão seria agravada quando da ocasião do desmembramento da delegacia de Santana do Cariri, que foi transformada em sindicato. A equipe da ELIRUR, em nome de seu representante maior, Nobor Bitto, ressaltou perante a diretoria do sindicato a importância de “andar” conforme a lei, e que a partir daquele momento uma porcentagem dos recursos advindo das contribuições dos associados deveria ser encaminhada como de direito ao Sindicato Rural de Santana do Cariri, o que não foi aceito pela diretoria. Esse fato causou inúmeros constrangimentos, abalando ainda mais a relação entre a ELIRUR e representantes sindicais.

Nesse sentido, cresce ainda mais a preocupação por parte da equipe em reforçar o controle sobre a prestação de contas dos sindicatos. Exigiu-se das diretorias uma maior transparência, visto que, em última instância, os recursos provenientes dos convênios firmados entre a Igreja e o Governo para a realização de atividades junto aos camponeses seria essencial para a continuação dos trabalhos da própria ELIRUR. A não observância de alguns pressupostos poderia acarretar uma série de consequências à FPI.

O trabalho de inspeção da ELIRUR em relação aos aspectos burocráticos das entidades sindicais começava a incomodar alguns diretores. As reuniões internas da diretoria sindical eram sempre marcadas pela presença de assessores da ELIRUR. Muitas vezes as próprias pautas para a discussão eram elaboradas pela equipe de sindicalização.

O próprio senhor José Laurindo, que tinha uma identificação e um bom relacionamento com membros da equipe, rememora que ficou insatisfeito em relação a determinadas atitudes advindas de alguns membros da ELIRUR:

Houve divergências pelo menos comigo, particularmente comigo! Ora, eu confesso que aprendi muito com Nobor, com a equipe dele, mas houve certas coisas que eles nos ensinaram e eles acabavam caindo no mesmo erro, e depois a gente ia mostrar e eles não aceitavam. Por exemplo: uma vez, eu trabalhando no sindicato, e uma funcionária da ELIRUR chegou à procura de uma ata do sindicato dizendo que o coordenador, Nobor Bitto, queria essa ata para a equipe, para estudar, para analisar, pra vê como andava as coisas. Eu entendi, eu entendi que era isso, mas a minha resposta foi a seguinte: que eu achava que coisa de sindicato, era do sindicato. Não tinha nada de sair pra fora. Aí foi uma discussão danada! Ficando aquela

coisa meio chata entre nós da diretoria e eles (JOSÉ LAURINDO, 2009).

Maria Ferreria Assunção, ex-assessora da ELIRUR, e que acompanhou de perto todo trabalho junto aos sindicatos no pós 68, recorda o quanto as relações entre a ELIRUR e os sindicatos estavam desgastadas. Ela atribui essa desarmonia aos interesses de algumas lideranças que se sentiam incomodadas com a inserção do trabalho de fiscalização da equipe junto aos sindicatos. Ainda acrescenta, que tais divergências foram acontecendo naturalmente e, cedo ou tarde, essas relações seriam desfeitas.

Eu considero isso, esse distanciamento, um processo natural. Se a ELIRUR trabalhava para que os sindicatos fossem autônomos, ia chegar um momento em que eles podiam não querer mais. A gente sempre discutia isso na equipe, que existia a possibilidade deles não precisar mais da assessoria. No nosso caso, a gente ainda preservava uma certa ética que alguns dirigentes sindicais já não tinha mais. A gente ficava ali, acompanhando de perto a parte financeira, tinha inclusive a contadora lá na ELIRUR e quando se descobria algo que não tava regular a gente questionava e isso não agradava. Por exemplo: Tinha sindicato que quando a gente organizava as reuniões, fazia um encontro, uma coisa assim, junto aos conselheiros, com os tesoureiros isoladamente, com os presidentes, pra eles terem uma noção, pra eles saber fiscalizar, eles nunca apareciam! Quando a gente mandava um convite, o presidente alegava que é porque muitos não queriam ir, mas na verdade quando a gente chegava lá, tava tudo engavetado (MARIA FERREIRA, 2007).

Diante desse quadro de tensão, os atritos se agravavam e gradativamente as relações entre os representantes sindicais e a ELIRUR se tornaram insustentáveis. Nas palavras de Teúnas Santana, ficava aquela disputa:

O sindicato era autônomo, mas era regido pela acessória. Os dirigentes dirigiam os sindicatos, e a equipe dirigia os dirigentes. Aí chegou um ponto que a gente achava que tava errado. Para se ter uma idéia, chamava até de sindicato da ELIRUR (TEÚNAS SANTANA, 2009).

A busca de alternativas para minimizar esses embates levou inclusive a equipe a realizar um trabalho paralelo junto aos trabalhadores, embora o cerne das atividades mudasse de foco, centralizando as ações em cursos profissionalizantes, tais como: Educação alimentar e Saúde pública, Corte e



Costura, bordado a mão, educação sanitária e prática de laboratório, auxiliar de escritório, dentre outros. Os empecilhos para esse novo tipo de atuação, no entanto, foram brotando na medida em que parte dos convênios com o governo não iam sendo renovados, dificultando ainda mais a ação da equipe.

Com o fim dos recursos que subsidiavam os trabalhos da Fundação Padre Ibiapina, a ELIRUR, bem como outros departamentos, foram se desestruturando ao ponto de a Escola se mostrar agonizante em meados dos anos 70. Uma onda de demissões de funcionários da diocese agravava a situação e o assessoramento sindical era por vez abandonado, ao lado do trabalho junto aos camponeses.

Embora tenham havido inúmeros desentendimentos entre a equipe da ELIRUR e alguns dirigentes sindicais, acredito que tais divergências ficaram restritas às lideranças sindicais. Muitos trabalhadores ficaram inclusive aquém dos problemas que aconteciam na cúpula das entidades. Naquele contexto, mesmo após a saída em cena da Escola de Líderes, muitas das ações voltadas para os trabalhadores rurais acabavam confluindo em última instância com as ações da Diocese.

É inegável a importância do papel desempenhado pela Escola de Líderes Rurais, pois serviu para despertar nos próprios trabalhadores do campo – na ação sindical e da Igreja – um olhar que privilegiava o universo simbólico, cultural e econômico de seus atores sociais. Estes, em contrapartida, buscaram no convívio coletivo e na experiência de aprender a esperança de suas lutas, discutindo, compartilhando, reivindicando melhorias de vida, como a conquista de seus direitos, que naquele momento peculiar mostrava-se possível. Como afirmou José Guedes expressando o sentimento de muitos deles: *“a luta continua sempre, eu faria tudo de novo!”* (JOSÉ GUEDES, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que se procurou trilhar nesta dissertação teve por objetivo recuperar um pouco da história da organização dos trabalhadores rurais no município de Crato. Minha proposta foi trazer para um debate questões que dizem respeito à experiência de alguns desses homens e mulheres que participaram diretamente de muitas lutas, elucidando diversas práticas presentes no cotidiano dos mesmos.

Ao recuperar características e processos relativos à organização desses sujeitos, tive de reconstituir outras dimensões da história que não se resumissem aos espaços da Igreja e do Sindicato. Apesar de notar certo alinhamento de muitos trabalhadores locais com tais grupos, pude constatar que, como sujeitos, eles nutriam expectativas e projetos que lhes eram próprios. Existia um outro lado nessa espécie de “associação” que não se resumia apenas a uma relação de “dominação”, em via única, dos trabalhadores.

Nesse sentido, muitas concepções que eu possuía foram sendo transformadas, no decorrer da pesquisa, em função do contato com o movimento dinâmico de formação daqueles sujeitos. Aos poucos fui me deparando com a pluralidade de trajetórias e maneiras de viver elaboradas pelos trabalhadores. Pude perceber que eles não anulavam, nesse processo, seu caráter de sujeito da história; nele formavam-se e transformavam-se, como classe, em um movimento constante.

Ficou patente que, para além do espaço institucional, tais sujeitos procuravam canais próprios de atuação, onde a organização em sindicatos constituía um caminho de luta e de sonhos em prol de um projeto coletivo que, sendo socializado, se fortalecia.

Toda essa trajetória revelou a capacidade organizativa destes sujeitos sociais na tentativa se contrapor às imposições de um sistema de classes opressor, por meio de experiências em que a ação coletiva poderia representar o caminho para se libertar dos inúmeros entraves que os afligiam.

Fica evidente ainda, que os obstáculos enfrentados foram enormes; mesmo assim, apropriando-se de experiências coletivas por meio da

interação com vários mediadores que apareceram neste percurso histórico, tais experiências representaram aprendizados importantes para que se possa entender, ainda hoje, por que estes sujeitos sociais estão em contínua mobilização pelos seus direitos.

É válido ressaltar que outras questões, no entanto, fizeram-se presentes no decorrer da pesquisa, mas não foi possível trabalhá-las, compondo objeto de pesquisas futuras. Tal fator decorreu das limitações existentes na realização do presente estudo, o qual possui um tempo específico para ser desenvolvido, sendo necessário realizar uma série de recortes temáticos, relacionados com a problemática principal.

O estudo da experiência dos trabalhadores locais com os movimentos sociais da região e aquelas estratégias mais individualizadas de luta social precisa ser aprofundado. Faz-se necessário, nesse sentido, explorar mais as formas como esses sujeitos foram tratando, em suas consciências, as transformações ocorridas em suas reivindicações.

Todo o esforço feito ao longo deste trabalho teve por objetivo, portanto, recuperar um pouco da história dos trabalhadores rurais na cidade de Crato. Todavia, é importante dizer que não se teve aqui a pretensão de esgotar o assunto. Dentro do amplo conjunto de trabalhos que se dedicaram à temática, procurou-se apenas trazer uma contribuição, pautada em reflexões que, provavelmente, trouxeram mais perguntas do que respostas.

Espero, com isso, ter conseguido instigar o início de outras tantas discussões, sendo, ainda, um desejo meu, que esse diálogo não fique restrito apenas ao público universitário. Gostaria que também fosse possível contar com a participação daqueles que compõem essa sociedade, que se interessem pelo assunto e estejam comprometidos com um futuro melhor. Penso que assim poderemos constituir um diálogo fecundo, do qual possam emergir outras histórias, que sirvam para pensar novos projetos de sociedade.

## FONTES

### FONTES ORAIS

- ACILON JOSÉ DE SANTANA, agricultor, cratense, 74 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes em 10 de fevereiro de 2009, na cidade do Crato.
- ALDA FERREIRA DE ANDRADE, 56 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 15 de julho de 2009, na cidade do Crato.
- EXPEDITO GUEDES DA SILVA, 57 anos, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 25 de junho de 2007.
- FRANCISCO MENDES DA SILVA, agricultor, 77 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 21 e abril de 2009, na cidade do Crato.
- JOSÉ FERREIRA MACÊDO, agricultor, 61 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em em 12 de fevereiro de 2009, na cidade do Crato.
- JOSÉ GUEDES DA SILVA, agricultor, 65 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 10 de fevereiro de 2000, na cidade do Crato.
- JOSÉ LAURINDO DOS SANTOS, 67 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 11 de maio de 2007, na cidade do Crato.
- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 18 de fevereiro de 2009, na cidade do Crato.
- MARIA FERRERIA DE ALENCAR, 63 anos, ex-assessora da ELIRUR. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 15 de agosto de 2007, na cidade do Crato.
- TEÚNAS JOSÉ DE SANTANA, 63 anos. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 18 de abril de 2009, na cidade do Crato.
- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 27 de março de 2009, na cidade do Crato.
- ZILCÉLIO ALVES FERREIRA, 53 anos, atual secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato. Entrevista concedida a João Paulo Fernandes da Silva em 5 de fevereiro de 2009.

## FONTES HEMEROGRÁFICAS

CABRAL, Humberto. Castelo Branco, Governo de confiança e esperança. “**A Ação**”. Crato, 18/07/1965, nº. 1.097, p.2

Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome. **Jornal Terra livre**. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1954.p.3.

DIAS, Paulo. Desnecessário desequilíbrio. “**A Ação**”. Crato, 21/11/1965, nº 1.114, p.2

“Êxito completo no primeiro Encontro de Líderes Rurais”. “**A Ação**”. Crato, 21 de novembro de 1965, nº. 1.119, p.3.

FALTAC realiza grande trabalho de assistência aos camponeses. **Jornal Terra Livre. São Paulo, 2ª quinzena de março de 1961. p.2**

Greve dos trabalhadores do Engenho Bebida Nova. **Jornal Terra Livre**. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.3.

Mensagem do episcopado brasileiro no encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Ação**. Crato, 23/12/1965, nº 1.114, p.3

Mons.Pedro Rocha. Alerta contra subversão. **A Ação**. Crato, 14/11/1965, nº 1.113, p.3

Mons.Pedro Rocha. Defesa do Regime. **A Ação**. Crato, 14/11/1965, nº 1.113, p.2

Querem ardentemente a Reforma Agrária os lavradores pobres do Ceará. **Jornal Terra Livre**. São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956.p.4.

Dirigentes da Federação Comunicam Prisão de Líderes. Jornal “**O Povo**”, Fortaleza, 06 de agosto de 1970, p.3.

Líderes Rurais Libertados. Jornal “**O Povo**”, Fortaleza, 08 de agosto de 1970, p.7.

## PUBLICAÇÕES /IMPRESSOS.

ARARIPE, Antônio de Alencar. *Possibilidades econômicas do Cariri*. Revista Itaytera. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1959. pág. 154. Biblioteca da Universidade Regional do Cariri – URCA – Campus do Pimenta, Crato.

Cáritas Brasileira – 50 anos promovendo a solidariedade. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Apostila de nº. 1, *Delegacia Sindical*. Coleção CONTAG. Pág. 8.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) *O camponês e a história: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4).

Estruturas Agrárias e Relações de Poder. **Revista Brasileira de Historia 22**. – São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, março/ agosto 91.

João XIII. Carta Encíclica MATER ET MAGISTRA. Sobre a recente evolução da questão social. In: Documentos Pontifícios sobre questões sociais. Câmara dos Deputados. Brasília, 1967.

MATER ET MAGISTRAS - Carta Encíclica de sua Santidade o Papa João XXIII. 12. ed. São Paulo:Edições Paulinas, 2004.

Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). *A ELIRUR realizou para dar ao homem*.

Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Ata de fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Crato. 23/06/1962. p.sem numeração.

Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). *Tentativa de sistematização da Ação Social Para a Promoção Humana*. 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Oito de Março, 2005.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. **Igreja, Sindicato e Movimento dos trabalhadores**. Fortaleza - Ceará. 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. Lutas camponesas no Nordeste. São Paulo: Ática, 1989.

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. Editora Brasiliense. 1981

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História - Especialidades e abordagens**. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

\_\_\_\_\_. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2ª ed. – São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CARVALHO, Abdias Vilar de. "A Igreja Católica e a questão agrária: análise de suas declarações no período 1950-1964". Revista de Cultura e Política. p. 73 – 89

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. Narrativas do medo: histórias e memórias das ameaças comunistas em Pernambuco (1960 – 1964). In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: História e Política, 2010.

Chartier, Roger. Práticas da Leitura. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996.

COLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo. Campinas: UNICAMP, 1998.

Congresso de Ação Social Rural: sínteses e anotações. Diocese de Santa Maria: Globo, 1953.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A Participação Política e Social da Igreja Católica no RN nos anos 60**In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org). Igreja e Política no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do Século XX: Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1961/64. Estudos CEBRAP 12, abr./maio. /jun 1975, p.38.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petropolis: Editora Vozes, 1981.

FAVERO, O. Memória das Campanhas e movimentos de Educação de Jovens e Adultos (1947-1966). In: Osmar Favero. (Org.). Educação Popular (1947-1966). 1 ed. : , 2008

\_\_\_\_\_. MEB - Movimento de Educação de Base Primeiros Tempos: 1961-1966. In: Paulo Rosas. (Org.). Paulo Freire Educação e Transformação Social. 1 ed. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2002

FENELON, Déa Ribeiro. CRUZ, Heloísa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução - Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro. et al. (Org.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho D'água, 2004.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C. *Memória Social*. Lisboa, Editorial Teorema, 1992.



FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FIGUEIREDO FILHO, José. **Engenhos de Rapadura do Cariri**. Ministério da Agricultura. 1958.

FIGUEIREDO, José Nilton de. A (con)sagração da vida: formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. (Dissertação de mestrado em Antropologia) Recife: UFPE, 1998.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Editora Vozes. Petrópolis 1990. 2ª edição.

HILL, Christopher. **Mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Cia.das letras, 1991.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, E. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. O presente como história. IN: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JENSEN, Janice Machado dos Santos. Educação de Jovens e Adultos: fragmentos de práticas ou práticas em fragmentos? Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Diversidade cultural, inclusão social e a escrita da história. In: XIV Congresso Nacionade Histórial Oral, Rio Branco-Acre, 2006.

LAGE, Ilza Maria Grangeiro Xavier. *Relações Brasil – Estados Unidos: O Caso da Aliança para o Progresso no Ceará*. Recife, 2001, Mestrado em História UFPE-CFCH.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História Oral: Muitas dúvidas poucas certezas, uma proposta**. In: (RE) INTRODUCINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). Xamã, São Paulo, 1996b: 33-47.

LINHARES, Maria Yedda. "História agrária" In. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda; e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. **Região e história agrária**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº 15, 1995. Disponível na internet. URL: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *Entre orações, letras e agulhas: a educação nas "casas de caridade" do Pe.Ibiapina - Sertão cearense (1855-1883)*. Projeto de Tese de doutorado. Fortaleza:FACED/UFC, 2001.

MADURO, Acácia Maria Ramires. *A prática sindical da FETAG*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

MARTINS, José de Sousa. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. – São Paulo: Hucitec, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995: 50-65.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Labirintos do Medo: o Comunismo (1950 – 1964). In CLIO: Revista de pesquisa histórica, nº 22, 2004. Ed. UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_.As Ligas Camponesas e os Conflitos no Campo. Saeculum (UFPB), v. 18, p. 11-31, 2008

MOREIRA, Rui. **O espaço agrário capitalista. Formação do espaço agrário brasileiro.** 1edição, São Paulo, Brasiliense, 1990.

NOVAES, R. R. De corpo e alma: **Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

OCHOA, Maria Glória W. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará:** 1954-1964. Fortaleza: UFC/NUDOC,1989.

OLIVEIRA CORTEZ, Antônia Otonite de. A Construção da Cidade da Cultura: Crato (1889-1960)". Rio de Janeiro: 2000.p. 178/179.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo-SP: 1981.

PAGE, Joseph A. A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Record, 1972.

PETRONE, Pasquale. Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará. Boletim. Paulista de Geografia, n.19, 1955.

PIMENTEL, Fábio Prado. O rádio educativo brasileiro: Uma visão histórica. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos - narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, IN: **Revista Tempo,** Rio de Janeiro: UFF, vol.1, n.2, 1996, p.59-72.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 14, 1997.

\_\_\_\_\_. História oral como gênero. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 22, 2001.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História. São Paulo: EDUC, (14), fev. 1997.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. Movimento de educação de Base: discurso e prática – 1961-1967. São Luís: UFMA/ Secretaria de educação, 1985.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (186-1883). Fortaleza, 2003. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e Classes Populares**. Vozes. Petrópolis. 1980.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência de trabalhadores em um engenho de rapadura do Cariri (1945-1980)**.

SANTOS, José Laurindo dos. Uma vida de trabalho e luta mergulhada na realidade do Ceará. São Paulo: Phoenix Editora, 2006.

SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando. (1915-1963). 1. ed. Fortaleza: Edições Nudoc, 2007. v. 1. 241 p. 99-101

SCOTT, James C. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa**. IN: Raízes. V.21. nº01, jan- jun. 2002.

SILVA, V. A. C. **Regionalismo**: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, M. A. da. **República em migalhas**: história regional e local. [S. l.]: [s. n.], 1990.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política*. Dissertação de mestrado, PPGH- UFRGS, 2008.

SOUZA, C.M. de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base*. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, "A árvore da liberdade", vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**./Tradução de Maltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: a História Oral**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

VILA NOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta Moraes. *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/Finep, 1994. p. 45-74.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**ANEXO:**

**NARRADORES**



**José Macedo**



**Teúnas Santana**



**José Laurindo**



**Nobor Bito**



**Zilcélio Alves**



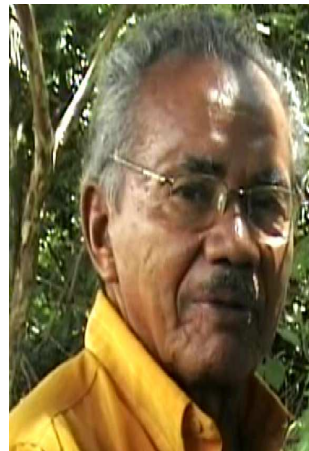
**Zé Guedes**



**Expedito Guedes**



**Acilon Santana**



**Chico Mendes**

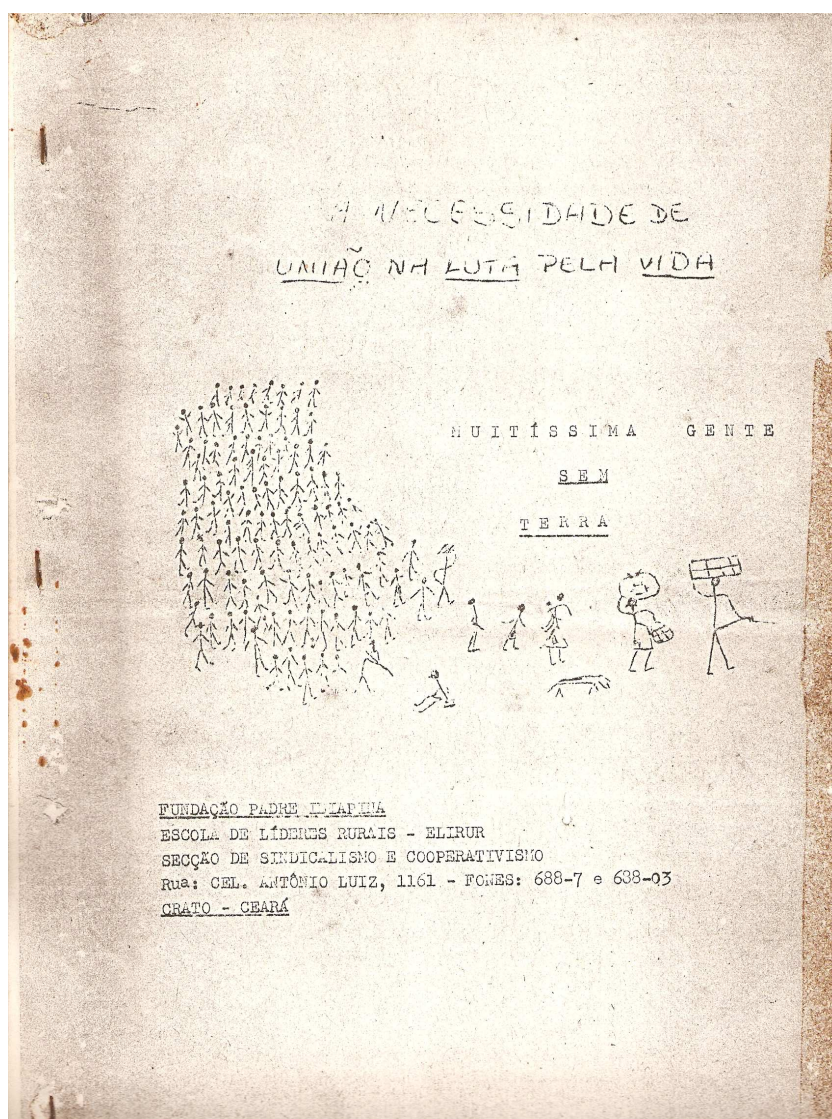




**Antônio Marcelino**



**Dom Vicente de Paulo Araújo Matos**



Cartilha elaborada pela Escola de Líderes Rurais e que foi distribuída na frente de serviços do município de Assaré. Na época o referido material foi considerado subversivo, o que levou a prisão de Nobor Bitto, coordenador da ELIRUR, e de João de Sales Pinheiro, presidente dos Trabalhadores Rurais de Assaré.



Ata da Assembléia Eleitoral para eleição dos órgãos de Administração:  
Diretoria e Conselho Fiscal dos Trabalhadores Rurais de Crato, Farias Brito, Santana do Cariri Altaneira, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Assaré e Antonina do Norte,

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e dois na sede do Círculo Operário de Crato, foi instalada a Assembléia eleitoral para a eleição dos órgãos administrativos (Diretoria e Conselho Fiscal) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato, Farias Brito, Santana do Cariri, Altaneira, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Assaré e Antonina do Norte. Exatamente às 19,00 hs. o sr. Presidente do Sindicato declarou aberta a sessão, expõe a finalidade da mesma e apresentando para presidir os trabalhos da mesa o associado Sr. Antônio José da Paixão, que por sua vez convidou os associados José Ferreira Lima e Dorival Ferreira Lima para ajudá-lo como 1º e 2º Secretários e escrutinadores. Estavam em condições de participar da Assembléia trinta e um (31) associados. Havendo número legal, isto é, a maioria absoluta mais da metade dos sócios em condições de votar, o Sr. Presidente da mesa, solicitou a um dos seus secretários que fizesse a leitura dos expedientes da ordem do dia que constou do seguinte: a) Edital de convocação da assembléia publicada no jornal "A Ação" edição de dezessete de junho de mil novecentos e sessenta e dois; b) nomes dos componentes das chapas concorrentes; c) - nomes dos componentes da mesa eleitoral sessando a seguir a presença do Sr. Dr. Vicente Cândido Neto, assistente do D.R.T. junto à mesa eleitoral e da equipe do Departamento Sindical da Diocese de Crato, composta dos Srs. Geraldo Lemos, José Tércio Siebra, Irmã Leônia, Irmã Lavour e Antonieta Duarte, que estavam presente para orientar o processo do pleito de conformidade com as instruções em vigor. Em seguida depois de verificar de que o material para a votação estava devidamente em ordem, exibiu para os presentes a urna que se achava inteiramente vazia deu início a votação, procedendo a chamada dos eleitos, os quais um a um, após assinarem a folha de votantes, receberam do Presidente uma sobre-carta devidamente rubricada, dirigem-se a cabine indevassável, depositaram seu voto na urna, em cumprimento às exigências Ministeriais sobre o processamento eleitoral. Encerrada a votação o sr. presidente passou aos trabalhos da apuração verificando pela folha de votantes que participaram do pleito dezessete (17) associados, que se encontravam em condições de votar. Assim procedeu a abertura da urna, e um dos escrutinadores a retirada e contagem das sobre-cartas nelas contidas, cujo número coincidiu com a da folha de votantes. O segundo escrutinador passou a abrir as sobre-cartas e retirar as cédulas entregando-as ao Presidente que ia classificando-os de acordo com o órgão que constituía cada uma delas. Terminada a apuração contou dezessete cédulas para o Conselho de administração e dezessete cédulas para o Conselho Fiscal, totais que coincidiram com o número de sobre-cartas o número de votantes. Logo em seguida o sr. Presidente da mesa proclamou o resultado do pleito que foi o seguinte:

Cópia de parte da ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município do Crato





Delegacia sindical do sítio São José - 1967



Delegacia sindical do sítio Baixo das Palmeiras. 1968





Trabalhadores rurais desfilam pelas ruas do Crato na ocasião dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Em 7 de setembro de 1970.



Reunião dos trabalhadores na sede do sindicato, situada à Rua Pedro II.



Rural pertencente ao sindicato rural do Crato – 1974



Da esquerda para direita: Maria Ferreira de Alencar, Teúnas Santana, José Laurindo.